

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

Marianna Gomes Silva Lopes

MULHERES NEGRAS, TRABALHADORAS, “VIVENTES”:

recontando histórias de trabalho no Brasil sob a perspectiva do gênero e da raça

Belo Horizonte

2021

Marianna Gomes Silva Lopes

**MULHERES NEGRAS, TRABALHADORAS, “VIVENTES”:
recontando histórias de trabalho no Brasil sob a perspectiva do gênero e da raça**

Versão final

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito, na Linha de Pesquisa *História, Poder e Liberdade* e Área de Estudo *Trabalho e Crítica*.

Orientadora: Profa. Dra. Livia Mendes Moreira Miraglia.

Belo Horizonte

2021

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Meire Luciane Lorena Queiroz - CRB-6/2233.

L864m Lopes, Marianna Gomes Silva
Mulheres negras, trabalhadoras, “viventes” [manuscrito]: recontando histórias de trabalho no Brasil sob a perspectiva do gênero e da raça / Marianna Gomes Silva Lopes. - 2021.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito.

1. Direito do trabalho - Teses. 2. Trabalho feminino - Brasil - Teses. 3. Negras - Teses. I. Miraglia, Livia Mendes Moreira. II. Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Direito. III. Título.

CDU: 331.4(=96)



FACULDADE DE DIREITO UFMG

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UFMG

DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITO E JUSTIÇA
 BEL^a. MARIANNA GOMES SILVA LOPES

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de 2021, às 16h30, via plataforma virtual, reuniu-se, em sessão pública, a Banca Examinadora integrada pelos seguintes professores: Profa. Dra. Lívia Mendes Moreira Miraglia (orientadora da candidata/UFMG); Profa. Dra. Alessandra Benedito (Universidade Presbiteriana Mackenzie) e Profa. Dra. Daniela Muradas Reis (UFMG), para a defesa de Dissertação como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Direito da **Bel^a. MARIANNA GOMES SILVA LOPES**, matrícula nº **2019652638**, intitulada: **"MULHERES NEGRAS, TRABALHADORAS, 'VIVENTES': RECONTANDO HISTÓRIA DE TRABALHO NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DO GÊNERO E DA RAÇA"**. Cada examinador arguiu a candidata pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, assegurando à mesma, igual prazo para responder às objeções cabíveis. Encerradas as arguições, procedeu-se ao julgamento da banca, tendo-se verificado a seguinte nota (0 a 100) e conceito (aprovada/reprovada) atribuídos pela Banca:

Nota: 100 Conceito: aprovada com louvor

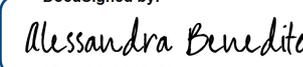
Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pela Banca Examinadora e com o visto da candidata.

BANCA EXAMINADORA:

DocuSigned by:

 B0C9183F1D4E44F...
Profa. Dra. Lívia Mendes Moreira Miraglia (orientadora da candidata/UFMG)

DS


DocuSigned by:

 65163F719A66485...
Profa. Dra. Alessandra Benedito (Universidade Presbiteriana Mackenzie)

DS


DocuSigned by:

 6C822A6E3692450...
Profa. Dra. Daniela Muradas Reis (UFMG)

DS


PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Av. João Pinheiro, 100 - 11º andar - Centro - Belo Horizonte - MG - Brasil - 30130-180
 Fone: (31) 3409.8635 - E-mail: info.pos@direito.ufmg.br - https://pos.direito.ufmg.br

Você não está sozinha

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa não teria sido possível sem as histórias de mulheres negras, como eu, que diariamente desafiam as projeções lançadas sobre elas, na tentativa de sobreviver e de obter felicidade. Agradeço a cada uma das mulheres negras que me antecederam e as que ainda estão por vir. O conhecimento que adquirimos juntas é o que nos dá força na luta diária. Nós estruturamos esse país.

Agradeço à minha família, minha mãe Ivone, meu pai Armindo e meu irmão Matheus, vocês são as pessoas que mais amo no mundo e sem o incentivo de vocês nada disso teria sido possível.

Agradeço à Lívia, minha orientadora e amiga de todas as horas. Obrigada por sonhar comigo Lívia e por acreditar em mim. Agradeço a cada um dos professores da Faculdade de Direito da UFMG que, em alguma medida, cruzaram meu caminho desde quando entrei pela porta da “Vetusta” em 2013. À Sielen, que me apresentou os primeiros textos de Direito do Trabalho, pelos quais viria a me apaixonar. À Lisandra e ao Seferian, agradeço pelas valorosas contribuições quando minha pesquisa não passava de algumas ideias no papel. Agradeço às professoras Daniela Muradas e Alessandra Benedito por toparem com tanto carinho mergulhar no meu tema de pesquisa comigo.

Ao Thales agradeço por todo o apoio que me deu nessa jornada, por me ver quase enlouquecer e desistir e por estar ali pra dizer que tudo ia dar certo.

Agradeço aos meus amigos, em especial à Nilane, Raquel, Gabriel, Maria Clara, Marcela e Ju, obrigada pelo carinho e paciência gente, eu terminei!

Agradeço aos outros coordenadores do Aláfia, com quem divido a luta por disseminar o debate racial à comunidade. Aos meus colegas da Vallourec, agradeço pelo incentivo. Agradeço à Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da UFMG, onde há um grupo de pessoas tão especial. Foi na Clínica que tive a oportunidade de escrever e apresentar meus primeiros trabalhos científicos. Todas as experiências que vivenciei ali contribuíram sobremaneira para o meu sonho de me tornar mestre em Direito, obrigada pessoal.

Agradeço, por fim, a todas as intelectuais negras que, com suas ideias, colaboraram para o desenvolvimento dessa pesquisa e têm difundido temas ligados à rotina das mulheres negras no cenário acadêmico.

RESUMO

A presente dissertação tem o objetivo de revisitar a História do Direito do Trabalho no Brasil pela ótica das mulheres negras. Durante o caminho percorrido, evidencia-se a exclusão jurídica de trabalhadoras negras e o esforço das classes dominantes em mantê-las em lugares subalternos na sociedade através da utilização de formas de opressão interseccionais. A partir da concepção de que as mulheres negras estão resistindo a isso, conjugando saberes e transmitindo os conhecimentos adquiridos nas resistências diárias, procurou-se dar visibilidade às suas histórias de trabalho em diferentes momentos históricos e, em especial, mapear as estratégias de sobrevivência utilizadas por elas para sobreviver à opressão. Paralelamente, se apresenta a história do Trabalho no Brasil tal qual é contada nos livros de ensino tradicionais, demonstrando, de um lado, que a história oficial não contempla a ótica de gênero e raça e, de outro, que as mulheres negras estão há anos trabalhando, resistindo e produzindo conhecimento a partir de experiências próprias. Estão construindo sua ciência.

Palavras chave: Mulheres negras; trabalho; resistência.

ABSTRACT

This dissertation aims to revisit the History of Labor Law in Brazil from the perspective of black women. Along the way, the legal exclusion of black female workers and the efforts of the ruling classes to keep them as subordinates in society through the use of intersectional of oppression are evident. Starting from the idea that black women are resisting, combining knowledge and transmitting the knowledge acquired in the daily life of resistance, we seek to give visibility to their work trajectories in different historical moments and, in particular, to map the survival strategies used by them to survive oppression. At the same time, the history of Labor in Brazil told in traditional books is presented, demonstrating, on one hand, that the official history does not include the perspective of gender and race, and, on the other, that black women are working, resisting and producing knowledge from their own experiences for years. They are building their own science.

Keywords: Black women; labor; resistance.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 ANCESTRALIDADES E CONHECIMENTOS	10
2.1 Quem sou eu? Por que escrevo?	10
2.2 Mas a mulher negra tem algo para falar?	16
2.3 Imagens de controle.....	24
2.4 Posso contar da minha própria ancestralidade? O trabalho das tabuleiras.....	26
3 DE CASA PRA FAZENDA, DA FAZENDA PRA CASA: DAS MANIFESTAÇÕES ESPARSAS E INCIPIENTES À INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	33
3.1 O lugar do feminino negro no Brasil pós abolição	33
3.2 Na casa, na lavoura, no candomblé e no samba: análise de histórias de vida no pós- abolição.....	41
3.3 Leis trabalhistas para quem?	53
3.4 “Olha mamãe, uma empregada bebê!”	61
4 SÉCULO NOVO, ANTIGAS EXCLUSÕES	67
4.1 Neoliberalismo e consequências	67
<i>4.1.2 Anos 2000 e Movimento de Mulheres Negras</i>	<i>75</i>
4.2 Dados e respostas.....	89
4.3 Autodefinição	101
5 CONCLUSÃO.....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110
ANEXO 1.....	118
ANEXO 2.....	128

1 INTRODUÇÃO

Quando aprovada, em 1943, a Consolidação das Leis Trabalhistas foi comemorada como uma conquista dos trabalhadores que, até então, estavam sujeitos a legislações esparsas, sem a segurança de um instrumento que garantisse efetivamente um mínimo de direitos. Em 1988, se deu outra importante conquista: parcela de direitos trabalhistas foi considerada direito fundamental dos trabalhadores.

Entretanto, nós, mulheres negras, permanecemos distantes dos direitos trabalhistas previstos em Lei, ocupando o menor índice de trabalhadores com carteira assinada do Brasil (LIMA, 2013) e percebendo rendimento abaixo de todos os outros grupos populacionais (ONU MULHERES, 2020). Essa discrepância sinaliza para o fato de que as conquistas dos trabalhadores talvez não tenham sido para todos os trabalhadores.

É nesse contexto que se insere a pesquisa intitulada “Mulheres negras, trabalhadoras, ‘viventes’: Recontando histórias de trabalho no Brasil sob a perspectiva do gênero e da raça”, que teve como desafio responder à questão de por que, em detrimento dos avanços na legislação trabalhista, as mulheres negras permanecem ocupando lugares onde há ausência de direitos?

A hipótese traçada é de que as trabalhadoras negras foram relegadas à invisibilidade e suas histórias não são contadas nos livros de ensino tradicionais, dessa forma, não só direitos trabalhistas não as alcançaram como também ninguém percebeu.

Partindo da concepção de “pensamento feminista negro” da Collins (2019), a pesquisa procurou trazer para o lugar visível as histórias não contadas de mulheres negras e demonstrar que, em detrimento das situações de opressão, nós temos desenhado nossa própria história de sobrevivência e vivência.

Assim, no segundo capítulo, me apresento enquanto pesquisadora e procuro demonstrar as inquietações que me levaram a encontrar esse tema e escrever sobre ele. Apresento as principais teorias a respeito do assunto e começo a desenvolver a pesquisa ainda nos tempos da escravidão, a partir da experiência de escravas e pretas livres no comércio ambulante.

No terceiro capítulo, correlaciono a evolução das fases do Direito do Trabalho (DELGADO, 2019), à situação laboral das mulheres negras, demonstrando as estruturas por trás da manutenção do posto de trabalho doméstico e as formas que nós, negras, encontrávamos para nos desvencilhar da discriminação e sobreviver.

Por fim, o quarto capítulo é dedicado às alterações nas legislações trabalhistas, como decorrência dos movimentos neoliberais das últimas décadas do séc. XX. Nesse capítulo, demonstro que essas alterações impactaram sobremaneira as mulheres negras, contribuindo para mantê-las em um lugar estático e sem mobilidade social, do ponto de vista trabalhista. Paralelamente, também abordo as articulações das mulheres negras enquanto grupo, de forma institucional, para fazer frente à opressão, e apresento dados obtidos na pesquisa de campo realizada com mulheres negras de todo o país.

2 ANCESTRALIDADES E CONHECIMENTOS

2.1 Quem sou eu? Por que escrevo?

Essas são as primeiras palavras que escrevo da minha dissertação e gostaria de usá-las para contar um pouco sobre os processos que me levaram a essa escrita hoje. Partindo da concepção de conhecimentos localizados (HARAWAY, 1995) e lugar de fala (RIBEIRO, 2017), vou primeiro contar um pouco sobre mim e sobre minha relação com o objeto desta pesquisa.

Julgo necessária essa apresentação para me situar no espaço em que desenvolvo a pesquisa. Escrevo em primeira pessoa primeiro para me aproximar ao máximo do meu objeto de estudo, e, a partir daí, desenvolver um conhecimento objetivo, parcial, situado, que enxerga de perto, e não de longe, e que, portanto, pode se responsabilizar pelo que vê e escreve (HARAWAY, 1995).

Em segundo lugar, escrevo em primeira pessoa porque, como mulher negra, descrevo meu próprio grupo e nossas experiências. Se optasse por utilizar arcabouços metodológicos e epistemológicos tradicionais, estaria fomentando a estrutura que, como se verá, contribuiu para excluir as mulheres negras do ambiente acadêmico (COLLINS, 2019).

Conforme pontua Collins (2019), a supressão das tradições intelectuais de mulheres negras fez com que aprendêssemos a criar a nossa própria epistemologia, ou, nas palavras de Walker (1983), “ela deve ser seu próprio modelo e também a artista que acompanha, cria, realiza e aprende como modelo, ou seja, ela própria” (WALKER, apud COLLINS, 2019, pág. 59).

Confesso que essa é uma das primeiras vezes em que escrevo um texto em primeira pessoa, abandonando o suposto conhecimento imparcial que me fora ensinado por muitos anos, de um lugar não localizado que tudo vê e tudo sabe (“brinca de deus”), embora não esteja em lugar nenhum. Esse lugar do conhecimento, além de assumir uma postura irresponsável e acrítica com relação ao que escreve, não tem nada de imparcial, pois na verdade se traduz na voz não marcada do homem branco (HARAWAY, 1995).

Por fim, acredito que a escrita em primeira pessoa torna o texto mais didático ao leitor que está fora da academia, torna-o mais acessível à minha mãe, minha tia, minhas vizinhas e todas as outras mulheres negras que me ajudaram a escrevê-lo. Gostaria que elas pudessem lê-lo e entendê-lo.

Me chamo Marianna, assim com dois “n” mesmo, sou mulher e negra. Hoje, enquanto escrevo esse texto, tenho 26 anos, mas, capricorniana que sou, espero terminar a escrita com 27.

Nasci em Belo Horizonte/MG, mas me mudei com minha família para Vespasiano/MG quando tinha 8 anos e ali morei até o início de 2019. Escolhi pontuar que morei na região metropolitana por muito tempo porque, quando comecei a graduação em 2013, uma das coisas que mais me aborrecia diariamente era o trajeto que eu fazia de ônibus de casa para a Faculdade e vice-versa.

Poucas pessoas na minha Faculdade faziam esse trajeto, aliás, a maior parte dos meus colegas eram brancos, vinham de escolas particulares, de famílias de classe média e moravam na zona sul de Belo Horizonte, conhecida por ter bairros de classes mais abastadas¹.

Entrar na faculdade, então, para mim representou não só o início de um curso novo, mas também o contato com um círculo social totalmente diferente do que eu estava acostumada. Eu, que nunca havia tido muitos amigos brancos em meu contexto da escola pública, do bairro e da igreja evangélica onde cresci, agora era uma das únicas estudantes negras na sala de aula. Todas as minhas amigas de faculdade eram brancas e, por diversas vezes, eu me pegava me comparando a elas. Comparando seus jeitos e trejeitos com os meus, não mais na tentativa de me igualar, mas na tentativa de compreender as diferenças.

Aqui, quando digo não mais na tentativa de me igualar, cabe uma ressalva para explicar um pouco da diferença entre racismo aberto e disfarçado, como ponderou González (1988).

Ao contrário do que ocorreu em países que adotaram formas de discriminação explícita (racismo aberto), como é o caso das Leis Jim Crow nos Estados Unidos e do Apartheid, na África do Sul, o Brasil desenvolveu o mito da democracia racial. Aqui nascemos negros, em meio a discursos de que somos todos iguais, de que racismo não existe, de que somos todos mestiços ou de que não há brancos no Brasil. Apesar disso, somos confrontados a todo tempo com a ideologia do branqueamento (a ideia de que os padrões de beleza e de vida da branquitude são universais) reforçada pelos meios de comunicação e pelos aparelhos ideológicos tradicionais (GONZÁLEZ, 1988).

¹ De acordo com o Mapa das Desigualdades de Belo Horizonte em 2021, os bairros situados na Região centro-sul de BH apresentam processos privilegiados de urbanização, com o bairro Belvedere apresentando renda média 38,7 vezes maior que as menores rendas médias da cidade. De forma relacionada à renda, alguns bairros da região centro-sul chegam a ter apenas 8% de sua população negra, enquanto no extremo oposto, na região norte de BH, com bairros de menor urbanização, há bairros em que 94% da população é negra.

Se não há uma identidade racial e se o ideal de branquitude nos é apresentado como o certo, para sermos considerados membros interessantes, bonitos, civilizados, precisamos então “colocar nossas máscaras brancas” e esconder nossos traços negroides (MACHADO; LOPES, 2019).

Foi o que eu fiz durante muito tempo. Alisava meu cabelo, tentava me vestir ora como as poucas meninas brancas na minha escola, ora como as muitas cantoras e atrizes famosas brancas que dominavam a televisão e as revistas da época.

Contudo, estar em um ambiente acadêmico majoritariamente branco reforçou a minha identidade racial enquanto mulher negra. Eu não só não tinha a mesma cor de pele das minhas amigas, como também não levava a mesma vida que elas e isso foi ficando cada vez mais nítido para mim. Lembro-me de ter me comparado com uma amiga que eu achava muito gentil. Por que eu não era gentil como ela? Por que as mulheres que eu via no ônibus e nas ruas do meu bairro não eram assim? Várias pessoas me chamavam de nervosa, mas ninguém nunca me chamou de gentil. Essas diferenças foram ficando nítidas para mim durante toda a graduação, mas eu ainda não sabia nomeá-las ou explicá-las muito bem.

Eu nunca gostei de acordar cedo, então não achava nada bom acordar às 05h, para pegar o ônibus das 05h30, chegar no centro por volta de 07h e caminhar até a Faculdade para a aula de 07h30. Mas assim, com algumas pequenas alterações de horário, foram os meus 5 anos de graduação e primeiros meses de mestrado.

Eu me lembro que um dos primeiros textos que li no mestrado foi “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”. Nele, Anzaldúa (2000) escreve para mulheres do terceiro mundo, negras, chicanas, índias, asiático-americanas, lésbicas, mães solteiras, entre outras mulheres, cuja voz é, tradicionalmente, silenciada por homens brancos, ou mesmo feministas brancas.

No decorrer do texto, Anzaldúa reflete, a partir de experiências próprias e que também são vivenciadas por outras mulheres dentro do mesmo grupo, sobre os desafios enfrentados por mulheres de cor² que se aventuram a escrever suas próprias histórias, mas que encontram dificuldades, pois o espaço da escrita parece não lhes pertencer.

Quem nos deu permissão para praticar o ato de escrever? Por que escrever parece tão artificial para mim? Eu faço qualquer coisa para adiar este ato – esvazio o lixo, atendo o telefone. Uma voz é recorrente em mim: Quem sou eu, uma pobre chicanita do fim do mundo, para pensar que poderia escrever? Como foi que me atrevi a tornar-me escritora enquanto me agachava nas

² A autora utiliza o termo “mulheres de cor” em referência à todo o grupo de mulheres não-brancas.

plantações de tomate, curvando-me sob o sol escaldante, entorpecida numa letargia animal pelo calor, mãos inchadas e calejadas, inadequadas para segurar a pena? (ANZALDÚA, 2000)

O olhar branco não quer conhecer nossas histórias. Para ele, aliás, elas sequer existem, na medida em que todo o conhecimento gerado por mulheres de cor, a língua que falam, a cultura que produzem, é tido como subalterno, inferior, sujo. E, se é sujo, não será ensinado nas escolas, e suas manifestações serão reprimidas. Quanto mais roubada daquilo que lhe é constitutivo, mais visível se torna a mulher e, assim, talvez, como pontua Anzaldúa, “se raspem o moreno de suas faces (...) talvez se formos à universidade (...) se nos tornarmos mulheres-homens, ou tão classe média quanto pudermos (...) sejamos dignas de ter alguma coisa para dizer que valha a pena” (ANZALDÚA, 2000).

O estereótipo da mulher de cor no imaginar branco é o de doméstica, ama de leite, boa de cama, inservível para atividades intelectualizadas. E, sendo assim, quando essa mulher se propõe a romper tal imagem e escrever (aquelas mesmas histórias subalternas que os brancos pensavam ser invisíveis), torna-se, para o branco dominante, um “monstro perigoso”, capaz de se fazer visível, a despeito de toda a estrutura construída para a silenciar (ANZALDÚA, 2000).

Assim, Anzaldúa termina o texto fazendo um convite às mulheres do terceiro mundo: que escrevam, a despeito dos obstáculos, que escrevam suas próprias histórias, seja no banheiro, dentro do ônibus, na cozinha, ou no trabalho e que, no ato de escrever, revelem seus medos e suas raivas, coloquem-se no texto, pois é ali que reside sua sobrevivência (ANZALDÚA, 2000).

A carta de Anzaldúa era diferente de qualquer outro texto acadêmico que eu já havia lido porque era um texto que estava mais próximo das minhas experiências pessoais do que do “conhecimento científico” que aprendi.

Mas estaria certo isso? Talvez o colega que interrompeu a leitura do texto em sala para dizer que se tratava apenas de uma “historinha” tivesse razão, afinal, experiências pessoais não poderiam constituir uma ciência.

Dentro do ônibus, de volta para casa, senti um desconforto, a professora havia falado que a carta de Anzaldúa era um texto decolonial, na medida em que representava um conhecimento produzido por alguém considerado subalterno e, por isso mesmo, não considerado científico. Eu nunca nem havia ouvido essa palavra antes, mas, no decorrer das aulas, esse termo ficaria mais claro.

Nos meses que se seguiram, fui pesquisando um pouco mais sobre autores e, principalmente, autoras de países periféricos. Me interessei especialmente pela escrita de intelectuais negras, ao mesmo tempo em que me aproximei de alguns coletivos de mulheres negras. Foi nessa época que ingressei no coletivo “Flor do Palmares” em Belo Horizonte, que reunia várias mulheres negras semanalmente em rodas de conversa, e me tornei uma das coordenadoras do Aláfia – Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Direito, Estado e Relações Raciais - que se reúne quinzenalmente na Faculdade de Direito da UFMG para ler e discutir temas ligados ao racismo e à identidade racial.

Aliás, ler o livro “O que é racismo estrutural”, do Sílvio Almeida, “Lugar de fala”, da Djamila Ribeiro, “Tornar-se negro”, da Neuza Santos Souza, entre diversos outros autores e, sobretudo, feministas negras, como bell hooks, Audre Lorde, Lélia Gonzalez, Toni Morrison, Conceição Evaristo, Chimamanda Ngozi Adichie, Angela Davis, entre outras, foi me mostrando que realmente aquela ciência que eu conhecia, com foco no método científico não era neutra e imparcial.

Comprei o livro da Patrícia Hill Collins, “Pensamento feminista negro” e o li em poucos dias, no fim dos quais eu tinha certeza que Anzáldua (2000) estava falando sobre mim e sobre várias outras mulheres impedidas de contar suas histórias. Senti raiva, mas ao mesmo tempo me senti como se acabasse de aprender a ler, por isso eu gosto tanto de relatar essa experiência nos primeiros meses do mestrado.

A teoria do pensamento feminista negro, entre tantas outras questões, falava sobre as chamadas “imagens de controle”, que são estereótipos colocados sobre mulheres negras para fazer com que permaneçam em lugares subalternos na sociedade (COLLINS, 2019).

Mas as mulheres negras também podem se autodefinir. Muitas das imagens que a sociedade tem de nós foram historicamente construídas para nos estereotipar e controlar. São versões distorcidas da assertividade de nossos comportamentos ao lidar com a opressão e são, portanto, utilizadas para reprimir um comportamento capaz de ameaçar o patriarcado branco dominante (COLLINS, 2019). A resistência, então, seria justamente essa releitura do próprio comportamento a fim de se “autodefinir a si mesma”.

O livro da Collins não saiu da minha mente, não só porque gostei muito de ter lido, mas, principalmente, porque ele conversava comigo e com minha história de vida. Comecei a enxergar essa resistência em mim, na minha mãe, nas minhas tias, nas minhas vizinhas e nas mulheres que pegavam o ônibus comigo no trajeto diário de Vespasiano a Belo Horizonte.

Embora eu tenha crescido rodeada de mulheres negras, foi confrontando a realidade das passageiras daqueles ônibus que me peguei diferenciando o trabalho das mulheres negras e a sua rotina diária do trabalho de outras pessoas.

O ônibus ao qual me refiro, para situar o leitor, faz o trajeto “MOVE 503H/ Morro Alto-Hospitais”, saindo do Terminal na periferia de Vespasiano/MG, Bairro Morro Alto, em direção à região hospitalar de Belo Horizonte. Tendo em vista que o referido ônibus parte de uma região periférica, é comum um número maior de pessoas negras e, bem assim, mulheres negras.

Uma dessas mulheres é Fátima³.

Ela aparenta ter por volta de 58 anos, mas pode ser mais jovem; é alta, tem a pele retinta e os cabelos curtos. Fátima pega o 503H entre 07h e 08h sempre com muitas sacolas grandes e pesadas nas mãos, mais do que suas forças são capazes de carregar, o que pode ser lido como um indicativo de seu suposto trabalho no comércio ambulante. Ela distribui algumas sacolas nos braços e outras no ombro, sendo possível vê-la andar pelo Terminal um pouco mais curvada. Quase nunca há lugar para ela se sentar no ônibus. Algumas vezes senta-se no chão. Outras vezes “fura” a fila de espera. Por vezes entra no ônibus na fila das pessoas com prioridade para conseguir se sentar no único assento que dispõe de espaço para alocar suas sacolas. Desce do ônibus na região central de Belo Horizonte.

Rita⁴ e suas amigas pegam o ônibus em direção ao Terminal em horário mais cedo do que Fátima, entre 06h e 07h. Como Fátima, Rita também é negra, aparenta ter por volta de 40 anos e é conhecida por quase todos dentro do ônibus. Fala alto, conversa com o motorista, xinga quando acontece algo que atrasa o trajeto, dá risadas e tem a “fama” de ser “barraqueira”.

Fátima, a princípio, poderia ser a perfeita representação da “*mammy*”⁵, a mulher forte, trabalhadora informal que aguenta as adversidades, que aguenta trabalhar até morrer, ao passo que Rita representaria, para além da “*welfare queen*”, a negra barraqueira, escandalosa, o oposto da gentileza, uma espécie de “*Rochelle*”⁶.

Entretanto, essas leituras estereotipadas visam a tornar defeito aquelas qualidades necessárias à sobrevivência dessas mulheres em um contexto social racista, patriarcal e

³ O nome utilizado é fictício.

⁴ Idem.

⁵ Como se verá no decorrer do texto, segundo Collins (2019), “*mammy*” e “*welfare queen*” são estereótipos utilizados para rotular mulheres negras

⁶ Personagem da série de TV norteamericana “*Todo mundo odeia o Chris*”, conhecida por ser barraqueira e nunca “*levar desaforo pra casa*”.

machista. Enquanto Fátima precisa conhecer cada brecha do funcionamento do sistema de ônibus, para garantir um mínimo de conforto na sua trajetória, com sacos pesados todo dia e se aproveita do sentimento de “dó” que as pessoas têm dela, Rita desenvolveu uma saudável relação com os motoristas, a ponto de eles facilitarem a sua rotina diária, chegam até a dirigir mais velozmente quando ela pede.

O ponto em comum é que Fátima, Rita, eu, minha mãe e minhas vizinhas, por termos nascido mulheres e negras, passamos por discriminações semelhantes diariamente e, para sobreviver a isso, construímos estratégias.

É sobre essas estratégias que escolhi tratar na dissertação. Penso nesse trabalho como uma resposta ao chamado despertado em mim pela carta escrita por Anzáldua em 1981, quase uma década antes do meu nascimento e que me permitiu escolher falar sobre a minha própria história, que é também, a de várias outras mulheres negras.

Mapear nossas experiências no tempo, em contramão à história que é contada oficialmente, evidenciá-las, trazendo-nos para um lugar visível, na tentativa de me colocar como uma intelectual negra, não por egocentrismo ou por me achar merecedora desse título, mas por estar aqui hoje na academia e poder utilizar esse lugar de forma estratégica para falar sobre minha cor.

2.2 Mas a mulher negra tem algo para falar?

Isabella Baumfree, que posteriormente adotaria o nome de Sojourner Truth, nasceu, pelo que ela se recorda, entre os anos de 1797 e 1800. Escrava, era filha de James e Betsey, que moravam no condado de Ulster, em Nova York, e pertenciam todos ao Coronel Ardinburgh. Do coronel pouco se lembra, pois era criança quando ela, seus pais e seus irmãos se tornaram propriedade de Charles Ardinburgh, filho do coronel, repassados como herança após sua morte (TRUTH, 1850).

A vida nas terras de Charles não foi fácil. Apesar de ser considerado bondoso no tratamento com os escravos, deixava-os dormir todos amontoados, sem distinção de sexo, em uma espécie de albergue sem luz do sol, em um chão de madeira úmida sob a lama de um terreno íngreme, o que frequentemente causava reumatismos, febre, feridas e paralisia. Quando Charles morreu, Isabella foi leiloada para John Nealy juntamente com algumas ovelhas. Nos anos que se seguiram ao seu leilão, Isabella sofreu com castigos pesados, tendo suas costas chicoteadas até a carne viva em certa ocasião. Como ela só sabia falar holandês, e os novos proprietários falavam apenas inglês, toda vez que, por má interpretação, fazia algo diferente do que lhe pedissem, recebia severos castigos (TRUTH, 1850).

Após os Nealy, Isabella ainda passou por outros dois senhores antes de, finalmente, tornar-se livre. Na Fazenda do Sr. Dumont, ela foi forçada a se casar com um escravo mais velho com quem teve 5 filhos. Ela se recorda que precisava trabalhar com os filhos ainda pequenos, então os colocava em uma cesta e os amarrava em uma árvore enquanto trabalhava no campo. No ano de 1826, o Sr. Dumont prometeu libertá-la antes do prazo de emancipação decretado pelo Estado (4 de julho de 1827). Mas, como Isabella machucou a mão, o Sr. Dumont voltou atrás em sua promessa, alegando que ela lhe devia tempo de trabalho, uma vez que seu ritmo diminuía com o machucado na mão. Isabella, diante disso se calou, optando por trabalhar incessantemente, mesmo com o ferimento na mão, tecendo lã até sentir que não devia mais nada ao Sr. Dumont. Por fim, Isabella fugiu para a casa de seu último senhor, Van Wagener, levando apenas um de seus filhos, já que os outros haviam sido vendidos, e por lá trabalhou até se tornar livre (TRUTH, 1850).

Em liberdade, Isabella converteu-se ao metodismo e virou missionária, mudando seu nome para Sojourner Truth, em 1843 (TRUTH, 1850). A partir de então, passou a fazer parte de um grupo de abolicionistas que pregavam os direitos das mulheres, a tolerância religiosa, o fim da pena de morte, a reforma prisional, os direitos dos libertos e o fim da escravidão (SOJOURNER TRUTH CENTER FOR LIBERATION AND JUSTICE, 2018). Em maio de 1851, participou da Convenção dos Direitos da mulher em Akron, Ohio, onde pronunciou seu famoso discurso, “Não sou eu uma mulher?”:

Muito bem crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros (negroes) do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”]. É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a minha medida?

Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso.

Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de consertá-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem.

Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer. (TRUTH apud PINHO, 2014)

Nesse famoso discurso, Sojourner contestou a imagem de mulher como um ser dócil e feminino. Ela sabia que era uma mulher, e, apesar de não ser “aquele tipo de mulher”, era ainda uma mulher, formada pela trajetória que a levou até ali, merecedora dos mesmos direitos de todas as outras e de todos os outros.

Ao questionar se ela também não era uma mulher, Sojourner Truth estava fazendo a sua própria leitura de feminilidade a partir da sua própria história. Embora fosse uma mulher negra, ex-escrava e, por isso, subalterna, não se contentou com o discurso dominante acerca de como uma mulher deveria se portar. Identificando que o que estava ouvindo só se aplicava às mulheres brancas, Sojourner levantou-se e falou do seu ponto de vista, explicitando que ela era diferente e sabia disso, viveu situações diferentes e sabia que nem por isso não era uma mulher.

Spivak (2010) traz importante reflexão sobre o lugar do sujeito subalterno⁷ nos discursos hegemônicos sobre eles mesmos. A partir da experiência da “queima da sati”⁸ em sociedades indianas, a autora constrói a explicação para a frase “homens brancos estão salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura” (SPIVAK, 2010, pág. 94). O ritual da queima da sati consiste em viúvas cometerem suicídio na ocasião da morte de seus maridos. Convém destacar, porém, que as duas versões encontradas nos livros de história foram contadas ou pelos indianos nativos ou pelos britânicos, de modo que a voz das “sati” não aparece em nenhum registro oficial. Segundo os indianos nativos as mulheres viúvas não mais queriam viver após a morte de seus maridos. Já os britânicos apresentaram-se como os

⁷ Levando em consideração a colonialidade, ou seja a ideia de que existem estruturas de poder que se perpetuam, independentemente do momento histórico colonial, o termo subalterno utilizado por Spivak diz respeito ao lugar ocupado por sujeitos não hegemônicos, em termos de gênero, raça, entre outros.

⁸ Embora o ritual tenha sido traduzido apenas como “sati” pelos britânicos, a palavra “sati” no idioma indiano significa “boa esposa”.

abolicionistas salvadores das “satis” que não queriam morrer ao se tornarem viúvas (SPIVAK, 2010).

É possível perceber que nenhuma das duas versões leva em consideração a voz das viúvas, além de envolverem interesses ideológicos mais abrangentes do que a “simples” vida viúva. Assim, Spivak conclui que o ato de dissertar sobre o subalterno não necessariamente é dar voz ao subalterno que nunca se manifestou e que, por estar preso em uma estrutura de poder feita para silenciar, nunca poderá se manifestar (SPIVAK, 2010).

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher intelectual como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que não deve rejeitar com um floreio. (SPIVAK, 2010, pág. 126)

Em contraposição, Kilomba (2019) argumenta que a asserção de que os subalternos não podem falar não deve ser vista como algo absoluto, pois isso acarretaria em concordância com a ideia colonial de que os subordinados consentem com o projeto de opressão que lhes é imposto e não têm uma visão sobre sua própria opressão. ou que os subalternos realmente, por serem inferiores, não têm condições de se expressar por si mesmos; ou que não têm consciência sobre sua expressão (KILOMBA, 2019)

Na verdade, os subalternos, e nesse grupo se encontram as mulheres negras, sempre falaram, inclusive teorizando por si mesmos sobre si mesmos e sobre a opressão, mas essa fala é silenciada por outros que ocupam posições hegemônicas e que são, normalmente, aqueles que ‘contam a história’.

Quando nos fazemos perguntas simples como “qual conhecimento está sendo reconhecido como tal?”, “e qual conhecimento não o é?”, “qual conhecimento tem feito parte das agendas acadêmicas?” “e qual conhecimento não?”, “de quem é esse conhecimento?”, “quem está no centro?” é fácil visualizar que o que sabemos sobre erudição e ciência está ligado ao poder e à autoridade racial (KILOMBA, 2019, pág. 50).

Nesse sentido, não há um modo metodologicamente neutro, objetivo e imparcial de se fazer ciência. O que há é a imposição do modo hegemônico branco de fazer ciência sobre todos os outros e a consequente desqualificação de tudo o que já se produziu em contrariedade.

O subalterno fala, mas sua voz é deslegitimada e, portanto, não aparece, não se registra, não se fixa aos anais da História.

Quando uma mulher negra se levanta para falar de histórias marcadas pelo racismo cotidiano, essa atitude é vista como demasiadamente subjetiva. E o subjetivo é o

privado, é oposto do objetivo, é o oposto da ciência. Mas tais histórias não são de modo algum privadas, “elas espelham as realidades históricas, políticas, sociais e emocionais das ‘relações raciais’ em espaços acadêmicos e deveriam, portanto, ser articuladas tanto teórica quanto metodologicamente” (KILOMBA, 2019, pág. 58)

Nós, mulheres negras, possuímos um conhecimento privilegiado em diversas situações. No trabalho, uma empregada doméstica, ao mesmo tempo em que é dita “da família”, é tratada de forma diferente, e pode, por isso, ter uma visão de fora e de dentro. No ambiente acadêmico, é justamente toda a nossa vivência fora da sala de aula que nos dá uma visão que nossas colegas brancas não possuem acerca das estruturas presentes ali (COLLINS, 2016).

É isso que Ribeiro (2017) chama de “lugar de fala”, que significa que todos temos um lugar de fala a respeito de um dado assunto e, quando o assunto é opressão de gênero e raça, o lugar que nós mulheres negras ocupamos no debate é o lugar de quem vive a opressão e pode expressar o olhar a partir desse lugar (RIBEIRO, 2017). Ninguém melhor do que nós mesmas para falarmos sobre nós mesmas e sobre o que nós mesmas vivenciamos (COLLINS, 2019).

O termo “interseccionalidade” foi cunhado por Crenshaw (2001) quando se referia ao tipo de discriminação sofrido por mulheres negras, que corresponderia à sobreposição de outras opressões. Nós, mulheres negras, nos encontramos na intersecção de raça, classe e gênero (além de outros marcadores econômicos e regionais) e, nesse lugar, somos o alvo de uma discriminação diferente, resultado da justaposição das outras (CRENSHAW, 2001).

Tendo tal constatação em mente, Collins (2019) afirma que, no decorrer dos anos, três tipos de opressões foram e são usadas contra as mulheres negras nos Estados Unidos: a política, a econômica e a ideológica (COLLINS, 2019).

Nesse ponto, acho válido destacar que, embora Collins tenha desenvolvido sua teoria a partir das experiências de mulheres negras norte-americanas, o pensamento feminista negro que ela desenvolveu também se aplica transnacionalmente a outras mulheres negras em contexto de diáspora africana, como veremos no decorrer do meu texto.

As opressões de ordem política dizem respeito à exclusão das mulheres negras do acesso a direitos tais como o voto, a ocupação de cargos públicos e a educação, relegando-as a escolas subfinanciadas em regiões periféricas. A dimensão econômica da opressão é o resultado de uma rotina de trabalho desumana durante a escravidão e das péssimas condições de trabalho e altos índices de pobreza que acompanhavam o trabalho assalariado livre no sul

rural na época. Para a maioria das afroamericanas, a vida se reduzia a tentar sobreviver. Por fim, a dimensão ideológica da opressão consiste na utilização de imagens de controle, estereótipos distorcidos da condição da mulher negra, que justificaram sua alocação em um lugar subordinado. (COLLINS, 2019)

Juntas essas três dimensões moldaram um sistema que suprime o pensamento das mulheres negras em detrimento do pensamento masculino branco.

Nesses contextos de opressões, nós, mulheres negras, adquirimos conhecimentos e estratégias de sobrevivência que transmitimos umas para as outras. Por ocuparmos espaços segregados e vivenciarmos situações semelhantes, nós também compartilhamos opressões interseccionais. A maneira com a qual lidamos com essas opressões é o cerne do pensamento feminista negro, formado por uma relação dialética entre opressão e ativismo (COLLINS, 2019).

Contudo, mesmo que nós, mulheres negras, enfrentemos situações que predisponham à formação de uma consciência de grupo distintiva, não necessariamente todas as mulheres do grupo vão enfrentar as mesmas dificuldades e nem sempre vão reagir da mesma forma a situações idênticas (COLLINS, 2019).

Por isso, a construção do ponto de vista feminista perpassa por entender, em primeiro lugar, que respostas diversas a questões centrais caracterizam o conhecimento das mulheres negras enquanto grupo. Em segundo lugar, apesar das diferenças decorrentes do momento histórico, da idade, da classe social (mulheres negras de classe média enfrentam discriminações no ambiente de trabalho que, muitas vezes, não são tão flagrantes quanto mulheres negras da classe trabalhadora), da orientação sexual (mulheres negras lésbicas enfrentam discriminações também decorrentes do heterossexismo), da cor da pele ou da etnia, as afroamericanas têm em comum a luta contra a opressão (COLLINS, 2019).

Assim, dada a maneira como as diferenças entre as mulheres negras influenciam suas respostas a problemas comuns, não existe um ponto de vista único e essencialista da mulher negra. “Em vez disso, pode ser mais correto dizer que existe um ponto de vista coletivo das mulheres negras, caracterizado pelas tensões geradas por respostas diferentes a desafios comuns” (COLLINS, 2019, p.73). Ou seja, nós vivenciamos situações semelhantes e respondemos de forma diferente (e também de forma igual) a essas situações. Essa relação dialética entre passar pela mesma opressão que outras mulheres negras e responder a essa opressão, independentemente de qual seja a resposta, é onde reside o cerne do pensamento feminista negro.

Lidar com isso todos os dias produz um conhecimento⁹ das mulheres negras para outras mulheres negras, enquanto grupo.

Esse conhecimento é a vivência por trás do termo “escrevivência” cunhado por Conceição Evaristo.

Na origem da minha escrita ouço os gritos, os chamados das vizinhas debruçadas sobre as janelas, ou nos vãos das portas, contando em voz alta umas para as outras as suas mazelas, assim como as suas alegrias. Como ouvi conversas de mulheres! Falar e ouvir entre nós, era a talvez a única defesa, o único remédio que possuíamos. (EVARISTO, 2020b, pág. 52)

A origem do termo “escrevivência” está nas mães pretas da casa-grande que, após horas e horas de trabalho árduo, eram ainda obrigadas a usar a sua voz para contar histórias de ninar às crianças (EVARISTO, 2020a). Se, naquela época, elas não podiam se insurgir e falar o que queriam, hoje, nós podemos nos apropriar da escrita para transmitir o conhecimento que adquirimos com nossas vivências, nossas trocas e nossa ancestralidade.

E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (EVARISTO, 2020a, pág. 30)

Escrever é, nesse sentido, trazer para o papel o conhecimento que temos da oralidade e do dia a dia, de tudo que nossas antepassadas vivenciaram, mas sobre o que não puderam escrever porque a escrita lhes foi negada. Hoje nós, principalmente mulheres negras na academia, podemos utilizar o espaço da escrita para eternizar esses conhecimentos no papel, esperando que eles façam parte da História que será contada para as próximas gerações.

E, como mulheres negras, falar de nossas histórias nunca é falar de uma história única, de uma pessoa só. Ao falar da minha história, eu estou também falando da história de outras várias mulheres negras.

Escrevivência surge de uma prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre. Em que o agente, o sujeito da ação, assume o seu fazer, o seu

⁹ Esse conhecimento, para Collins, pode ser encontrado tanto em seu estado “trivial”, que é aquele cotidiano, de nossas ações diárias, quanto em seu estado “especializado”, oriundo de estudiosas ou especialistas, cujas teorias facilitam a expressão do ponto de vista das mulheres negras. Esses dois níveis de conhecimento são interdependentes, mas também são dialógicos, de forma que um se retroalimenta do outro. Assim, como se verá, a transmissão do conhecimento das mulheres negras acontece dentro de ambientes acadêmicos, mas também ocorre principalmente fora deles.

pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por grupos, por uma coletividade (EVARISTO, 2020a, pág. 38).

Quando eu li pela primeira vez o conto “Maria” (EVARISTO, 2016) eu, de certa forma, me identifiquei com a personagem e pude visualizar várias outras “marias” que conheço dentro daquela personagem. O conto em questão, como diz Evaristo (2018), é inventado, mas ao mesmo tempo é real.

A personagem Maria, empregada doméstica, está aguardando o ônibus com sacolas pesadas nas mãos; e o ônibus parece que não vai passar nunca. Cansada, ela só pensa em chegar em casa e mostrar para os filhos as frutas que ganhou das sobras da festa da patroa. Quando o ônibus finalmente chega e Maria entra, depara-se com um antigo amor, o pai de um dos seus filhos, que se aproxima carinhosamente e pergunta como Maria anda, manda um abraço para o filho (que a personagem fica ansiosa para transmitir) e logo em seguida anuncia um assalto. Ele leva coisas dos passageiros, mas não de Maria. Ela, inclusive, não tinha nada para dar aos assaltantes, pois trazia consigo somente as frutas e um corte profundo nas mãos, resultado da má utilização da faca a laser da patroa. Quando esse homem desce do ônibus, os passageiros se voltam contra Maria: “aquela puta safada lá da frente conhecia os assaltantes” “negra safada, vai ver que estava de coleio com os dois”, “aquela puta, aquela negra safada estava com os ladrões!”. No final dessa história, Maria acaba linchada pelos passageiros, que estavam “todos armados com facas a laser que cortam até a vida” (EVARISTO, 2016, págs. 39-42).

Como não me lembrar de Fátima (esperando o ônibus com as sacolas pesadas nas mãos); da minha mãe (mulher negra moradora da região metropolitana que sai uma vez por mês para ir ao médico de olhos quando aproveita para fazer compras no centro, retornando pra casa tarde, após ter andado muito, ter esperado horas pelo ônibus, cansada e carregada com muitas sacolas nas mãos); e até de mim mesma (chegando em casa mais tarde do que todas as minhas amigas da faculdade, ora porque precisava ir lá na rua Oiapoque, na “1001 festas” comprar os ingredientes dos doces que eu vendi por muito tempo, ora porque sei lá por qual motivo me atrasei, perdi o ônibus e tive que esperar o próximo que só passava dali a 1 hora). Como não me lembrar das tantas outras mulheres negras que já foram ou são empregadas domésticas, como Conceição Evaristo, desumanizadas por tantos olhares. A faca à laser, nesse conto, representa a opressão que todas nós sofremos diariamente e é por isso que esse conto não é só sobre Maria e não é só uma história fictícia.

2.3 Imagens de controle

Nós, mulheres negras, ocupamos uma posição na qual há um paralelismo entre as partes inferiores de uma série de binarismos, e essa situação tem sido fundamental para manter nossa condição subordinada. Assim, por exemplo, nosso acesso à educação é limitado, o que serve para depois alegarem que nos faltam fatos para julgar corretamente (COLLINS, 2019).

As imagens projetadas sob a condição da mulher negra, mais do que estereótipos distorcidos da realidade, constituem uma forma de nos controlar. São imagens construídas socialmente e reforçadas ao decorrer do tempo até mesmo pelas próprias instituições governamentais com a finalidade de nos manter como “o outro” objetificado que ocupa naturalmente um lugar de submissão (COLLINS, 2019).

Muitas vezes, essas imagens passam a ser a forma como nós mesmas nos enxergamos, mais corpo do que mente. Imagens da mulher negra hipersexualizada, desqualificada e/ou prostituta, mãe preta, trabalhadora abnegada que cuida de todos vem sendo reforçadas desde o período da escravidão para criar espécie de justificação para a exploração masculina branca. A repetição de tais imagens e sua assimilação pela sociedade faz com que, ainda hoje, tenhamos dificuldade de nos enxergar como intelectuais, atividade diametralmente oposta às imagens do feminino negro (HOOKS, 1995).

Nós, mulheres negras, temos resistido a essas imagens de controle, diariamente fazendo algo que não se espera de nós, por exemplo, ou passando a nos definir por nós mesmas, a partir de leituras próprias da opressão que sofremos e de nossos atos de resistência a essa opressão. “Quando combinados, esses atos individuais de resistência sugerem uma consciência coletiva específica” (COLLINS, 2019, p. 181).

Tal consciência não poderia ser criada sem espaços de trocas seguros como as famílias, as igrejas, as organizações comunitárias, entre outros, onde as mulheres negras estão desconstruindo essas imagens¹⁰. Um espaço importante onde buscamos construir vozes individuais e coletivas é o locus das nossas relações umas com as outras (amigas, mães, filhas). A figura da mãe, por exemplo, quase sempre aparece em relatos de mulheres negras como alguém que as empoderou. Quando estamos umas com as outras, nós, mulheres negras, conseguimos nos soltar mais, rir e reafirmar nossa humanidade (COLLINS, 2019).

¹⁰ Cabe ressaltar que, esses mesmos ambientes podem, por outro lado, reproduzir ideologias sexistas, elitistas e homofóbicas, já que as afroamericanas enfrentam desafios mesmo dentro de instituições da comunidade civil negra. Não necessariamente uma instituição preocupada com a desigualdade racial vai deixar de manifestar opressões de gênero em suas entranhas.

Outro lugar, no contexto estadunidense, é o blues da década de 1920, ritmo musical que estava muito presente na vida da comunidade negra e era cantado quase que exclusivamente por mulheres negras trabalhadoras. Suas intérpretes desafiavam as imagens de controle, ao cantar abertamente sobre suas vidas, suas trajetórias, sua sexualidade. O blues foi, nesse sentido, muito importante para documentar o ponto de vista das mulheres negras para aquelas que não tinham acesso à educação formal (COLLINS, 2019).

No filme “Ma Rainey’s Black Bottom”, lançado em português como “A voz suprema do Blues”, Ma Rainey, mulher negra que se tornou ícone do blues norte-americano na década de 1920, interpretada por Viola Davis, aparece impondo suas vontades aos homens brancos responsáveis pelo estúdio de gravação. Ao ser questionada sobre seu comportamento, a personagem responde que sabia que aqueles homens não se importavam com ela, uma mulher negra, e que, assim, que tivessem a gravação de sua voz, ela seria descartada. Fazer-se impor era uma estratégia para que, ao menos naquele momento, ela fosse a pessoa mais importante ali.

Ter um ponto de vista próprio sobre sua condição é a maneira mais genuína encontrada pelas mulheres negras para se autodefinir e se valorar. Já que muitas das imagens de controle constituem, na verdade, imagens distorcidas sobre o nosso comportamento que ameaçam o status quo, precisamos ler a nossa própria condição e abraçá-la (COLLINS, 2019).

E já estamos fazendo isso, diariamente, há muito tempo. Como procurarei mostrar no decorrer do meu texto, nós nunca nos calamos ou aceitamos inertes a opressão. No ambiente laboral, somos atravessadas por discriminações diárias e, historicamente, ocupamos cargos menos remunerados e informais. Mas estamos sobrevivendo a isso.

Ao dizer que estamos sobrevivendo, é importante dizer também que nós não somos apenas sobreviventes. Pelo contrário, a nossa maneira de sobreviver é repleta de momentos em que também podemos demonstrar fragilidade e amor, embora isso seja tão difícil para nós.

Esses sistemas de dominação são mais eficazes quando alteram nossa habilidade de querer e amar. Nós negros temos sido profundamente feridos, como a gente diz, "feridos até o coração", e essa ferida emocional que carregamos afeta nossa capacidade de sentir e conseqüentemente, de amar. (HOOKS, 1994)

Para resistirem à escravidão, negros eram forçados a reprimir seus sentimentos. Encarando a dor, a morte e o sofrimento diariamente, não havia espaço para demonstração de carinho, a menos que isso fosse feito escondido, de forma a evitar alguma punição (HOOKS, 1994).

Mesmo após o fim da escravidão, os negros continuaram a reprimir seus sentimentos frente ao racismo e à supremacia branca, necessitando sempre de uma força que não era exigida dos brancos e com as mulheres negras não foi diferente. Muitas mães pretas, por precisarem estar sempre lutando pela sobrevivência, foram levadas a achar que suprir as necessidades materiais dos filhos é sinônimo de amor e, assim, por vezes, encontram dificuldades em demonstrar carinho e atenção. Isso faz com que as meninas negras, desde novas, sejam criadas achando que a sobrevivência está acima de tudo, até mesmo das suas necessidades emocionais (HOOKS, 1994).

E, de fato, a imagem projetada da mulher negra tradicionalmente é a de uma sobrevivente. E, a isso, também precisamos resistir por meio das nossas experiências que, além de libertarem, também mostram que podemos e devemos exercer a nossa vivência repleta de saberes, conhecimento, amor, fragilidade, melodia e beleza.

2.4 Posso contar da minha própria ancestralidade? O trabalho das tabuleiras

Como já disse antes, essa dissertação é o resultado da busca por histórias não contadas de mulheres trabalhadoras negras. Isso porque na história que nos foi contada nós somos invisíveis.

A minha busca começou em 1700, quando ainda vivíamos escravizadas. E embora o trabalho ainda não existisse conceitualmente como existe hoje, nós já trabalhávamos.

Não foi fácil encontrar dados sólidos a respeito das histórias de vida de mulheres negras escravas porque houve um apagamento ideológico dessas histórias.

Em uma das últimas reuniões do Aláfia, comentávamos que, quando nos damos conta das histórias que nos foram contadas sobre a população negra, parece que nunca fizemos nada de útil para a sociedade, que nunca fizemos ciência, que não temos nada de importante para contar e que nosso legado se reduz a sermos escravos e a sobreviver sofrendo. Isso porque, em grande medida, nossa história foi contada por pessoas brancas e o conhecimento que é produzido por nós é historicamente desqualificado.

Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornaram-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós (KILOMBA, 2019, pág. 51).

Além disso, ora em romances literários e novelas, ora em obras importantes na produção da identidade nacional, tais como “Casa grande e Senzala”, difundiu-se largamente em nossa historiografia a imagem da escrava negra doméstica submissa ao poder patriarcal,

como uma espécie de prolongamento do grupo familiar (imagem essa que, como falarei mais adiante, até hoje é um estereótipo que ronda a mulher negra).

Para Freyre, todo brasileiro carrega em si muito “da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem” (FREYRE, 2003, pág. 367).

Além de colocar a atração sexual de homens brancos por mulheres negras como motivo suficiente para atenuar conflitos raciais, o autor de casa “Grande e Senzala” apresenta as escravas domésticas e amas de leite como uma parte pobre da família branca, responsável por transmitir carinho e ternura aos “nhonhês” e tratadas pelos senhores com uma doçura que não se viu em nenhum outro país da América (FREYRE, 2003).

Outro estereótipo muito comum sobre as mulheres negras escravas brasileiras é o de “mulata sensual”. Como aponta Xavier (2012), esse é o estereótipo que aparece retratado na personagem “Rita Bahiana” da obra “O cortiço”, de Aluisio Azevedo. Rita é descrita como uma mulata sensual, simples, primitiva, feita toda de pecado, que exalava o cheiro sensual de plantas aromáticas e andava rebolando os quadris de forma a hipnotizar vários homens (AZEVEDO, 1890).

A bem da verdade, as escravas foram muito mais do que mães pretas submissas ou mulatas sensuais; suas vidas foram marcadas por uma constante subjugação e desumanização e a isso não responderam caladas. A história é repleta de episódios de resistência diária frente à escravização.

Para ilustrar parte disso, escolhi trazer um pouco da vida e do trabalho das “negras tabuleiras” em Minas Gerais nos idos setecentistas e oitocentistas. Escravas de ganho ou pretas forras¹¹ que se dedicavam ao comércio de pequenos gêneros alimentícios e objetos artesanais e cuja vida foi marcada por perseguição e resistência.

Quanto aos estereótipos femininos predominantes na época, sugerem imagens de rua, que se opõem radicalmente aos papéis sociais normativos das mulheres brancas, das classes dominantes, de reclusão e de resguardo domésticos. A imagem das negras de tabuleiro evoca independência de movimentos e liberdade de circulação pela cidade, em oposição à imagem das mucamas domésticas, tal como ficaram na historiografia brasileira associadas a laços de submissão e de dependência em relação à autoridade patriarcal dos senhores que as tornavam hipoteticamente um prolongamento do grupo familiar (DIAS, 1985, págs. 90 e 91)

¹¹ O termo forra é utilizado para denominar mulheres negras libertas da escravidão.

Na Senegâmbia, Guiné e em quase toda a África, as mulheres eram donas de casa, agricultoras e comerciantes. Dominavam o comércio de retalhos, pimenta, inhame, azeite de dendê, arroz, legumes, frutas e outros gêneros alimentícios e precisavam ser astutas, conhecedoras das praças onde poderiam arrematar por menos e depois revender por mais (SILVA, 2002).

Por dominarem todo o comércio de mercado rural alimentício, era estratégico para elas, inclusive, formar sociedade ou até mesmo se casar com alguns portugueses que por lá chegaram a fim de expandirem suas redes de comércio aos europeus¹².

E começaram, lenta e habilmente, a construir para elas e sua descendência mestiça um espaço próprio, distinto do tradicional em que se haviam educado, um ambiente cultural entre africano e europeu, antecipador e semente do que viria a ser o mundo das nharas ou nhanhas, das senhoras do rio Gâmbia e das signares do Senegal (SILVA, 2002, pág. 168).

Essa tradição africana foi trazida nos navios negreiros para as Minas Gerais e outros lugares do Brasil, onde boa parte das comerciantes de pequenos gêneros alimentícios eram mulheres negras africanas.

Além da presença da tradição africana, o costume de mulheres se dedicarem ao comércio¹³ também vinha de Portugal. Por lá, existiam legislações que asseguravam a exclusividade feminina no comércio ambulante a fim de proteger aquelas mulheres com maiores dificuldades financeiras. A concentração do comércio ambulante nas mãos de pretas escravas e forras também se deu por causa da divisão sexual do trabalho, uma vez que o trabalho extrativo na mineração era considerado estritamente masculino (FIGUEIREDO; MAGALDI, 1985). Como resultado, em 1773, 70% das vendas em Vila Rica estavam sob o controle de mulheres de ascendência africana (CAMILO, 2015).

Boa parte dos escravos em Minas Gerais era de ganho, ou seja, trabalhavam fora da propriedade do senhor, nas minas, por exemplo, e precisavam repassar, diária ou semanalmente, para o senhor/senhora uma quantia previamente estipulada, era o chamado “jornal” (FIGUEIREDO, 2012).

¹² Importante destacar que tais sociedades e casamentos também eram de igual modo lucrativas aos portugueses, pois, ao se africanizarem, poderiam competir com mercadores locais, ganhavam status e maior segurança e poderiam, por meio das esposas (mais de uma na maior parte das vezes) acessar as estruturas de mando locais.

¹³ Nesse sentido, cabe ressaltar que por aqui também havia mulheres brancas pobres que, em menor número, se dedicavam ao comércio muitas vezes após perderem seus maridos e terem de garantir seu sustento de alguma forma. Inclusive, como tratarei mais adiante, uma das razões para que a administração tentasse coibir o trabalho das pretas tabuleiras era resguardar o comércio dessas mencionadas mulheres brancas.

As negras comerciantes ficaram conhecidas como “tabuleiras”. Elas poderiam ser forras ou escravas de ganho, trabalhando a mando do senhor/senhora. Sendo escravas de ganho, as mulheres dispunham de um pouco mais de liberdade, já que não tinham o feitor no seu encaço 24 horas por dia e poderiam guardar excedentes dos jornais para comprar sua alforria posteriormente (REIS, 1988). Entretanto, quando não conseguiam juntar todo o jornal devido, o que acontecia com frequência, já que muitas vezes as escravas eram mandadas à venda com quantidade e valor de itens inferiores ao valor do jornal, não lhes restava outra alternativa senão a prostituição. Desse modo, ao passo que livres de coação física e vigilância, as escravas de ganho estavam, por outro lado, sujeitas à exploração econômica e sexual (FIGUEIREDO; MAGALDI, 1985).

A prática da prostituição pela população cativa e liberta estava associada à sobrevivência, de tal modo que também entre as famílias pretas livres e pobres era possível ver mães e pais aceitando a prostituição de suas filhas e maridos aceitando a de suas esposas. Essa prática era recorrente não só pela necessidade de sustento como também porque a população negra, muitas vezes, era detentora de uma moral diferente da pregada pelo catolicismo português, figurando a prostituição como estratégia das mulheres negras para obter melhores condições de vida (FIGUEIREDO, 2012). A necessidade de se prostituir para aumentar os rendimentos denota, já nessa época, a submissão da mulher negra à dupla jornada de trabalho, o que, como tratarei nos próximos capítulos é uma das características que marcam o seu trabalho.

O trabalho das tabuleiras, tanto nas vendas quanto na prostituição, foi duramente reprimido durante todo o período colonial. Diariamente, surgiam bandos e editais¹⁴ diferentes, que visavam limitar a esfera de ação das tabuleiras. As motivações quase sempre estavam ligadas ao “contrabando de ouro”. Isso porque o ouro com o qual os escravos mineiros compravam aguardente, comida, fumo e outros nos tabuleiros era derivado das minas e escondido pelos escravos para utilização própria, o que diminuía o jornal arrecadado pelos senhores e, como consequência, o tributo pago por estes à coroa.

Outro medo que assolava as autoridades era o de que os espaços de vendas das tabuleiras pretas fosse utilizado como pontos de insurgência dos escravos. O comércio das negras, que possuíam locais de vendas estabelecidas, possibilitava o contato entre negros refugiados em quilombos que para ali se dirigiam em busca de pólvora e de escravos à procura de diversão (FIGUEIREDO; MAGALDI, 1985).

¹⁴ Bandos e editais eram os nomes dados às Leis publicadas à época com a finalidade de repressão.

Além disso, também existia o medo, por parte das autoridades, de que as tabuleiras negras fizessem concorrência às poucas mulheres brancas pobres e viúvas que sobreviviam do trabalho ambulante nas ruas ou aos homens brancos portugueses que possuíam vendas fixas na capitania (FIGUEIREDO; MAGALDI, 1985).

Quanto à prostituição, em que pese a alegação de que tal prática afrontava a moral cristã, é certo que a administração colonial também temia a expansão da população preta e mestiça. Conforme apontam os dados do censo de 1872, anos antes do fim da escravidão, Minas Gerais possuía uma população de brancos de 421.861 homens e 409.126 mulheres, enquanto a população preta e parda somava 607.889 homens e 478.537 mulheres (BRAZIL, 1872)

Os bandos não poderiam proibir a atividade das tabuleiras, pois isso criaria dificuldades no abastecimento da capitania e na obtenção de recursos para Portugal, então os esforços da administração colonial concentravam-se em impedir que as negras vendessem perto das áreas de mineração ou que os escravos tivessem acesso amplo às suas vendas fixas (FIGUEIREDO; MAGALDI, 1985).

Assim, no bando de 28/02/1714, por ordem do governador, foi proibido que escravos pernoitassem fora da casa dos seus senhores; no edital de 15/05/1776, objetivando impedir que negros permanecessem dentro das vendas, sem qualquer vigilância, os comerciantes foram obrigados a colocar seus balcões do lado de fora das vendas; nos bandos de 11/12/1729 e 03/11/1732 negras ou mulatas, escravas ou forras foram impedidas de estabelecer vendas ou de irem com tabuleiros em locais próximos às minas ou de fácil acesso dos escravos mineiros (FIGUEIREDO; MAGALDI, 1985).

Dessa forma, as pretas que se dedicavam ao comércio precisavam sempre traçar estratégias para fugir do controle das autoridades, do contrário, estariam sujeitas a diversas modalidades de castigos.

Negras, mulatas ou carijós, livres ou cativas, sofreram comumente as seguintes punições: confisco dos gêneros que estivessem vendendo (que seriam utilizados na alimentação dos presos na cadeia), vários dias de prisão (8 a 90 dias), açoites em praça pública (de 50 a 200) e o pagamento de uma espécie de fiança (de 4 a 60 oitavas de ouro ou 6 a 90 mil réis) após o cumprimento das penas anteriores (sendo escrava, este pagamento ficava à cargo do proprietário). Algumas vezes tais punições variavam conforme critérios raciais. As mulheres brancas, mesmo que muito raramente participassem do comércio ambulante, mereceram, quando o fizeram, certa complacência (FIGUEIREDO; MAGALDI, 1985, pág. 58)

É nesse contexto que Figueiredo (2012) nos apresenta Ana, escrava de ganho tabuleira que foi presa “vendendo aguardente da terra sem medida aos negros [...] por uma

tigela de estanho” (FIGUEIREDO, 2012, pág. 36). Ana sabia das proibições, mas precisava juntar o jornal do senhor e tinha esperança de conseguir sua alforria. Ao avistar uma dúzia de escravos na mina de Domingos de Matos tomados pelo cansaço, não pensou duas vezes e foi até lá vender-lhes álcool, fumo e pão de ló, quando, de repente, se viu rodeada de capitães do mato armados, fazendo cumprir as ordens governamentais de impedir que tabuleiras se aproximassem da zona de mineiração. Ana foi presa, teve suas mercadorias confiscadas e ficou devendo ao seu proprietário, além do valor dos itens confiscados e dos dias de trabalho perdidos a quantia de 1.200 réis que ele havia pago, como multa, para libertá-la.

Mulheres como Ana precisavam conhecer cada brecha da Lei e cada lugar onde não existiam vigias para comerciarem e, assim, garantirem seu sustento. Era dali que retiravam seu sustento e a esperança de melhores condições de vida e, embora jamais fossem conseguir status social, coisa que estava adstrita à raça branca, muitas tabuleiras negras acumularam riquezas que passaram aos seus descendentes.

Viver da venda de gêneros alimentícios, como temos observado, era uma alternativa bastante viável em Vila Rica e Mariana setecentista, principalmente para mulheres egressas da escravidão. Com uma demanda crescente, cabia a forras e libertas de cor utilizar estratégias para inserir-se na atividade comercial, o que temos constatado, fizeram com sucesso. Seriam as singulares palavras de Tereza Ferreira Souto, uma notável comerciante negra, que explicaria a ascensão material e simbólica de muitas africanas após a escravidão. Em seu testamento assegurava “(...) que o meu trato presente foi sempre o usar de vender ao povo, fazenda comestível e molhados (...)”, o que lhe havia assegurado meios de sobreviver, criar os sete filhos e possuir ainda algum pecúlio para legar à prole (CAMILO, 2015, pág. 55)

De fato, o comércio ambulante possibilitava não só a sobrevivência, como também um acúmulo de excedentes que, por vezes, era utilizado para aquisição de bens, de propriedades e até mesmo de escravos, no caso das mulheres forras (REIS, 1988). Muitas tabuleiras, além de joias e objetos de valor, possuíam também escravas mulheres que as ajudavam no comércio. A relação entre as senhoras negras forras e suas escravas, nesse ponto, é interessante porque muitas mulheres negras deixaram seus bens de comércio, em testamento, a essas escravas, o que é um indicativo de que incentivavam as cativas a prosseguirem na vida como comerciantes, e isso possibilitava àquelas escravas, não só a alforria como melhores condições de sobrevivência (CAMILO, 2015).

Embora não existam muitos dados capazes de embasar tal constatação, é possível, a partir de alguns casos, pensar que a inserção no comércio era facilitada pelo apoio das senhoras forras donas de escravas, que um dia haviam sido escravas também e que,

possivelmente, mantinham com suas cativas uma relação diferente de escravidão clássica, ao menos no que diz respeito à sua morte e herança (CAMILO, 2015).

Em seu testamento, por exemplo, Ângela de Souza Ferreira optou por deixar todos os seus bens para sua afilhada Francisca, filha de sua escrava Juliana, ao invés de deixar qualquer coisa para seu marido, sob a justificativa de que ele em nada contribuiu para aumentar o patrimônio dos dois (CAMILO, 2015). Por possuírem autossuficiência material, essas comerciantes utilizavam o matrimônio, muitas vezes, como uma estratégia para aumentar posses e poderio. “A posição dessas mulheres comerciantes, inclusive, lhes dava poder sobre os maridos em condição inferior de riqueza” (CAMILO, 2015, pág. 61).

A respeito das tabuleiras em São Paulo, Dias (1985), escreveu:

O treino e a esperteza de vendedoras de ganho, que garantiam a sobrevivência de suas proprietárias, também se desdobravam numa dimensão exclusiva das próprias escravas: avós e mães, sustentavam suas famílias morando em quartos de aluguel pela cidade, principalmente na Sé. Como escravas, usufruíam da confiança de suas donas, que, com frequência, acabavam por alforriá-las. Além disso, gozavam de prestígio e de influência entre os próprios escravos, tornando-se líderes do seu convívio social e religioso. No seu cotidiano de trabalho e de lazer alternavam os cantos estratégicos do comércio ambulante com a intensidade de pontos mágicos, dos seus cultos improvisados. Maria dAruanda e Mãe Conga ficaram conhecidas na cidade. Adquiriram fama como curandeiras e mães-de-santo. Vistas com desconfiança pelas autoridades, foram perseguidas como “desinquietadoras de escravos” (DIAS, 1985, pág. 104)

Mas apesar de tudo, as histórias dessas mulheres foi marcada por resistência e pelo desenvolvimento de estratégias de sobrevivência, desde conhecer as brechas da Lei ou se fingir de “burra” e ignorante¹⁵ para escapar dos castigos, até constituir redes de solidariedade entre outras negras e negros, a partir dos laços formados pelo pequeno comércio. Nas vendas fixas de tabuleiras negras ou nas casas que mantinham para prostituição era muito comum o encontro de escravos com a população de quilombos. Nesses locais, reuniam-se tanto para traçar estratégias de fuga quanto para festejar e, por alguns instantes, esquecerem-se das duras penas da escravidão, buscando viver e não apenas sobreviver.

Desse modo, o comércio das tabuleiras teve significativa contribuição para a formação de ações de resistência à escravidão.

¹⁵ Isso porque determinadas Leis previam que a ignorância escusava da punição.

3 DE CASA PRA FAZENDA, DA FAZENDA PRA CASA: DAS MANIFESTAÇÕES ESPARSAS E INCIPIENTES À INSTITUCIONALIZAÇÃO

3.1 O lugar do feminino negro no Brasil pós abolição

No Brasil, o período posterior à abolição da escravidão em 1888, não se revelou próspero para a elaboração e promulgação de leis trabalhistas. O trabalho remunerado era regulado pelas normas de Direito Civil, pelos contratos e por algumas poucas legislações. Assim, essa fase da história nacional, compreendida entre 1888 e 1930, é denominada por Delgado (2019) como fase das “manifestações esparsas e incipientes”¹⁶. A relação empregatícia, nesse momento, é apontada como sendo predominantemente agrícola e, embora centrada no estado São Paulo, observa-se o surgimento de um setor industrial crescente no Rio de Janeiro e na capital paulista (DELGADO, 2019).

Entre 1888 e 1930, surgiram algumas legislações disciplinando tangencialmente as relações trabalhistas, sobretudo na indústria, sendo possível citar, por exemplo, os Decretos 221 e 565 de 1890, que estipularam férias de 15 dias e aposentadoria aos ferroviários. Em 1919, surgiu a Lei 3.724, que dispunha sobre acidente de trabalho. Em 1925, os empregados comerciais, industriais e bancários também adquiriram o direito de férias de 15 dias com a Lei n. 4.982. Dois anos depois, o Código de Menores (Decreto n. 17.934-A) proibiu o trabalho de menores de 12 anos, além de determinar que menores de idade não poderiam trabalhar em minas e nem no período noturno. Em 1928 foi regulamentado o trabalho dos artistas, pelo Decreto 5.492 (DELGADO, 2019).

Não houve muita atividade legislativa a respeito do trabalho doméstico, amplamente realizado por nós mulheres negras na época. Tais serviços eram citados apenas em algumas Leis estaduais e municipais, aplicando-se legislações remanescentes da época da escravidão.

A Lei n. 2.040 de 1871 possibilitava ao escravo adquirir sua liberdade mediante um contrato de locação de seus serviços. Na pactuação, um terceiro quitava o valor cobrado pelo “proprietário” do escravo e este ficava obrigado a lhe prestar serviços por um período máximo de 7 anos (LIMA, 2009).

Mas escravos já se utilizavam desses contratos para conquistar a liberdade pelo menos desde 1830, quando foi promulgada a primeira Lei sobre o assunto. Ao contrário da

¹⁶ Embora o autor se refira a esse período tendo como marco a expedição do *Peel's Act*, na Inglaterra, em 1802, como fomos colônia de Portugal por muitos anos, por aqui a fase inicial do surgimento do Direito do Trabalho ocorreu apenas anos depois.

legislação que entraria em vigor 40 anos depois, a Lei de 1830 não falava nada especificamente sobre os cativos e, informada pelos rumores do fim do tráfico negreiro, tinha como principal finalidade atrair a mão de obra estrangeira, estabelecendo direitos para quem viesse pactuar seus serviços no Brasil. Posteriormente, em 1837, sobreveio outra Lei¹⁷, mais detalhada, dirigida aos serviços de trabalhadores imigrantes, que previa, inclusive, possibilidades de rescisão do contrato de trabalho por justa causa por parte do trabalhador. No entanto, com relação aos trabalhadores nacionais livres nada se falou também, de modo que, quando nós negros íamos conquistando a liberdade não tínhamos as mesmas garantias contratuais (ainda que fossem poucas) dos estrangeiros (LIMA, 2009).

Após o fim da escravidão, no período que ficou conhecido como Primeira República (1889-1930) muitos de nossos ancestrais retornaram para África. Com efeito, Fraga Filho (2006) aponta que semanas após jornais noticiarem a promulgação do fim da escravidão, era tão comum ver ex-escravos procurando por embarcações de volta para os portos africanos que cresceu o número de empresários oferecendo passagens rumo à costa da África.

Considerando a diferença entre o número de pessoas residentes nos centros urbanos em várias partes do país do censo de 1872 para o censo de 1890, é possível concluir que, embora esse segundo recenseamento tenha omitido informações relativas à raça, boa parte dos escravos migrou em busca de trabalho (FRAGA FILHO, 2006). Tomando Minas Gerais como exemplo, é possível observar expressivo crescimento populacional nos Municípios de Serro, Sabará, Diamantina, Montes Claros, Ouro Preto, Mariana, Queluz, Juiz de Fora, entre outros. De um censo para outro, a população da Freguesia de Santo Antônio de Juiz de Fora (que vinha se destacando na economia cafeeira) saltou de 7.171 para 22.566.

Fraga Filho (2006), sobre a realidade no Recôncavo baiano, destaca que muitos libertos eram atraídos por atividades portuárias e industriais nos centros urbanos e até mesmo por serviços de ganho nas ruas. Sobretudo os negros que não receberam terras de seus senhores, optaram pela migração em busca de melhores condições de vida (FRAGA FILHO, 2009). Boa parte dos ex-escravos, principalmente quando se trata de nós, mulheres negras, foi absorvida em serviços domésticos em diversos Estados do Brasil¹⁸, servindo os contratos de locação de serviços como base desses serviços.

¹⁷ Lei n. 108 de 1837.

¹⁸ Estudos regionais como os de Telles (2011); Fraga Filho (2006); Lima (2009); Graham (1992) apontam essa tendência em pelo menos 6 capitais brasileiras.

Com efeito, a Lei de 13 de maio incrementou o movimento de negros libertos que se empregavam como criados e foi possível observar uma divisão sexual do trabalho dentro das casas dos patrões. O estudo realizado por Fraga Filho (2009) nos registros de domésticos entre 1887 e 1893 na Bahia apontou que os criados homens se empregavam na parte exterior das casas, cuidando dos jardins, dos animais e da roça, enquanto nós, mulheres negras, éramos responsáveis pelo trabalho de dentro, lavando, passando, cozinhando e cuidando das crianças.

As mulheres representavam 71,5% das domésticas e, embora houvesse o registro de 48 mulheres brancas ou “quase brancas” laborando como domésticas, 93,8% das criadas eram consideradas pretas, pardas, cabras ou caboclas¹⁹. Tal discrepância reflete, inclusive, a realidade de alguns anúncios veiculados à época, nos quais os amos demonstravam certa preferência por serem servidos por mulheres negras (FRAGA FILHO, 2009).

Não obstante possa ser estabelecida alguma relação de continuidade²⁰ entre o trabalho que mulheres pretas desempenhavam enquanto escravas e aquele que passaram a desempenhar, inclusive porque boa parte dos ex-escravos começou a laborar com atividades que foram aprendidas no tempo de cativo (FRAGA FILHO, 2009), foi possível observar, por parte das criadas, o desenvolvimento de estratégias para romper com o ciclo de submissão anterior²¹.

Assim, quando Rosa Lima de Bittencourt, parda liberta, em 1874, se dirigiu ao cartório pela primeira vez para celebrar um contrato de locação de serviços com seu primeiro credor Capitão Pacheco, ela, que não sabia ler nem escrever, obrigou-se a prestar-lhe serviços domésticos por 5 anos em contrapartida aos 200 mil réis que ele havia pagado por sua liberdade. Nesse contrato, Rosa também receberia sustento, vestuário e cuidados médicos para ela e para seu filho. Em 1877, dois anos e alguns meses após a celebração do dito contrato, lá estava Rosa mais uma vez no cartório, agora para celebrar outro contrato, com Manoel Rodrigues, pelo qual se obrigava a trabalhar para ele. Rosa lhe daria mensalmente um jornal de 8 mil réis como pagamento pela dívida que passou a ter para com este, quando Manoel quitou o contrato com o Capitão. Dessa vez, Rosa assinou seu nome completo no cartório (LIMA, 2009).

¹⁹ Termos utilizados à época para conceituar variações de cor de pessoas não brancas.

²⁰ Com as devidas ressalvas, conforme pontuei.

²¹ De fato, a minha busca pelos trajetos traçados por nós mulheres negras nunca teve o intuito de reforçar nosso lugar de vulnerabilidade, pois isso já foi e ainda é feito em larga medida, mas sim o de mostrar as estratégias que desenvolvemos a partir da situação posta.

Como pondera Lima (2009), os anos em que Rosa se dedicou aos “bons serviços domésticos” na casa do Capitão foram utilizados por ela para aprender a escrever, entre outras habilidades, que lhe permitiram renunciar aos “cuidados” disponíveis em um primeiro contrato pela autonomia de poder trabalhar por si mesma, na rua, no segundo.

As ruas constituíram nesse período um importante escape da casa dos patrões. Embora registros de contratos apontem que, pelos serviços domésticos, o patrão ofereceria moradia, entre outros “cuidados”, o ambiente da casa do patrão poderia ser muito hostil para uma criada negra. Muitas de nós conseguimos inverter as noções dos espaços: o perigoso da rua dava lugar à liberdade (mais real, mais próxima da efetiva alforria e mais tangível) enquanto a suposta proteção de dentro das casas dava ensejo ao perigo (de abuso, de violência e de violações).

Dentro das casas das patroas no Rio de Janeiro, entre 1860 e 1910, o lugar das criadas era a cozinha e área de serviço. Elas não eram bem vindas nos espaços sociais, embora os membros das famílias sempre “invadissem” livremente os lugares onde elas estavam para apontar seus erros, e cobrar deferência. Se o trabalho na cozinha não fosse impecável e se as roupas não estivessem devidamente engomadas, a criada teria dado motivo aos patrões para rescisão do contrato. Cientes de que estávamos sempre sob vigilância, desenvolvemos a habilidade de ser cautelosas e alertas, uma vez que qualquer desvio poderia dar lugar à raiva da patroa e abusos do tipo, inclusive sexuais (GRAHAM, 1992).

Se no ambiente de trabalho não encontrávamos proteção, as ruas por vezes faziam esse papel. Ao sair para algum afazer nas ruas, as criadas se encontravam com outras criadas da vizinhança e conversavam sobre todo tipo de assunto livremente, faziam amigos, e criavam uma rede de solidariedade que não encontravam dentro de casa.

As criadas compartilhavam entre si, e com todos cujo trabalho também levava às ruas, a vida que acontecia lá fora. A vida das ruas propiciava a formação de um mundo social mais autêntico e íntimo entre os que se consideravam iguais. Longe da vigilância que ocorreria no trabalho portas adentro, uma mulher esperava cruzar com outros criados envolvidos em suas tarefas ou, a caminho de alguma incumbência, encontrar-se rapidamente, em hora e lugar determinado, com amigos ou um namorado. Dessa maneira, as ruas se tornaram local de encontro para um amplo e diverso segmento dos pobres da cidade. (GRAHAM, 1992, pág. 65)

Só posso especular, mas talvez esse tenha sido o motivo que fez Rosa se empenhar na aquisição de autonomia e no aprendizado da escrita ao longo de dois anos na casa do Capitão Pacheco para, então, poder enfim trabalhar por jornal, nas ruas, mediante contrato com Manoel Rodrigues.

As amas de leite como Tibúrcia²² não tinham tempo de dar leite aos seus filhos, pois, no trabalho, quando sobrava algum tempo, o patrão exigia que o leite fosse dado às crianças da casa. Ela dizia que acordava cedo e trabalhava o dia todo com os afazeres da casa, e nas pausas dava de mamar aos filhos do patrão. O único momento que tinha para dar leite aos seus próprios filhos era à noite, ao final do longo expediente. Assim, qualquer espaço/tempo longe da vigilância do patrão era utilizado também para sobrevivência dos seus.

E as lavadeiras sabiam aproveitar muito bem o longo período de espera de secagem das roupas no varal da patroa para lavar as suas próprias roupas e deixar suas crianças brincarem livremente nos pátios próximos ao chafariz (GRAHAM, 1992). Às vezes, por um dia todo longe do patrão, a criada tinha a oportunidade de ser ela mesma, junto às suas iguais, ela não precisava estar sempre em silêncio ou agir com cautela, poderia falar livremente num espaço que era seu e onde constituía redes organizacionais próprias, que lhes permitiam compartilhar experiências e construir saberes coletivos.

Muitas de nós preferíamos, inclusive, quando era possível, morar fora da casa dos patrões, indo até lá apenas para trabalhar, não só para ter mais autonomia sobre nossas vidas fora do trabalho como também para servir de apoio às pessoas de nossas famílias, cuidando de quem precisasse.

Buscar apoio em outras mulheres negras para desafogar o estresse no ambiente de trabalho não poderia significar que não existiam outras formas de resistência. Embora sempre houvesse a ameaça da dispensa, as criadas nem sempre faziam tudo que lhes era ordenado quando essas ordens acarretavam, por exemplo, em trabalho superior ao contratual. As cozinheiras muitas vezes se negavam a limpar a casa, quando lhes era exigido ou o faziam “mal feito” (GRAHAM, 1992).

Bem que Maria Santinha²³, ao detalhar o seu trabalho nos primeiros anos do século XX, fez questão de salientar: “eu era cozinheira, não lavava roupa”. O que indica que quando lhe era exigido serviço adicional, ela se negava a fazê-lo.

Talvez esses tenham sido os motivos por trás das dispensas de Maria Jacintha, criada fula dispensada por provocar “desordem no seio da família”, Umbelina Maria das

²² O relato da vida de dona Tibúrcia foi contado por sua neta Claudina de Souza Oliveira, em entrevista à Ana Maria Lugão Rios e encontra-se disponível no acervo de histórias orais do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense. No decorrer do texto, recorrerei a outros relatos deste acervo.

²³ O relato da vida de Maria Santinha foi contado por ela mesma em entrevista aos pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e encontra-se disponível no acervo de histórias orais do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade. No decorrer do texto, recorrerei a outros relatos deste acervo.

Dores, criada preta dispensada por “ser desobediente”, Maria Thereza, criada parda dispensada aos 18 anos porque era “indisposta e reticente” aos mandos da patroa (TELLES, 2011).

Posturas²⁴ iam surgindo em vários cantos do país com a finalidade de controlar e prevenir a insubordinação, na tentativa de que os patrões ainda se mantivessem como “senhores” dos seus criados, ou seja, ainda tivessem controle, inclusive sobre sua liberdade.

Na medida em que ia crescendo o número de pretas e pretos libertos se empregando nas cidades, também crescia o número de legislações criadas para controlar os trabalhos tradicionalmente desenvolvidos por pessoas negras (FRAGA FILHO, 2009).

Uma das táticas utilizadas largamente em Salvador e outras localidades era a necessidade de prévia matrícula, sob pena de multa ou/e prisão. Aguaceiros, carroceiros e ganhadores das ruas de Salvador eram obrigados a se matricular, a andar de boné e a carregar em seus braços uma chapa com seu respectivo número de matrícula (FRAGA FILHO, 2009).

Para as domésticas, existia um livro na Secretaria de polícia que determinava a inscrição de todo e qualquer criado, bem como estipulava que, entre outras coisas, as mulheres não poderiam se inscrever sem a autorização do marido (FRAGA FILHO, 2009). Dessa forma, a dominação masculina sobre a autonomia da mulher era acionada também como um modo adicional de controle do gênero feminino e, se nos atentarmos para o fato de que a maioria das domésticas era preta, sobre a raça negra.

Em São Paulo, também havia na delegacia de polícia um livro em que deveriam ser inscritos todos aqueles que quisessem se empregar como domésticos. A pena para quem contratasse sem antes ter sido devidamente registrado era de 8 dias de prisão e multa de 20 mil réis (TELLES, 2011).

Nesses livros constavam informações sobre nome, idade, sexo, origem, filiação, trajetória de vida, de trabalho, de saúde e “conduta moral” dos criados, de forma a possibilitar que os novos patrões conhecessem bem o perfil do criado que estavam colocando em sua casa. Também havia penalidades para o empregador que contratasse criado não inscrito ou não o enviasse para se inscrever em 24 horas. A multa para o empregador que não justificasse o motivo pelo qual um criado saiu do emprego ou por não omitisse informações sobre seu comportamento também era de 20 mil réis (TELLES, 2011).

A necessidade de exibição frequente desses livros e de anotação das “justas causas” que levavam o patrão a dispensar a doméstica, limitava suas possibilidades de

²⁴ Leis municipais.

contratação. Com efeito, existiam alguns direitos de dispensa por justa causa se, por exemplo, a criada contraísse alguma doença, se embriagasse, cometesse alguma “ofensa”, “falta de respeito” ou abandonasse o serviço antes do prazo final do contrato, hipótese na qual ficaria sujeita à multa de 20 mil réis ou 4 dias de prisão (FRAGA FILHO, 2009). Poderia também o patrão proceder à dispensa da criada que, morando no trabalho, saísse da casa à passeio, sobretudo à noite, sem a autorização do patrão, agisse com desmazelo/imperícia no serviço ou ainda as que, solteiras, se apresentassem grávidas ou, casadas, engravidassem na ausência do marido (TELLES, 2011).

Por sua vez, também já naquela época as Leis municipais que disciplinavam os contratos de serviço traziam algumas justas causas por parte da doméstica, que poderia rescindir o contrato para cuidar de parentes, pelo não pagamento de salários ou por exigências de serviços superiores aos convencionados, por exemplo (TELLES, 2011).

Assim, nos anos imediatamente posteriores à abolição da escravidão, o número de contratos rescindidos para que as criadas se dedicassem ao cuidado de pessoas doentes em suas famílias demonstra, por um lado, a delegação do trabalho de cuidado sobre as mulheres das famílias negras tanto na casa de outras pessoas (onde eram pagas para cuidar do lar e das crianças) quanto em suas próprias famílias, dependentes do trabalho de cuidado de uma mulher. Por outro lado, demonstra também um esforço para que os laços familiares próprios, que em muitos casos haviam sido restabelecidos há poucos anos, não mais se perdessem. Nesse sentido, nós, mulheres negras, agregamos outras conotações para o trabalho de “cuidado”, significando ele também o esforço para manter em uma rede minimamente segura os membros que outrora estavam separados, escravizados em outros engenhos do país.

De fato, a necessidade de cuidar da família nas décadas que sucederam o fim da escravidão esteve diretamente relacionada com as opções migratórias das mulheres negras. Muitas de nós, por exemplo, migraram para outras freguesias, em busca de, por nossos próprios esforços, encontrar filhos que haviam sido vendidos e, outras de nós, optaram por não migrar para não nos dispersarmos de nossas famílias²⁵ (FRAGA FILHO, 2009).

²⁵ O autor também aponta que os pretos que optaram por continuar laborando nos locais onde foram cativos enfrentaram conflitos com seus antigos senhores, que insistiam por manter tratamentos comuns à época da escravidão. Por isso, o fator principal por trás das migrações gradualmente ocorridas nos anos seguintes à abolição foi a tentativa de se afastar de qualquer coisa que pudesse lembrar o cativo, dado que corrobora a conclusão de que as mulheres negras, ao optarem por não migrar, o faziam por um claro motivo de preservação e sobrevivência dos seus que, mesmo quando sopesado ao tratamento que lhe poderia ser dispensado pelo senhor, falava mais alto.

O fim da escravidão não veio acompanhado de um movimento do governo para reunir as famílias dos ex-cativos. Muito pelo contrário. Dados demonstram que alguns senhores de engenho do Recôncavo baiano, em uma espécie de retaliação à abolição da escravatura e com medo de que suas ex-escravas os deixassem, sequestraram seus filhos, apoiando-se na Lei do Ventre Livre ²⁶. As autoridades policiais não só não faziam nada quando provocadas pelas mulheres, como também, muitas vezes, davam razão aos senhores (FRAGA FILHO, 2009). Dessa forma, estar com a família e cuidar dela revelou-se para nossas ancestrais uma estratégia de sobrevivência e de preservação dos seus.

Talvez fosse isso que passasse pela mente de Lauriana Maria das Dores quando partia em uma caminhada longa rumo à Penha, de posse do livro que servia de prova de sua condição de liberta e de doméstica alugada, para cuidar de seus parentes enfermos e levar algum dinheiro. Ou pela mente de Joaquina Maria Margarida que, embora tivesse em seus registros as anotações de “trabalhadeira” e “de bom comportamento”, deixou a casa de sua patroa para cuidar da mãe doente. Esse também parece ter sido o motivo que levou as criadas Francisca Maria do Espírito Santo, Francisca Maria de Jezus e Thereza Maria da Conceição a se demitirem de seus serviços para cuidar de doentes da família²⁷.

Os relatos de negras que permaneceram trabalhando nas lavouras também indicam fortes laços familiares, principalmente entre as mulheres de famílias monoparentais.

Como já disse, após a abolição, parte dos ex-escravos saíram para as cidades onde desempenharam todo tipo de serviço no ambiente urbano, mas outra parte, e nessa se encontram muitas mulheres, permaneceram nos engenhos, como colonas, trabalhando nas lavouras das Fazendas. Com relação a esses antigos escravos, Fraga Filho (2006) aponta que a decisão de ficar não significou concordância com as condições de trabalho anteriores, sobretudo no que diz respeito à jornada de trabalho. As indignações dos patrões no Recôncavo em 1910 são reveladoras das tensões que estavam ocorrendo nas Fazendas.

O fato de a maior parte dos braços da lavoura açucareira ter vivido a experiência da escravidão foi decisivo para definir os contornos das relações cotidianas que se formaram depois da abolição. As vivências no cativeiro serviram de parâmetros para os libertos definirem o que era “justo” e aceitável na relação com os antigos senhores, inclusive estabelecer condições de trabalho que julgavam compatíveis com a nova condição. Foi nestes termos que os ex-escravos rejeitaram a continuidade de práticas ligadas ao passado escravista ou que ensejassem maior controle sobre suas

²⁶ Segundo a qual as crianças nascidas de mães escravas eram consideradas livres, mas seriam cuidadas pelos senhores, que podiam explorar o trabalho da criança, até seus 8 ou 21 anos de idade

²⁷ As histórias foram retiradas do estudo realizado por Telles (2011) nos certificados e inscrições da Cidade de São Paulo à época do pós-escravidão.

vidas. Ao reclamarem da “desorganização do trabalho” nos engenhos após a abolição, os ex-senhores estavam se referindo à recusa dos antigos cativos em se submeterem à velha disciplina, especialmente as longas jornadas de trabalho. Os ex-senhores acusaram os antigos cativos de recusarem a lida na lavoura ou trabalhar apenas o estritamente necessário à subsistência imediata. Mas o que para eles era inclinação à vadiagem, para os libertos era poder criar outras alternativas de subsistência dentro e fora do mundo dos engenhos. Foi em torno destas questões que antigos senhores e ex-escravos se defrontaram logo após a abolição (FRAGA FILHO, 2006, págs. 203 e 204).

Os patrões perturbaram as autoridades policiais para que fossem feitas Leis que coibissem o que chamavam de “vadiagem” dos negros que estavam abandonando as fazendas. Assim, destacamentos policiais prendiam negros nas ruas utilizando até mesmo os argumentos de prevenção à vida desregrada e de exemplo para os demais libertos pela Lei de 13 de maio, que agora “em nada se empregam, vivendo apenas da rapinagem” (FRAGA FILHO, 2009, pág. 100).

Antigos senhores de engenho apelavam para o paternalismo, instando os ex-escravos a permanecerem nos engenhos, como gratidão ao que lhes haviam ofertado no tempo do cativeiro e sob promessas de que agiriam como pais para os novos trabalhadores. Nesse sentido, Fraga Filho (2006) aponta que o fato de muitos escravos efetivamente permanecerem nas fazendas por “afeto” era também uma estratégia para viabilizar seus próprios planos.

O labor na lavoura ou no ambiente doméstico se mostrava uma opção de trabalho um pouco mais segura em frente às incertezas do que estava por vir. Foi a opção feita por Clotilde de Souza, conforme a história contada por sua filha Claudina de Souza Oliveira e que passarei a descrever na próxima seção, na tentativa de ser o mais fiel possível ao relato original.

3.2 Na casa, na lavoura, no candomblé e no samba: análise de histórias de vida no pós-abolição

Nessa parte do texto, escolhi abordar algumas histórias do Acervo Memória do Cativeiro e Identidade Étnica (1888-1940), do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Fluminense. Nos arquivos de áudio ali constantes, há relatos de homens e mulheres descendentes de escravos que foram entrevistados entre os anos de 1992 e 2005, descrevendo suas histórias de vida, família, trabalho, infância, pais, avós, entre outros. Foram entrevistadas, ao todo, 29 mulheres, mas 3 arquivos não continham áudio e 1 se encontrava inaudível. Assim, essa seção se baseou nos relatos de vida de 25 mulheres descendentes de escravos moradoras do Rio de Janeiro.

Claudina²⁸ era irmã de outros cinco irmãos, sendo que alguns outros morreram. Foram todos criados na roça porque sua mãe, Clotilde de Souza, vivia se mudando, procurando emprego em lavouras de fazendas diferentes. Clotilde sempre trabalhou muito, teve filho, mas sem direitos, inclusive nem direito ao resguardo teve, uma vez que, após oito dias do parto, já estava trabalhando de novo.

Dona Clotilde se casou nova com José Alfeles, que a deixou sozinha com as crianças. Após a partida do marido, Clotilde ficou morando por um tempo com sua mãe, Tibúrcia. Mudou-se à procura de trabalho algumas vezes. Por último, Clotilde morou na fazenda do Homero Rispo Filho em um sítio na Reforma. Foi quando Claudina nasceu. Natural de Paraíba do Sul (RJ), filha de Garibardi, um homem branco que vivia com outra empregada, o que fez com que Clotilde não quisesse colocar seu nome na certidão de Claudina.

Clotilde trabalhou em muitas fazendas, primeiro em um cafezal, depois em fazenda de eucalipto e, por fim, quando chegaram uns japoneses na cidade e a contrataram, Clotilde trabalhou em uma plantação de tomate. Saía de casa às 3h, 4h, 5h da manhã, levando todos os seus filhos mais velhos, que também trabalhavam na fazenda, e voltava às 19h. Os filhos mais novos, por sua vez, ficavam em uma casa de sapê aos cuidados da avó. O irmão de Claudina, Antônio, ficou aleijado ao plantar tomates, em um acidente cavando com a enxada, sem que lhe fosse assegurado o direito a um atendimento médico. Essa é a razão pela qual muitos dos irmãos de Claudina são revoltados com fazendas.

Clotilde criou seis filhos sem pai, apenas com a ajuda de Tibúrcia, já que, mesmo quando José Alfeles reapareceu, ela não quis mais ficar com ele porque os filhos já estavam todos crescidos. Tibúrcia foi escrava e tinha lembranças da escravidão. Segundo a lembrança de Claudina, a avó usava “uma trança grandona em coque, bata e saia franzida”. Como Clotilde saía de madrugada e voltava tarde da noite, a avó é quem cuidava das crianças e, por isso, elas a chamavam de “mãe”. No dia anterior à morte de Tibúrcia, ela trabalhou no quintal, deu janta aos meninos, trançou o cabelo das meninas, fez caldo de cana quando Clotilde chegou de noite e, no dia seguinte, amanheceu morta.

Tibúrcia acendia a querosene e contava muitas histórias para as crianças. Naquela época, havia um padre que morava numa casa grande nos arredores e que levava comida para eles. Hoje em dia quem herdou essa casa grande foi uma mulher rica chamada Lourdes. Tibúrcia se casou três vezes e teve vários filhos, sendo que Claudina não sabe ao certo

²⁸ No momento do relato, em outubro de 1994, Claudina morava na Paraíba do Sul/RJ e tinha 59 anos de idade.

quantos são, lembrando de alguns apenas, uma vez que sua mãe era a mais nova deles. Os primeiros filhos de Tibúrcia foram levados como escravos.

Claudina passou uma vez na fazenda Monte Cristo, onde Clotilde nasceu, e viu a antiga senzala com correntes. Teve um sentimento ruim ao ver e lembrar que sua avó sofreu muito. Segundo Claudina, a vida de Tibúrcia começou a melhorar um pouco depois que ela foi trabalhar na cozinha, mas ainda assim sofria muito por ter que deixar o próprio filho com fome para cuidar e amamentar o filho dos senhores.

Claudina lembra que comia uma espécie de canjiquinha que hoje em dia ela não quer comer nunca mais. Ela tem vontade de viver na roça criando animais, mas só se forem seus, pois não quer viver a vida que sua mãe e seus irmãos viveram.

O relato de Claudina traz algumas revelações de como foi a sua infância junto à sua mãe, Clotilde e sua avó, Tibúrcia. Sua mãe, nas décadas que sucederam o fim da escravidão, sempre trabalhou em fazendas, primeiro de cana, depois de eucalipto e, por fim, com tomates. Tinha seis filhos, levava alguns consigo para o trabalho e os mais novos ficavam sendo cuidados em casa por Tibúrcia, já que o marido a havia deixado com as crianças pequenas.

A relação de apoio estabelecida entre Tibúrcia e Clotilde era tão grande que as crianças chamavam a avó de mãe. Tibúrcia foi mãe dos seus próprios filhos, dos filhos do patrão, quando trabalhava como ama de leite e dos filhos de sua filha, que ajudou a criar. Mesmo assim, encontrava tempo para trançar os cabelos, deixando-os impecáveis, e manter a tradição de trançar também o cabelo das meninas.

Como Clotilde se ausentava durante muitas horas de casa, enquanto estava no trabalho pesado na fazenda, sem o apoio da sua mãe a vida teria sido ainda mais difícil. Sabendo das dificuldades que Clotilde enfrentava diariamente na lavoura, dificuldades essas que ela mesma já havia enfrentado em outros tempos, Tibúrcia cuidava também de Clotilde, preparando caldo de cana quando esta regressava do trabalho.

Uma história diferente, mas com as mesmas conclusões também foi contada, em 1994, por Júlia Borges, então com 62 anos, na Paraíba do Sul/RJ, a respeito de sua família.

Júlia ficou sem pai nova, tendo perdido seu pai por acidente aos 12 meses de idade. Sua mãe, Euclides, ficou com sete crianças e grávida de mais uma. Deixou a casa e foi parar em Paraíba do Sul, onde dormiram na rua. Foram acolhidos por irmãs de caridade que arrumaram uma casa para Euclides. Todos os dias de manhã as crianças estudavam e tomavam café da manhã, depois do almoço iam embora e a noite as irmãs mandavam comida.

Euclides trabalhava na cozinha da casa de caridade, mas, em dado momento, se casou de novo com um homem chamado Adriano, saiu da casa das irmãs e foi viver na roça, com o marido, a sogra, Maria Stela, e as crianças, que ali passaram a trabalhar.

Adriano “era uma pessoa ruim”, não deixava as crianças comerem direito. Uma vez, quando ratos comeram as bananas dele, ele falou que foram as crianças e mandou Euclides bater nelas. Euclides estava, inclusive, de resguardo nessa ocasião e não queria bater, mas se não batesse, ela mesma apanharia. A comida já nem era boa, era feijão com angu, mas naquele dia dormiram sem poder jantar.

Júlia tinha 6 anos de idade quando foi enviada para a fazenda da rica família Werneck, para quem ela e suas irmãs começaram a trabalhar como babás. Euclides trançava os cabelos de Júlia e das irmãs de um jeito que elas conseguiam manter por oito dias e, passado esse tempo, saíam da casa dos Werneck e iam de volta para a mãe trançar novamente.

Lá nesse trabalho, as meninas ganhavam entre 200 e 400 réis por mês, porém, quando chegava o dia de receber o dinheiro, o padrasto Adriano mandava a mãe delas ir lá e buscar o dinheiro. As meninas nem viam o pagamento e viviam de roupas usadas e pães velhos. Quando não tinham emprego de babá, trabalhavam na fazenda, subindo e descendo morro com café e milho. Sua mãe trazia comida e as crianças se sentavam em buracos de tatu e comiam. Acabavam de comer e voltavam a trabalhar e assim iam em jornadas até 18h da tarde “com corpo ardendo feito pimenta”. Euclides moía cana e trazia café à noite com angu.

Ao completar 16 anos de idade, Júlia foi viver com um homem de 40 anos porque não suportava mais viver com o padrasto. Esse homem também “era ruim demais” e lhe batia constantemente, mas ainda assim ela achava melhor viver com ele do que com o padrasto. Seu padrasto uma vez quebrou três dedos de sua mãe e a enforcou. Segundo Júlia, ele bebia muito.

Euclides era parteira e passou muitos de seus conhecimentos às suas filhas. Em certa ocasião, Adriano furou o braço de Euclides com um pedaço de vidro e foram as meninas quem cuidaram dela. As crianças tiraram o vidro e lavaram o braço com vinagre, enfaixaram com panos velhos, colocaram arnica por orientação de Euclides, sal e máscara de fumo. Após algum tempo, o braço cicatrizou.

A avó de Júlia, Maria Stela, mãe de seu pai, também era parteira. Nascida no tempo do cativo, ela foi vendida aos 7 anos. Veio vivendo pelo mundo e ficou numa fazenda até acabar a escravidão. Após a abolição, Maria Stela ficou na casa de uma família e depois se casou. O padrasto expulsou sua avó de dentro de casa, o que deixou as crianças

muito tristes porque eles dormiam junto com Maria Stela, e era ela quem cuidava deles. A avó foi morar, então, na Fazenda de “um tal Homero”.

Poderia o Homero que abrigou Maria Stela ser o mesmo Homero Rispo para quem Clotilde trabalhou por alguns anos? Embora isso não fique evidente, penso que provavelmente sim. Fato é que há outras similaridades nas trajetórias dessas mulheres. Não parece ser apenas coincidência o costume de a mãe trançar os cabelos crespos das filhas, mas também um símbolo de cuidado e apreço. Na história de Júlia e Euclides, o marido também não fazia trabalhos domésticos, bebia muito e maltratava as crianças. As meninas dessa história, desde novas já estavam trabalhando como babás de outras crianças, como elas. Maria Stela, embora não apareça muito no relato, parece ter tido um papel central na vida de Euclides, ajudando a cuidar das crianças, que dormiam com ela, assim como acontecia com Tibúrcia e sua filha Clotilde.

Esses dois relatos demonstram algo que também está presente em vários outros relatos de mulheres no mesmo acervo: a existência de uma rede de apoio entre mulheres negras para que fosse possível a sobrevivência e o trabalho em ambientes hostis, com presença de labor infantil, altas jornadas de trabalho e ausência de direitos trabalhistas. No relato de Maria das Dores Silva, por exemplo, a figura da mãe solteira, abandonada pelo marido quando os filhos eram crianças, também aparece ao lado da ajuda da avó e das crianças meninas, que iam para a lavoura com a mãe cuidar dos bebês mais novos.

Nas histórias contadas também por Corina, Elizabete, Bernarda, Esperança, Florentina, Leontina, Marcolina, Amélia, Maria Bibiana, Maria José, Maria de Lurdes, Maria do Carmo, Maria Isabel, Maria Joana, Maria Santinha, Maria Cândida, Sebastiana, Maria Aparecida, Terezinha, Tomazia, Aurora, Helena, Virginia e Zeferina há pontos de interseção.

Na maior parte das histórias de vida, aparece a figura dos avós ex-escravos e dos pais trabalhadores de lavoura, meeiros ou colonos de algum Dr. Fazendeiro do Rio de Janeiro. As mulheres ouvidas também trabalharam muito quando crianças na lavoura, plantando feijão, arroz, milho, cana, café, entre outras coisas. Algumas famílias tinham um pedacinho de terra própria, conseguida na maior parte das vezes por doação do fazendeiro. Se uma mulher (ou uma menina) saísse da lavoura, era pra se dedicar ao trabalho doméstico na casa de algum padrinho²⁹ na cidade, ou por recomendação de alguém da família. Poucas relataram histórico familiar de trabalho artesanal.

²⁹ O compadrio está presente em diversos relatos. Alguns são pobres também, como toda a família, mas outros são, na verdade, os próprios fazendeiros, exercendo a figura de padrinho dos pais das

É interessante notar como quase todas as mulheres relataram mais de uma, às vezes até mais de duas, jornadas de trabalho. Em boa parte dos casos, não havia diferença entre o trabalho de homem e de mulher na lavoura, mas era da mulher o trabalho adicional de cuidar da casa e das crianças. Ainda havia aquelas que eram rurais, domésticas e donas de casa. Como faziam isso, acordando 04h/05h da manhã e indo dormir às 22h? Ora, davam o seu jeito, como responderam algumas entrevistadas.

E esse jeito incluía, em muitos casos, ou uma filha mais velha, ou uma avó, ou uma tia/comadre que vivia também com a família e ajudava no cuidado da casa e das crianças. De fato, as famílias pareciam não ser pequenas e, mesmo que na casa não morassem tantas pessoas, todas as mulheres da Comunidade São José da Serra demonstraram um senso de solidariedade e de pertencimento com relação ao local e aos vizinhos. Maria Santinha, até o momento da gravação, dava sua benção para todos os vizinhos que passassem e pedissem “bença”. O conceito de família era, assim, estendido às vizinhas e amigas moradoras da mesma região e submetidas às mesmas condições de vida, cuja ajuda possibilitava que as mulheres conseguissem sobreviver. Era uma comadre que arrumava emprego para outra, falando bem da amiga para as patroas, era uma vizinha que, na falta de acesso a atendimento médico de qualidade, ajudava a cuidar das crianças doentes, ou mesmo outra família de colonos com quem podiam conversar e dividir o trabalho.

O jeito que muitas entrevistadas encontravam para sobreviver às duplas jornadas perpassava também pela dança e pela religião. Se duas jornadas de trabalho cansavam, virar a noite em bailes, no jongo e no caxambu³⁰ parecia expurgar o cansaço e renovar a alma. Os bailes e as danças foram destacados por muitas entrevistadas como algo que faziam para se divertir e para extravasar, assim como também acontecia com a religião, em especial as de matrizes africanas e o catolicismo.

De fato, as mães pretas do Candomblé representavam verdadeiro alento para a comunidade ao seu redor. Essas mulheres possuíam protagonismo dentro do Candomblé e suas esferas de ação ultrapassavam a religião.

A organização social do candomblé procurará recriar as estruturas hierárquicas das sociedades africanas que a escravidão destruiu, reorganizar a família negra, perpetuar a memória cultural e garantir a sobrevivência do grupo. Ela permitiu que os “terreiros” se tornassem territórios de organização comunitária, de cura aos destituídos do direito à saúde, de

mulheres entrevistadas, colonos na fazenda, muitos dos quais nascidos entre a Lei do Ventre Livre e o fim da escravidão e criados nas imediações, trabalhando na fazenda desde cedo.

³⁰ Jongo ou Caxambu é um ritmo musical de origem africana trazido ao Brasil pelos escravos de origem Bantu.

resistência cultural e de negociação com a sociedade abrangente e excludente. (CARNEIRO, 2007)

Eu mencionei linhas atrás, no capítulo 1 deste texto, que nossas ancestrais negras em quase toda África dominavam o comércio de gêneros alimentícios e retalhos, desenvolvendo estratégias eficazes para expandirem suas áreas de influência e conquistarem novos clientes (SILVA, 2002).

Entre elas, as iorubás merecem atenção. Nas sociedades iorubás as famílias seguiam preponderantemente a poliginia, em que um marido se casa com várias mulheres, vivendo em uma casa com a esposa principal e os filhos desta enquanto as demais esposas e seus filhos viviam em casa conjugadas. Isso possibilitava às esposas maior independência em relação ao marido. Elas, muitas vezes, compravam a produção do próprio marido para revender nas feiras, onde as mulheres eram maioria, e permaneciam com o lucro, para o sustento de seus filhos (BERNARDO, 2005).

As mulheres iorubás fundaram duas importantes sociedades femininas ainda no século XVIII: as associações Ialodé e Gueledé. As Ialodés eram responsáveis pela troca de bens materiais nos mercados, sendo que o próprio nome Ialodé significa “senhora encarregada dos negócios públicos” (BERNARDO, 2005, pág. 4). A dirigente detinha alto cargo no Estado e representava os interesses das comerciantes. Por outro lado, as Gueledés compartilhavam os bens considerados simbólicos, saberes e rituais relativos à fertilidade e à fecundidade, considerados importantes poderes femininos (BERNARDO, 2005).

Considerando o importante papel desempenhado pelas negras de tabuleiro no Brasil, é possível perceber o resgate da ancestralidade das mulheres negras africanas e brasileiras em contexto diaspórico. A própria diáspora negra, como pondera Bernardo (2005), não pode ser entendida apenas como uma via de mão única, na qual os negros foram tirados de suas terras de origem, espalhando-se pelo mundo. Pelo contrário, os mesmos negros estavam constantemente retornando à sua terra natal, na medida em que procuravam manter tradições e costumes originários da África e que os remetiam à terra mãe.

Nesse sentido, se o papel desempenhado pelas tabuleiras escravas e livres constitui não somente uma forma de resgate da ancestralidade mas também a própria perpetuação das Ialodés, a continuação das Gueledés em solo brasileiro pode ser visto nas sacerdotisas do candomblé durante os séculos XVIII, XIX e XX. Com efeito, se as mulheres negras eram invisíveis no plano real, ante os olhos da sociedade, elas detinham, no plano sobrenatural, um poder incomum (BERNARDO, 2005).

Quando os primeiros templos do candomblé foram se fixando no Brasil, sobretudo na Bahia, havia um sincretismo religioso muito grande com o catolicismo, uma vez que as entidades católicas eram fundidas aos deuses do candomblé, os orixás, com a diferença de que na religião iorubá esses deuses são trazidos à terra, por meio das mulheres sacerdotisas. Elas são as intermediárias dos deuses (LANDES, 2002).

Só mulheres podem ser sacerdotisas no candomblé e a explicação é simples. Vai contra a natureza dos homens exercer esse papel, uma vez que o candomblé é uma religião que a todo instante se liga à terra mãe, que, por sua vez, tem seus símbolos relacionados com o feminino. Assim, somente as mulheres e suas descendentes poderiam estar à frente dessa religião. É o que conclui Bernardo (2005):

É no solo brasileiro que frutificará o Candomblé, a terra-mãe como metáfora para os africanos e seus descendentes. Se o Candomblé representa a terra-mãe que, por sua vez, possui os seus significados ligados ao feminino, essa expressão religiosa, ao representá-la, ganha todas as suas significações. É nesse sentido que a grande sacerdotisa do candomblé é chamada de mãe-de-santo (BERNARDO, 2005, pág. 18).

Os homens também têm o seu papel no candomblé, financiam os terreiros, tocam instrumentos musicais, abatem animais, ocupam outros cargos hierárquicos e há, inclusive, os pais de santo, ou babalorixás, que são responsáveis pela administração do templo no lugar da mãe de santo, mas a maioria das responsáveis pelos templos são mulheres, também chamadas de iyalorixás. Elas são sagradas para os deuses quando no interior dos templos (LANDES, 2002).

As mães de santo são escolhidas geralmente através da matrilinearidade, ou seja, a descendência, a próxima mãe de santo será uma das filhas da mãe anterior, mas podem também ser imbuídas nesse cargo pela ancestralidade, quando não há descendência, a mãe será escolhida pelo orixá entre as mais velhas (SANTOS, 2011).

As mães de santo são responsáveis pelo templo e pela comunicação entre os orixás e as pessoas, elas possuem diversas ajudantes mulheres a quem são atribuídos determinados ritos e rituais no candomblé, elas auxiliam na condução dos trabalhos (LANDES, 2002).

Mãe menininha, do famoso templo Gantois, na Bahia, era tão reconhecida que recebia clientes de todo o Brasil. Inclusive, os indesejados médicos Arthur Ramos e Nina Rodrigues, de quem falarei em breve, frequentavam o seu templo (LANDES, 2002), com a finalidade de “estudar” a cultura dos negros, por eles considerada inferior.

Mãe Menininha era mulher humilde, iniciada no candomblé, herdou a direção do templo de sua tia, Mãe Pulquéria, que, por sua vez, herdou de sua mãe Júlia, a fundadora do templo ao chegar no Brasil. Landes (2002) a descreve como sendo uma mulher gorda, de tez escura e cerca de um metro e meio de altura, possuía cabelos “encarapinhados” e lhe faltava um dente bem no centro da boca (LANDES, 2002, pág. 124). Essa mulher baixinha, era considerada grande pelo seu povo. Dentro do templo se portava sempre com respeito às suas ancestrais e quando falava de Mãe Pulquéria, conhecida como “Grande Pulquéria”, era possível perceber o amor que sentia por essa mulher, assim como sentia também por suas duas filhinhas, que já desempenhavam papéis no templo (LANDES, 2002).

Naquele tempo, pouco antes da segunda Guerra Mundial, em 1938, (e a bem da verdade até os dias atuais), os templos eram constantemente perseguidos pela polícia e, por isso, todos os administradores no candomblé precisavam ter contatos, amizades e desenvolver estratégias que lhes possibilitassem exercer seu culto sem a interferência das autoridades policiais. O velho Martiniano, por exemplo, que havia sido babalorixá de mãe Aninha em um dos templos da Bahia, tinha em sua casa uma escada suja e velha, que fazia muito barulho justamente para que pudesse ouvir caso a polícia se aproximasse (LANDES, 2002).

Com mãe Menininha não era diferente, para atender o seu povo, ela tinha relações estratégicas com pessoas de todos os níveis. E não era fácil o seu trabalho. Segundo ela mesmo relatou a Landes (2002):

Nós, as mães, somos como as casas reais, passamos o nosso cargo somente a pessoas da família, em geral a mulheres. – Sacudiu a cabeça e suspirou. - Candomblé é uma grande responsabilidade. Às vezes fico pensando se terei forças para continuar e se tenho o direito de sobrecarregar as minhas filhas com ela.

- Como assim?

- Não tenho um minuto para mim! Sou escrava da minha gente, duzentas pessoas que dependem inteiramente de mim! Imagine! – Deu de ombros, mas não parecia realmente perturbada. (LANDES, 2002, pág. 127)

Com efeito, o candomblé não raras vezes significou a única segurança social que os pretos detinham. Constituíam-se como sociedade de auxílios mútuos comandada por mulheres que ajudavam a todos que precisassem. Se algum homem ou mulher precisava de emprego, o grupo procurava ajuda-lo, arranjando-lhes um ou apresentando-os a quem pudesse ser útil nessa busca. Se alguém tinha problemas com a polícia, o grupo o escondia sem fazer perguntas (LANDES, 2002).

Foi assim, aliás, que mãe Menininha conheceu o seu companheiro. Ele havia infringido a Lei e ficou escondido no Gantois por tanto tempo que se apegou à Menininha.

Possuía uma devoção e lealdade muito grandes a ela e legitimou suas filhas. Considerava o Gantois o seu lar, embora mãe Menininha nunca tenha se casado oficialmente com ele. O casamento, tal qual concebido naqueles tempos, ia contra os princípios do candomblé, pois importava na submissão da mulher ao marido, o que jamais poderia ser concebido pelas mães de santo (LANDES, 2002).

Menininha não se casou legalmente com ele pelas mesmas razões pelas quais as outras mães e sacerdotisas não se casavam. Teria perdido muito. De acordo com as leis do Brasil, país católico e latino, a esposa deve submeter-se inteiramente à autoridade do marido. Quão incompatível é isto com as crenças e a organização do candomblé! Quão inconcebível para a dominadora autoridade feminina! E tão poderosa é a tendência matriarcal, em que as mulheres se submetem apenas aos deuses, que os homens, como Amor e Martiniano e o consorte de Menininha, o dr. Álvaro, nada podem fazer além de enfurecer-se, censurar e brigar com as sacerdotisas que amam (LANDES, 2002, pág. 200)

A figura feminina também esteve presente no samba e não somente como partícipes das festas, mas também na própria administração dos bailes e rodas realizadas. Nesse sentido destaca-se Tia Ciata, hoje reconhecida como a compositora de um dos primeiros sambas de que se tem notícia³¹.

Tia Ciata nasceu em 23 de abril de 1854 em Santo Amaro da Purificação, na Bahia, batizada como Hilária Batista de Almeida. Ela foi morar no Rio de Janeiro em 1870, onde residiu no centro até meados de 1904, quando a política do “bota-abaixo”, do então prefeito Pereira-Passos, com o intuito de promover gentrificação na cidade e assim assemelha-la a Paris³², proibiu a formação de casas de cômodos³³ no centro. Quase toda a população negra, principal moradora desse tipo de imóvel, migrou do centro do Rio de Janeiro para a Zona Norte ou para a Cidade Nova. Foi o caso de tia Ciata, que passou a residir na rua Visconde de Itaúna, 117, em frente à praça onze, na Cidade Nova até o dia de sua morte, em 1924 (GOMES, 2009).

³¹ Embora a letra de “Pelo telefone” tenha sido registrada oficialmente por Donga, em 1916, a autoria da composição é controversa, tendo a música nascido de outro samba, “o roceiro”, composto tempos antes no quintal de Tia Ciata com sua participação e de outros sambistas.

³² Sobre a política conhecida como “bota-abaixo” empreendida pelo prefeito Pereira-Passos no Rio de Janeiro, Motta (2016) explica que, durante os anos de 1903 e 1906, a Administração Municipal (presidida por um prefeito que havia se formado na École de Ponts et Chaussées em Paris e admirava a forma como Georges Haussmann demoluiu construções populares e, com o intuito de civilizar a cidade, alargou ruas e avenidas) empreendeu várias políticas de demolição de cortiços e alargamento de ruas. A finalidade anunciada era combater as epidemias que assolavam a cidade e tornar o rio um lugar salubre, mas o resultado direto foi a expulsão da população que ali residia, a qual se deslocou para o subúrbio e morros das redondezas.

³³ Pequenas casas construídas em cortiços.

Tia Ciata trabalhava desde nova como quituteira e, antes mesmo de se mudar para o Rio de Janeiro, havia sido iniciada no candomblé na Bahia, no Ilê Iya Nassô do Engenho Velho, o mais antigo templo da Bahia. Além dos tradicionais doces do tabuleiro de tia Ciata, a maneira como ela se vestia também fazia muito sucesso. Sempre caprichosa, suas saias rodadas e bordadas combinando com as sandálias eram tão admiradas que Ciata passou a vender roupas também. (GOMES, 2009).

No trabalho ou na religião, Ciata era muito festeira. Após cultuarem e dançarem para os orixás, chegava o momento de se formar o samba na praça onze ou na própria casa de Tia Ciata, que se tornou o principal reduto do samba no período. Isso porque, além da casa de Ciata ser espaçosa e propícia para as festas que se estendiam por dias, ela detinha um ótimo relacionamento com a polícia, algo que também era muito importante para os sambistas, já que as festas também eram perseguidas (MOURA, 1995).

Na verdade, como boa parte das pessoas que se reuniam em rodas de samba, inclusive a própria Ciata, era frequentadora do candomblé, a polícia não fazia muita diferenciação e associava o samba ao candomblé, reprimindo os dois. O simples fato de se ouvir um samba advindo de certa residência da Cidade Nova já era motivo para que as autoridades concluíssem que ali era casa de “macumba”³⁴ e se dirigissem até lá (GOMES, 2009). Nesse cenário, a importância de Tia Ciata era ainda maior, visto que ela possuía uma boa relação com brancos e pessoas do outro lado da cidade, incluindo alguns soldados que faziam vista grossa para o samba quando ocorrido na casa de Tia Ciata. Por esse motivo, embora os sambistas até tivessem outras opções de lugares, preferiam se dirigir para a casa de Ciata, pois ali tinham certeza que não haveria perseguição policial (MOURA, 1995).

Era preciso ter jogo de cintura e agir de maneira estratégica com os brancos e com a polícia. E isso Ciata sabia fazer muito bem, utilizando até mesmo o prestígio que detinha no meio negro como algo a seu favor nas negociações com a polícia (MOURA, 1995). Especialmente no período do governo do presidente Venceslau Brás (de 1914 a 1918) as festas na casa de tia Ciata foram liberadas. Ela havia sido chamada para curar uma ferida do presidente, que, como recompensa, não interferia em suas celebrações, enviando ainda uma patrulha para lhe fazer a guarda (GOMES, 2009).

As festas eram sempre organizadas pelas mulheres. Nos fins de semana festivos de outubro, era comum ver negras com suas crianças dirigindo-se às missas. Ali não se misturavam com as portuguesas penitentes não só por conta da sua cor, como também pela

³⁴ Termo utilizado de forma pejorativa para discriminar as religiões de matriz africana.

interpretação diferente que davam à cerimônia católica, relacionando-a com o candomblé. Após a missa, Ciata e as mulheres começavam a preparar os quitutes, “cantando, enquanto as mais moças ralavam o coco, catavam o arroz, aprendendo as receitas elaboradas que se materializavam nos generosos panelões, enquanto os moleques erguiam as tendas e as mesas de tábua corrida.” Só depois chegavam os homens, com seus instrumentos musicais de percussão, pandeiros e tamborins, de tal forma que é possível dizer que eram as mulheres que criavam as condições para a festa (MOURA, 1995, pág. 157).

E como as festas de Ciata eram adoradas! Na sua casa, as pessoas podiam ser elas mesmas. Se do lado de fora havia o medo da polícia e a submissão ao trabalho pesado, do lado de dentro da casa de Tia Ciata havia o respeito mútuo e a segurança de poder se conectar com sua ancestralidade (MOURA, 1995).

Na sua casa, capital do pequeno continente de africanos e baianos, se podiam reforçar os valores do grupo, afirmar o seu passado cultural e sua vitalidade criadora recusados pela sociedade. Lá começam a ser elaboradas novas possibilidades para esse grupo excluído das grandes decisões e das propostas modernizadoras da cidade, gente que progressivamente se integraria, a partir do processo de proletarização que se acentua no fim da República Velha e da redefinição de sua vida cultural, com a solidificação das novas instituições populares, legitimadas e submetidas pela legislação de Vargas. Da Pequena África no Rio de Janeiro surgiram alternativas concretas de vizinhança, de vida religiosa, de arte, trabalho, solidariedade e consciência, onde predominaria a cultura do negro vindo da experiência da escravidão, no seu encontro com o migrante nordestino de raízes indígenas e ibéricas e com o proletário ou o pária europeu, com quem o negro partilha os azares de uma vida de sambista e trabalhador. (MOURA, 1995, págs. 152 e 153).

Todo tipo de gente, incluindo sambistas conhecidos como Donga, Pixinguinha, João da baiana e Sinhô, frequentava a casa de tia Ciata. Nos dias de Carnaval, o marido de Ciata, João Batista, já sabia que não poderia contar com ela pra nada, pois sua casa se transmutava em reduto de diversos ranchos de carnaval³⁵ (GOMES, 2009). A família de Ciata saía nos ranchos “Rosa Branca” e “Macaco é outro” graças à solidariedade que existia entre os membros que costuravam as próprias roupas e confeccionavam os ornamentos, saindo com parada obrigatória na janela de Tia Ciata, que saudava todos os grupos (MOURA, 1995).

O depoimento do sambista João Batista demonstra qual era o sentimento das pessoas que frequentavam a casa de Ciata:

As nossas festas duravam dias, com comida e bebida, samba e batucada. A festa era feita em dias especiais, para comemorar algum acontecimento, mas também para reunir os moços e o povo “de srcem”. Tia Ciata, por exemplo fazia festa para os sobrinhos dela se divertirem. A festa era assim: baile na sala de visitas, samba de partido alto nos fundos da casa e batucada no

³⁵ Antigos grupos carnavalescos, semelhantes ao que hoje se conhece como ‘escolas de samba’.

terreiro. A festa era de preto, mas branco também ia lá se divertir. No samba só entravam os bons no sapateado, só a “elite”. Quem ia pro samba, já sabia que era da nata. Naquele tempo eu era carpina (carpinteiro). Chegava do serviço em casa e dizia: mãe, vou pra casa da Tia Ciata. A mãe já sabia que não precisava se preocupar, pois lá tinha de tudo e a gente ficava lá morando, dias e dias, se divertindo. Eu sempre fui responsável pelo ritmo, fui pandeirista. Particpei de vários conjuntos, mas era apenas para me divertir. Naquele tempo, não se ganhava dinheiro com samba. Ele era muito mal visto. Assim mesmo às vezes nós éramos convidados para tocar na casa de algum figurão. Eu me lembro que em certa ocasião, o conjunto de que eu participava foi convidado para tocar no palacete do senador Pinheiro Machado, lá no morro da Graça. Quando o conjunto chegou, o senador foi logo perguntando aos meus colegas: cadê o menino? O menino era eu. Aí meus companheiros contaram ao senador que a polícia tinha tomado e quebrado o meu pandeiro, lá na Penha. O senador mandou que eu passasse no Senado no outro dia. Passei e ganhei um pandeiro novo, com dedicatória, peça que tenho até hoje (João Batista Borges Pereira, apud MOURA, 1995, pág. 115).

Seja no samba ou no candomblé, e muitas vezes até nos dois juntos, as mulheres negras eram presença marcante não só como participantes como também, e principalmente, organizadoras dos cultos e festas. Criavam uma rede de solidariedade para o seu povo, espaços onde podiam melhor aflorar suas vivências e crenças e resgatar sua ancestralidade.

3.3 Leis trabalhistas para quem?

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), promulgada em 1943, excluiu expressamente trabalhadores rurais e domésticos de sua abrangência³⁶. Assim, considerando que nós trabalhadoras negras ocupávamos essencialmente essas profissões, permanecemos na informalidade, enquanto o Brasil assistia o que Delgado (2019) chamou de fase da institucionalização do Direito do Trabalho.

A partir do início da Era Vargas, em 1930, o governo assumiu postura mais intervencionista nas relações trabalhistas, desencadeando uma série de inovações legislativas que, embora tenham como principal expoente a CLT, compreendem outras alterações que foram ocorrendo até que culminassem nesta Consolidação (DELGADO, 2019).

Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e em 1931 foi instituído o Departamento Nacional do Trabalho. A área sindical também foi regulada,

³⁶ Dispõe o art. 7º, “a” e “b” da mencionada Lei: Os preceitos constantes da presente Consolidação salvo quando for em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não-econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas; b) aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais.

criando-se a estrutura do sindicato único (pelo Decreto 19.770/31) submetido ao reconhecimento pelo Estado. A Justiça do Trabalho foi regulamentada em 1939, pelo Decreto-lei n. 1.237. Houve também reformulação do sistema previdenciário em 1931 e em 1933 a regulação do trabalho feminino (Decreto 21.471/32), a fixação de jornada de 8 horas diárias para algumas categorias profissionais (Decretos 21.186 e 21.364 de 1932), entre outros exemplos (DELGADO, 2019).

A Consolidação das Leis Trabalhistas teve o propósito de reunir todas as alterações justralhistas surgidas até então em único código, além de acrescentar novas disposições. Mas a limitação da sua abrangência fez com que praticamente nenhuma dessas alterações abarcasse as trabalhadoras negras.

Com efeito, o Censo Demográfico de 1950 demonstrou que, em detrimento do crescimento do setor industrial, as mulheres negras permaneceram empregando-se como domésticas em casa de famílias. Algumas poucas conseguiram inserir-se na indústria têxtil e na agricultura. Naquele ano, 90% das mulheres negras estavam empregadas em serviços pessoais e os outros 10% se dividiam entre indústria têxtil e agricultura. A grande maioria das mulheres negras possuía baixos níveis de escolaridade, sendo o analfabetismo o nível dominante (GONZALEZ, 1982).

De acordo com os dados do recenseamento de 1950, 18.469.715 mulheres maiores de 10 anos de idade declararam suas atividades principais. Dessas, 11.493.442 eram brancas, 2.117.076 pretas, 105.075 amarelas e 4.812.453 pardas³⁷ (BRASIL, 1950).

Exerciam “atividades domésticas não remuneradas ou atividades discentes” 9.297.926 mulheres brancas, 1.549.449 pretas, 84.713 amarelas e 3.919.833 pardas (BRASIL, 1950). O número total de mulheres presentes nos domicílios, independentemente da idade, foi de 26.059.396. Dessas, 16.041.707 se declararam brancas, 2.875.082 pretas, 156.104 amarelas, 6.930.213 pardas e 56.290 não declararam cor (BRASIL, 1950).

Considerando que o número de homens inseridos em “atividades domésticas não remuneradas ou atividades discentes” é significativamente menor do que o de mulheres³⁸, os dados estatísticos demonstram a divisão sexual do trabalho operada, cabendo às mulheres o

³⁷ Vale dizer que, conforme a metodologia utilizada, todas as mulheres que declararam outras respostas no quesito cor (tais como índia, cabocla, mulata, morena e etc.) ou colocaram um traço como resposta foram consideradas pardas. Para os casos em que houve completa omissão de resposta, esta foi lançada como “cor não declarada”.

³⁸ Dos 18.088.275 homens que declararam alguma atividade, apenas 1.582.206 se dedicava ao trabalho doméstico não remunerado ou atividades discentes.

trabalho de cuidado/reprodutivo do lar e aos homens o trabalho considerado produtivo, fora de casa (HIRATA, KERGOAT, 2007).

Outro dado importante é que, das 567.627 mulheres pretas empregadas fora do quesito doméstico não remunerado, 356.059 dividiam-se entre a prestação de serviços e a agricultura (BRASIL, 1950), fato que reforça a permanência das trabalhadoras negras no espaço rural e doméstico.

Nesse contexto, alertada por Souza (2016)³⁹, cabe aqui fazer uma pausa. Como já comentei no primeiro capítulo dessa pesquisa, a nossa historiografia nacional é repleta de inverdades a respeito de nossos ancestrais escravos, seja porque foram contadas a partir do ponto de vista hegemônico branco, seja porque até hoje há prevalência da história escrita em detrimento da história oral. Assim, é comum que se atribua a permanência de trabalhadoras negras no setor de serviços domésticos ao passado escravista⁴⁰.

Contudo, esse fato não pode ser considerado apenas e isoladamente como resultado da escravidão, de forma a se ignorar outros fenômenos históricos ocorridos no pós-emancipação⁴¹ com a finalidade de se manter o status quo e os privilégios sociais e de classe de pessoas brancas (SOUZA, 2016).

Como afirma Almeida (2018), o conjunto de “práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens para indivíduos a depender do grupo racial ao qual pertençam” pode ser entendido como racismo (ALMEIDA, 2018, pág. 25).

Nesse sentido, o racismo é entendido como estrutural em nossa sociedade. Mas, antes de adentrar no conceito de racismo estrutural, cabe diferenciá-lo das outras concepções de racismo. O racismo individualista se refere à concepção do racismo como espécie de patologia, característica de grupos e indivíduos específica e isoladamente, enquanto a concepção de racismo institucional apresenta o racismo como resultado do funcionamento de instituições (ALMEIDA, 2018). Contudo, nenhuma dessas duas concepções explica satisfatoriamente o funcionamento do racismo, uma vez que ele não é simplesmente fruto de ações individuais e nem apenas de ações institucionais.

³⁹ A autora pondera que o argumento do “resquício da escravidão” é utilizado até mesmo em análises científicas principalmente porque dados estatísticos sempre apontaram predominância da cor preta e do gênero feminino no setor doméstico, além de altos níveis de precariedade, dado que até 2015 sequer existia legislação sobre o tema no país.

⁴⁰ Nesse sentido podem ser citados estudiosos como Gilberto Freyre, já mencionado aqui, e Roger Bastide.

⁴¹ Pós-abolição

Tendo isso em mente, Almeida (2018) cunhou no Brasil⁴² o conceito de racismo estrutural.

O racismo estrutural é a discriminação racial constitutiva da nossa sociedade e está presente em toda a ordem social, sendo, portanto, o racismo uma regra, e não a exceção. Desse modo, para que o combate ao racismo seja efetivo, a promoção da igualdade racial é necessária a todo o tempo e por todas as instituições. Como isso nem sempre ocorre, o que se tem são as instituições refletindo o racismo que já é inerente à sociedade e, dessa forma, continuará sendo, ciclicamente (ALMEIDA, 2018).

O racismo é um “processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e os afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais” (ALMEIDA, 2018, p. 49). Ou seja, a vida cultural na qual os indivíduos se reconhecem como autoconscientes é repleta de clivagens raciais o que faz com que o normal, os afetos e as verdades perpassem, até inconscientemente, pelo racismo (ALMEIDA, 2018).

O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo que mulheres negras têm uma vocação natural para o emprego doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticulosos e racionais em suas ações. (ALMEIDA, 2018. p. 51)

Assim, para evitar que ocorram situações em que pessoas negras são preteridas em detrimento de pessoas brancas, não basta não fazer nada, é preciso ter isolada e institucionalmente atitudes antirracistas, é dizer, atitudes que visem a combater o racismo estrutural.

Não foi o que ocorreu no pós-abolição e muito menos nos anos (e séculos) que se seguiram.

Nos próprios Censos realizados naquele período, o quesito cor era uma variável flutuante, não aparecendo nos recenseamentos de 1900 e 1920, constando nos censos de 1940⁴³, 1950 e 1960 para desaparecer novamente em 1970. As justificativas utilizadas⁴⁴ quase sempre se relacionavam à dificuldade da população em se categorizar, mas revelam na

⁴² O termo foi elaborado originalmente nos Estados Unidos e disseminado no Brasil pelo trabalho do professor Sílvio Almeida.

⁴³ Não houve recenseamento nas décadas de 1910 e 1930.

⁴⁴ Quando há alguma, considerando que no censo de 1970 a cor simplesmente não foi coletada sob nenhum fundamento.

verdade, que as questões raciais não eram prioritárias. Com efeito, os reduzidos dados estatísticos da população negra demonstram uma estratégia para que a questão racial não fosse pauta de políticas públicas sociais e econômicas (PIZA; ROSEMBERG, 1998).

Aliás, foi com base nos censos de 1872 e 1890 que se instituiu a chamada “política do branqueamento” no país. Aqueles censos revelaram que a maioria da população brasileira era negra, o que motivou o governo nos anos de 1890 a 1930, como eu já abordei nos tópicos anteriores, a encorajar a entrada de trabalhadores imigrantes europeus no país com a finalidade de branquear a população (GONZÁLEZ, 2020a).

No mesmo período, os ideólogos do branqueamento disseminavam suas teses de superioridade da raça branca, alertando para os perigos de o Brasil nunca se tornar um país civilizado, dada a grande quantidade de negros, índios e mestiços (GONZALEZ, 2020a).

De acordo com Schwarcz (1993), o darwinismo social pode ser entendido como a teoria segundo a qual existiam tipos puros de raças ligadas a caracteres físicos e morais inferiores ou superiores transmitidos geneticamente, razão pela qual a mestiçagem era mal vista.

Denominada “darwinismo social” ou “teoria das raças”, essa nova perspectiva via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que “não se transmitiriam caracteres adquiridos”, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de “tipos, puros” — e portanto não sujeitos a processos de miscigenação — e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social. (SCHWARCZ, 1993, pág. 46)

Para os adeptos da mencionada teoria, o comportamento das pessoas tinha uma interferência maior do seu grupo racial do que de seu livre arbítrio e, por essa e outras razões, as raças inferiores eram incivilizáveis, já que determinavam o comportamento de seus membros e isso era transmitido geneticamente. Por isso, a eugenia era fortemente incentivada (SCHWARCZ, 1993).

Na antropologia criminal, o darwinismo social tem como grande expoente Cesare Lombroso, para quem a raça negra se situava entre os primatas e os brancos europeus, que poderiam ser considerados seres mais evoluídos. As ideias de Lombroso foram disseminadas em estudos científicos por toda a Europa, chegando ao Brasil. O criminalista acreditava ser possível através de traços fenotípicos, tais como o tamanho do crânio, a largura da orelha, do nariz, da boca, entre outros, delimitar de antemão a predisposição de alguém para o crime.

Considerava que pessoas de raças inferiores, ou seja, negras, eram propensas à delinquência (SCHWARCZ, 1993).

O Brasil nesse cenário (de maioria negra e indígena) era apontado internacionalmente como um país primitivo, o que passou a ser difundido por aqui em diversas revistas científicas, sobretudo através dos estudos de medicina legal de Nina Rodrigues, por quem os negros eram vistos como um impedimento à civilização branca e um dos fatores de inferioridade de nosso povo (SCHWARCZ, 1993).

Nos primeiros anos do séc. XIX a mestiçagem era comumente associada a doenças e ao aumento da criminalidade no Brasil. As escolas de medicina legal, influenciadas pelo pensamento de Nina Rodrigues, encampavam uma defesa veemente de alterações legislativas no Código Penal, de modo que o foco fosse no criminoso e na sua raça e não no crime. Para eles, os homens não poderiam ser tratados de forma igual se não pertencessem à mesma raça, já que cada raça compreende um nível diferente de evolução (SCHWARCZ, 1993).

As ideologias do branqueamento e da inferioridade dos negros permearam a sociedade brasileira, principalmente nos setores mais “estudados da população” de tal modo que a Constituição de 1934 previu o estímulo à educação eugênica⁴⁵, por parte da União, Estados e Municípios, em seu artigo 138, “b”.

A partir da década de 30, tais ideologias foram se enfraquecendo e dando lugar à noção de democracia racial, desenvolvida por Freyre (2003), obra já abordada nos tópicos anteriores, em que o autor salienta a suposta docilidade da escravidão operada no Brasil e as boas relações entre brancos e negros, concluindo que negros são pessoas como quaisquer outras e não devem estar sujeitos à discriminação.

Entretanto, conforme pondera González (2020a), a ideia de democracia racial é apenas um mito, sujeitando o tratamento destinado aos negros a um duplo nó. É dizer, ao mesmo tempo que se consentia que pessoas negras não deveriam ser discriminadas, se negava a essas mesmas pessoas um tratamento igualitário.

Como visto, a Consolidação das Leis trabalhistas excluiu expressamente de sua aplicação os empregados domésticos e rurais, de forma que nós, trabalhadoras negras, continuamos nos empregando informalmente, sem proteção ou acesso a direitos mínimos trabalhistas, como por exemplo, o direito à jornada mínima.

⁴⁵ Estudo de formas de melhorar a “qualidade racial da população”

Até a Constituição de 1934, os analfabetos, categoria que englobava principalmente pessoas negras⁴⁶, não tinham direitos políticos. Passada a Era Vargas, na Constituição de 1946, que foi considerada a Constituição da redemocratização, a inclusão do termo raça no artigo referente à igualdade perante a Lei foi vetada, e os mendigos e analfabetos continuaram excluídos dos direitos políticos. Isso significa dizer que as pessoas negras foram impedidas durante muito tempo de escolher seus representantes.

Havia um esforço para que se concedesse no texto constitucional facilidade aos portugueses que quisessem adquirir cidadania brasileira, mas o mesmo não acontecia com nacionalidades africanas (art. 129, IV, da CR/46).

Além dos entraves institucionais, a exigência de “boa aparência” como requisito para diversos postos de trabalho dificultava nosso acesso ao emprego formal.

Aquele papo do “exige-se boa aparência”, dos anúncios de empregos, a gente pode traduzir por: “negra não serve”. Secretária, recepcionista de grandes empresas, balconista de butique elegante, comissária de bordo etc. e tal são profissões que exigem contato com o tal do público “exigente” (leia-se: racista). Afinal de contas, para a cabeça desse “público”, a trabalhadora negra tem que ficar “no seu lugar”: ocultada, invisível, “na cozinha”. Como considera que a negra é incapaz, inferior, não pode aceitar que ela exerça profissões “mas elevadas” (ou seja: profissões para as quais só as mulheres brancas são capazes). E estamos falando de profissões consideradas “femininas” por esse mesmo “público” (o que também revela seu machismo) (GONZÁLEZ, 2020b, págs. 218 e 219).

De acordo com Damasceno (2013), no início da década de 1930, a referência à cor aparecia explicitamente nos anúncios de jornais do Rio de Janeiro. Na sessão dedicada às ofertas de serviços domésticos, os empregadores explicitavam sua preferência por candidatas brancas para os cargos de copeira, ama seca e outras ocupações em que as pessoas têm maior visibilidade na casa. Para os cargos de cozinheira e arrumadeira, por exemplo, não havia tal predileção, já que estas quase sempre ficavam nos fundos da casa, restritas à cozinha, e não eram tão visíveis. Assim, mesmo no emprego doméstico, havia restrições à postos de trabalho que poderiam ser ocupados por mulheres negras.

A partir do final da década de 1940, observou-se uma drástica mudança nos anúncios motivada possivelmente em razão do cenário de repressão à discriminação racial que culminou na promulgação da Lei Afonso Arinos, em 1951, a qual definiu como contravenção penal o preconceito racial nas relações de trabalho. A partir de 1946, a menção à preferência por empregadas brancas e estrangeiras deu lugar à exigência de “boa aparência” nos anúncios

⁴⁶ Como apontado pelos censos de 1940 e 1950 (dado que os censos de 1900 e 1920 não coletaram a cor da população).

diários de empregos socialmente mais valorizados no mercado de trabalho (DAMASCENO, 2013).

No decorrer da década de 1940, cresce o número de vagas dos mais diversos tipos, com expressivo aumento de vagas na indústria, sobretudo têxtil e de alimentos, mas também há procura por ferreiro, capoteiro, polidor, niquelador, eletricista, marceneiro e outros profissionais diversos, todos sem menção à boa aparência. Tal exigência aparece, no entanto, nas vagas destinadas às atividades de escritório, principalmente para as candidatas mulheres aos postos de secretária, balconista, atendente ou datilógrafa. A maior visibilidade dessas posições está por trás de sua restrição às candidatas que atendam o perfil de “boa aparência”, já que para as vagas de costureiras em fábricas de bolsas, balas e botões não há necessidade da “boa aparência” (DAMASCENO, 2013).

Dentro do Jornal do Brasil, existia uma repartição evidente entre os empregos destinados aos negros e aos brancos. Nas primeiras páginas dos anúncios, destinadas aos empregos diversos e de baixa qualificação, encontravam-se vagas para empregadas domésticas, ocupações subordinadas e ocupações fabris sem menção à aparência dos candidatos. Por sua vez, nas duas últimas páginas do jornal, encontram-se as vagas em setores de administração, supervisão, profissionais liberais, secretárias com domínio de outra língua ou mesmo alguns empregos domésticos, como *chauffeur* e governanta. Nessa seção do jornal o termo “boa aparência” aparece mais vezes (DAMASCENO, 2013).

Porém, nem sempre há a necessidade de inserção da exigência de “boa aparência”, para exclusão de determinado grupo étnico, uma vez que a necessidade de maior grau educacional, por si só, exclui os indivíduos desse grupo, os quais pertencem às chamadas “camadas inferiores” da sociedade. É o que se vê com alguns anúncios nos quais se procura secretárias bilíngues, que mesmo sem a necessária “boa aparência”, são dirigidos a candidatas brancas. Assim, é que se conclui que as mulheres brancas deslizavam mais facilmente dos empregos domésticos para outros mais valorizados, sem que a mesma oportunidade fosse concedida às mulheres negras, seja pela exigência de boa aparência, seja pela exigência de qualificação profissional (DAMASCENO, 2013).

Portanto, o fato de permanecermos até hoje, como falarei mais adiante, como maioria em empregos informais, com menos direitos e menores salários não decorre isoladamente “dos resquícios da escravidão”. Decorre de um esforço estrutural para que as pessoas negras, e, principalmente, as mulheres negras, se considerarmos as discriminações interseccionais, permaneçam em lugares subalternos.

3.4 “Olha mamãe, uma empregada bebê!”

A divisão sexual do trabalho constitui um processo social e histórico que se caracteriza pela “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado” (HIRATA, KERGOAT, 2007, pág. 599).

Tal forma de divisão do trabalho se baseia em dois princípios norteadores: o da separação (há trabalho de homem e trabalho de mulher) e o da hierarquização (trabalhos masculinos são superiores aos femininos). São princípios legitimados, na maioria das vezes, pela ideologia naturalista, que rebaixa o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais aos “papéis sociais” decorrentes do suposto destino natural da espécie (HIRATA, KERGOAT, 2007).

Esses dois princípios se encontram na maioria das sociedades e foi com base neles que às mulheres foi historicamente relegado o trabalho de cuidado da casa e da família, em nome do amor materno, sem serem remuneradas por isso (HIRATA, KERGOAT, 2007).

Considerando o fator racial, fica ainda mais evidenciada a discriminação interseccional à qual as mulheres negras foram expostas. Em 1950, 628.946 pessoas ocupavam o lugar de empregadores, dos quais 607.615 eram homens e 21.331 mulheres. Os homens brancos constituíam a grande maioria dos empregadores, sendo 502.731 e as mulheres brancas somavam 16.466, enquanto as mulheres pretas eram 1.123 (BRASIL, 1950).

Por sermos mulheres, sofremos a discriminação de gênero, que nos torna responsáveis pelo trabalho reprodutivo e, por sermos negras, as poucas possibilidades de trabalho que nos são oferecidas se dão no contexto invisível da casa de famílias brancas. O resultado disso é a dupla jornada, cuidando da nossa casa e dos nossos filhos e da casa e dos filhos dos outros.

Para manter essa divisão sexual e racial de trabalho por aqui também foram e são utilizadas imagens de controle a respeito da condição da mulher negra. Conforme abordado no capítulo 1, os estereótipos e imagens de controle lançados sobre nós, mulheres negras, reforçam a ideia de que fomos feitas para ocupar lugares sociais menos valorizados socialmente. Resumidamente, algumas das principais imagens de controle no contexto estadunidense são a “*mammie*”, a “*matriarca negra*”, “*mãe dependente do Estado*”, “*rainha da assistência social*”, a “*dama negra*” e a “*Jezebel*”. (COLLINS, 2019)

A imagem da “*mammie*” foi criada para justificar a exploração econômica das escravas domésticas e, hoje, ainda é utilizada para fundamentar o trabalho doméstico das mulheres negras. A “*mammie*” retrata uma mulher muito dedicada ao cuidado da família branca pra quem trabalha, abnegada, sem interesses próprios e assexuada, cuida melhor da família branca do que dos próprios filhos. Dessa mulher se espera que, além de ter deferência, ensine suas filhas a serem deferentes também com os brancos (COLLINS, 2019).

A “matriarca negra”, por sua vez, é a imagem de uma mulher negra em relação à sua própria família negra. Quando sai para trabalhar e deixa seus filhos sem cuidado em casa, ela se torna responsável pelo fracasso deles e pelo distanciamento de seus maridos. Não cuidavam suficientemente das crianças e não eram femininas para os homens. Nesse contexto, transmitir a causa da pobreza negra às matriarcas corrobora opressões de classe, gênero e raça, pois desvia o olhar das desigualdades políticas e econômicas, condições inferiores de moradia, escolas subfinanciadas, discriminação no emprego e racismo nas relações de consumo (COLLINS, 2019).

A “*mãe dependente do Estado*” é retratada como uma mãe solteira folgada que não gosta de trabalhar e que usa o número de filhos para conseguir auxílios do governo. Essa imagem, assim como as outras, serve para fundamentar uma série de opressões, pois se é a mãe que não transmite os valores do trabalho para os filhos, ela é a causadora da perpetuação da pobreza na sua comunidade (COLLINS, 2019).

A “*rainha da assistência social*” é a imagem que surgiu para desviar os olhos dos cortes em programas de bem-estar social e para culpabilizar as pessoas que detinham esses direitos, massivamente as mulheres negras, que passaram a ser vistas como folgadas, que eram sustentadas basicamente pelo dinheiro dos contribuintes. Ao contrário da imagem da mãe dependente do Estado, a rainha da assistência social não tem tanta ligação com a maternidade, é a imagem de uma mulher sem renda, sem marido, enfim, um encargo para o Estado (COLLINS, 2019).

A “*dama negra*” se refere às negras da classe média, que conseguiram alcançar bons cargos no mercado de trabalho. Essas mulheres são consideradas uma versão da “*mammie*” moderna, responsável, que coloca o trabalho acima de qualquer outro anseio. Seus empregos exigem tanta dedicação que elas não têm tempo para os homens e, muitas vezes, até competem com eles no ambiente de trabalho, deixando de lado a feminilidade e, por isso, não conseguem homens para casar. Essa imagem, tal qual a da rainha da assistência social, visa deslegitimar o exercício da cidadania das afroamericanas (COLLINS, 2019).

Por fim, a “*Jezebel*” ou prostituta, “*hoochie*”, revela a imagem de uma mulher negra excessivamente sexualizada, que seduzia homens brancos e isso justificava a sua exploração sexual durante a escravidão. Até hoje essa imagem ainda é extremamente difundida, inclusive nas músicas negras, sem questionamentos por parte da própria comunidade negra. Mulheres negras são retratadas como “mamas gostosas”, que só querem saber de fazer sexo, e de proporcionar prazer aos homens, são “cachorras” e topam fazer todo tipo de favor sexual, inclusive em troca de dinheiro para sustentar os filhos. Nesse contexto, a heterossexualidade feminina normal “ser passiva”, é uma característica de mulheres brancas, enquanto as mulheres negras apresentam comportamentos desviantes (COLLINS, 2019).

Muitas vezes, esses estereótipos passam a ser a forma como a própria mulher negra se vê, mais corpo do que mente. As imagens da mulher negra hora como trabalhadora abnegada, hora como hipersexualizada vêm sendo repetidas há tanto tempo que conseguiram permear a mente das próprias mulheres negras. De tal forma, é como se houvesse uma barreira natural que nos impede de ir além, que nos impede de nos enxergar como intelectuais, atividade diametralmente oposta às imagens do feminino negro (hooks, 1995).

Várias dessas imagens, ressalvadas algumas particularidades, são plenamente aplicáveis no contexto brasileiro, mas escolhi abordar especificamente as imagens da *hoochie* e da *mammie*, que apareceram em nosso país como a “mulata exportação” e a “preta doméstica”.

González (2020c) trabalha a ideia da consciência como o oposto da memória. A consciência é que está presente em maior parte da sociedade, ocupando o lugar da alienação e do ocultamento, difundindo ideias falseadas e contribuindo para a manutenção do status quo. De outro lado está a memória, que ocupa o lugar da verdade que não foi escrita.

Por isso, a gente vai trabalhar com duas noções que ajudarão a sacar o que a gente pretende caracterizar. A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando a memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura; por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar sacar é esse jogo aí das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo pra nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela pra tudo nesse sentido. Só que isso tá aí...e fala (GONZÁLEZ, 2020c, pág. 79).

É justamente essa consciência a responsável pela difusão da imagem da mulher negra, hora como a “mulata exportação”, musa do carnaval brasileiro, cultuada como expoente da democracia racial (já que sua “beleza negra” é supostamente exaltada), hora como “doméstica”, termo que, mais do que um emprego, significa a marca de um lugar social inferior (GONZALEZ, 2020c).

A mulata, ao contrário da ideia tradicionalmente aceita (filha de preta(o) com branco(a)), constitui a imagem de uma mulher hipersexualizada, que samba, rebola e encanta os homens, possui corpo sedutor e o carnaval é seu momento de esplendor. Todos, pretos, brancos e até estrangeiros, param para admirá-la. “Que bunda meu deus!”. Por outro lado, a preta doméstica nada mais é do que “o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (GONZÁLEZ, 2020c, pág.82).

A imagem de doméstica se associou à figura da mulher negra de tal modo que, independente da classe social que ocupam, independentemente do quão bem vestidas estejam ou educadas se apresentem, sempre haverá um síndico para nos convidar a entrar pela porta de serviço (GONZÁLEZ, 2020c). O relato de Lorde (2019), embora sobre o contexto estadunidense, elucida a persistência da correlação entre mulheres negras e o trabalho doméstico:

Empurro minha filha de dois anos dentro de um carrinho de compras em um supermercado de Eastchester, em 1967, e uma menina branca passando por nós no carrinho de sua mãe fala alto, animada: “Olha, mamãe, uma empregada bebê!”. E sua mãe diz para você calar a boca, mas não a corrige (LORDE, 2019, pág. 159).

O interessante é perceber que a mulata e a empregada são a mesma pessoa, em contextos diferentes, porém, os únicos cabíveis a nós. Cotidianamente, somos relegadas à invisibilidade do trabalho doméstico, escondidas nas casas de família para sermos exaltadas somente como objeto sexual, e com a finalidade de difundir a consciência de algo que não existe: a democracia racial (GONZALEZ, 2020c). Não nos esqueçamos que “preta (serve) pra cozinhar, mulata pra fornicar e branca pra casar”(GONZÁLEZ, 2020a, pág. 59).

Apesar da consciência, a memória está viva para nos apontar que essa mesma preta, doméstica, que sobrevive na base da prestação de serviços é o pilar que permite a sobrevivência da sua família, já que seus maridos, filhos e irmãos são objeto de perseguição policial diária (GONZÁLEZ, 2020c) e ela sabe bem disso.

Por ocuparmos esse lugar que é ao mesmo tempo o pilar de sustentação tanto de nossas próprias casas, quanto das casas das patroas, temos uma visão única do mundo e da

maneira de viver. E, embora excluídas das teorias feministas ocidentais, já nos organizávamos enquanto grupo.

Nesse ponto, vale lembrar que o feminismo é tradicionalmente dividido em três ondas. A primeira é apontada como tendo origem na Revolução Francesa até o início do Séc. XIX, nesse período diversas mulheres brancas em países ocidentais se organizaram exigindo direitos igualitários “básicos”⁴⁷, tais como acesso à educação, propriedades, posse e direito ao divórcio (GARCIA, 2011).

A segunda onda ficou conhecida pela luta constante de mulheres ocidentais pelo direito ao voto, o movimento das sufragistas ganhou, inclusive, interpretações cinematográficas.

Tratou-se de um período em que também se tornaram pauta do movimento de mulheres a luta abolicionista, a liberdade de pensamento, de associação, o fim da prostituição e a paz, mas a principal reivindicação era mesmo a de direitos políticos. Questionavam as proibições impostas às mulheres no tocante a se candidatarem, votarem ou mesmo assistir reuniões políticas (GARCIA, 2011).

A terceira onda tem como marco inicial a publicação da obra “O segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, em 1949, e é marcada pela constatação por parte das mulheres de que praticamente o mundo gira em torno do homem (androcentrismo), os quais percebem benefícios e privilégios na sociedade em detrimento das mulheres, relegadas ao ambiente doméstico (GARCIA, 2011).

Em que pese o fato de nos movimentos de mulheres que desencadearam essa classificação, haver a presença de uma minoria de negras, como a própria Sojourner Truth, abordada no primeiro capítulo desse texto, as ondas do feminismo traduzem uma visão essencialista da mulher e desconsideram nossas reivindicações enquanto grupo de mulheres negras. Sojourner proferiu seu famoso discurso “E eu não sou uma mulher”, em uma Convenção de mulheres, mas deixou claro que boa parte das demandas que ali eram pontuadas não dizia respeito a ela, como mulher negra.

O fato de sermos excluídas da história tradicional não significa, porém, que não estávamos lutando à nossa maneira, mesmo que nos bastidores.

⁴⁷ Tomo a liberdade de colocar essa palavra entre aspas tendo em vista que os direitos considerados básicos, como o acesso à propriedade nem sequer eram cogitados pela população negra, quiçá pelas mulheres negras, no mesmo período. Aliás, boa parte dos países nessa época ainda mantinham regimes escravistas, nos quais o próprio negro era a propriedade.

A experiência histórica em comum entre as mulheres negras, e até, em certa medida, também com os homens negros, foi um dos pontos fundantes do feminismo negro no Brasil. Razão pela qual o feminismo negro, possui um diferença singular, quando comparado ao feminismo ocidental: a solidariedade (GONZÁLEZ, 1984).

Antes mesmo de existir movimentos feministas de mulheres brancas, ou movimento de mulheres, as mulheres negras já se reuniam para discutir o seu cotidiano, marcado pela discriminação racial e pelo machismo tanto de homens brancos quanto de homens negros. Esse ponto é importante. Dentro do movimento negro, muitas vezes, as mulheres negras eram excluídas de decisões, pois seus companheiros homens delegavam para elas apenas tarefas consideradas mais “femininas” e, no seio do movimento, reproduziam práticas da ideologia dominante, sobretudo práticas sexistas (GONZÁLEZ, 1984).

Apesar disso, as mulheres negras continuavam lutando e conquistando espaço dentro das discussões que envolviam o movimento negro, justamente por decorrência da experiência histórico-cultural comum, que faz com que as relações entre homens negros e mulheres negras se desenvolvam num plano mais igualitário. Por outro lado, como o movimento de mulheres no Brasil originou-se do movimento ocidental, não deixou de reproduzir o “imperialismo cultural” daquele, de forma que pautas que vinham de mulheres negras e pobres eram menos importantes e essas próprias mulheres eram invisibilizadas dentro do movimento. (GONZÁLEZ, 1984)

Enquanto isso, nossas experiências com o Movimento de Mulheres, caracterizavam-se como bastante contraditórias: em nossas participações em seus encontros ou congressos, muitas vezes éramos consideradas ‘agressivas’ ou ‘não-feministas’ porque sempre insistimos que o racismo e suas práticas devem ser levados em contas nas lutas feministas, exatamente porque, como o sexismo, constituem formas estruturais de opressão e exploração em sociedade como a nossa. Quando, por exemplo, denunciávamos a opressão da exploração das empregadas domésticas por suas patroas, causávamos grande mal-estar, afinal, dizíamos, a exploração do trabalho doméstico assalariado, permitiu a ‘liberação’ de muitas mulheres para se engajarem nas lutas ‘da mulher’. Se denunciávamos a violência policial contra os homens negros, ouvíamos como resposta que violência era aquela da repressão contra os heróis da luta contra a ditadura (como se a repressão, tanto num quanto noutro caso, não fizesse parte da estrutura do mesmo estado policial-militar). (GONZÁLEZ, 1984, p. 9).

Por se desenvolver de forma mais organizada nas décadas de 1970 e 1980, o movimento de mulheres negras será melhor abordado no próximo capítulo.

4 SÉCULO NOVO, ANTIGAS EXCLUSÕES

4.1 Neoliberalismo e consequências

Fora do Brasil a produção fabril se expandia. No final do séc. XIX e início do séc. XX, Frederick W. Taylor inaugurava o sistema de produção que ficou mundialmente conhecido como “taylorismo”. Esse sistema erigiu-se sobre as bases da organização e rígida divisão do trabalho (planejamento, direção, controle e execução), da noção de posto de trabalho e da cronometragem dos tempos de produção (RIBEIRO, 2015).

Alguns anos mais tarde, Henry Ford aperfeiçoou o modelo taylorista de produção ao introduzir a esteira rolante nas linhas de montagem de suas fábricas de automóveis. Aliada à ideia de controle do processo de trabalho de Taylor, a esteira rolante permitiu ganhos de produtividade, na medida em que automatizou e intensificou ainda mais o ritmo de produção (RIBEIRO, 2015).

Além disso, as fábricas de Ford eram verticalizadas, ou seja, produziam internamente e sob supervisão hierárquica tudo o que precisavam, cabendo aos empregados de Ford a produção metódica de cada peça do produto final. Sendo assim, o trabalhador não precisava ser qualificado, tampouco precisava conhecer a etapa anterior ou a seguinte da linha de montagem, pois bastava que soubesse reproduzir os movimentos necessários à confecção da peça pela qual estava responsável. Tudo em busca da maior produtividade possível (RIBEIRO, 2015).

Na indústria automobilística taylorista e fordista, grande parte da produção necessária para a fabricação de veículos era realizada internamente, recorrendo-se apenas de maneira secundária ao fornecimento externo, ao setor de autopeças. Era necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o “desperdício” na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração. Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor dos veículos (ANTUNES, 2009, págs. 38 e 39).

O binômio taylorismo/fordismo representou uma era de crescimento das indústrias que eram muitas, eram grandes e produziam em larga escala.

O fordismo/taylorismo conduz ao elogio da grande planta industrial capitalista, com grandes massas de trabalhadores vinculados a funções pouco especializadas, que se conectavam pela esteira rolante da linha de produção, permitindo o incessante incremento da produtividade do trabalho e da geração massiva de mercadorias. Nesta mesma concepção gerencial e

administrativa, era também lógica a integração vertical entre as empresas (a matriz e as filiais), de modo a assegurar a uniformidade dos componentes e a rapidez e segurança de seu município (DELGADO, 2015, pág. 46).

O apogeu do fordismo se deu quando, no período entre guerras, notadamente após a grande crise de 1929, o mundo assistiu a uma grande recessão econômica, com altas taxas de desemprego. As ideias de John Maynard Keynes se disseminaram por grande parte dos países ocidentais, principalmente nos Estados Unidos, onde o então presidente Roosevelt implantou um pacote de medidas econômicas⁴⁸ pautadas nas ideias keynesianas para fugir da crise. O keynesianismo consistiu em política econômica de forte intervencionismo estatal na busca do pleno emprego e do controle da inflação por intermédio da produção da demanda efetiva (SANTOS, 2015).

No pós Segunda Guerra Mundial, quando as economias ocidentais se encontravam fragilizadas pela guerra e sem perspectivas de reconstrução, representantes de países ocidentais se reuniram em Bretton Woods, New Hampshire, nos Estados Unidos para definir diretrizes da economia internacional no pós-guerra. No acordo firmado em Bretton Woods, o sistema cambial dos países capitalistas foi atrelado ao dólar americano e foram criadas duas importantes organizações: o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), ambos voltados à regulação da economia mundial. Algum tempo depois, em 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), em um esforço dos países ocidentais capitalistas de manterem a estabilidade no pós-guerra (SANTOS, 2015).

Bretton Woods teve uma grande contribuição para a consolidação dos Estados Unidos como potência hegemônica no séc. XX e seu modelo de produção, o fordismo, foi, a partir de então, se expandindo para outros países ocidentais. O fordismo, atrelado às políticas de intervenção do Estado como regulador da economia (keynesianismo) constituiu a base do que ficou conhecido como “Estado de bem estar social” ou “*Welfare State*” nesses países (SANTOS, 2015).

Nesse contexto, foram criadas políticas estatais e investimentos governamentais com a finalidade não só de regular e controlar a economia, como também de coibir o desemprego e outros riscos sociais aos quais a população outrora esteve exposta.

Toda essa configuração, no entanto, foi incapaz de impedir que os países capitalistas centrais enfrentassem uma nova crise em meados da década de 1970. Antunes (2009) destaca que os principais sinais de que as grandes economias mundiais estavam

⁴⁸ Tais medidas ficaram mundialmente conhecidas como “*New Deal*”.

entrando em crise foram: a queda da taxa de lucro, decorrente do aumento do preço da força de trabalho após as lutas sociais da década de 1960; o esgotamento do padrão de produção taylorista/fordista, que não conseguiu responder à retração do consumo que se acentuava; hipertrofia da esfera financeira, que ganhava mais autonomia ante os capitais produtivos; maior concentração de capitais como consequência das fusões entre empresas; crise do “*Welfare State*”, representada por gastos públicos excessivos que desencadearam uma crise fiscal e incremento das privatizações⁴⁹, para absorver os gastos públicos.

É necessário um destaque para as lutas sociais da década de 1960, nas quais ficou evidente o descontentamento dos operários das fábricas contra a mecanização promovida pelo binômio taylorista/fordista de produção. Nas palavras de Antunes (2009):

No final dos anos 60 as ações dos trabalhadores atingiram seu ponto de ebulição, questionando os pilares constitutivos da sociabilidade do capital, particularmente no que concerne ao controle social da produção. Com ações que não pouparam nenhuma das formações capitalistas desenvolvidas e anunciavam os limites históricos do “compromisso” fordista, elas ganharam “a forma de uma verdadeira revolta do operário-massa contra os métodos tayloristas e fordistas de produção, epicentro das principais contradições do processo de massificação” (idem: 63-4). O taylorismo/fordismo realizava uma expropriação intensificada do operário-massa, destituindo-o de qualquer participação na organização do processo de trabalho, que se resumia a uma atividade repetitiva e desprovida de sentido. Ao mesmo tempo, o operário-massa era frequentemente chamado a corrigir as deformações e enganos cometidos pela “gerência científica” e pelos quadros administrativos (ANTUNES, 2009, pág. 43).

Como resposta a essa crise, desencadeou-se um processo de reorganização do capital, que não podia mais depender do intervencionismo estatal, o qual acreditava-se ter sido incapaz de controlar a recessão. Os contornos mais evidentes da política que começou a se desenhar nos países capitalistas centrais na década de 1970 foi o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado e a desregulamentação e flexibilização de direitos trabalhistas, tudo com vistas a retomar os patamares produtivos anteriores (ANTUNES, 2009).

Os países capitalistas centrais perceberam que a exploração do trabalhador na produção fordista/taylorista não levava ao lucro que almejavam, além dos excedentes de produção que conquistaram e de toda a crise que se desenhou, o trabalhador descontente com

⁴⁹ Vale mencionar que as empresas privadas, no entanto, exigiam desregulamentação e flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, o que também caracterizou a crise e foi o início de uma nova política econômica.

a expropriação da sua capacidade de pensar⁵⁰ ocupou as ruas com movimentos sociais. Assim, as novas políticas produtivas também envolviam outras formas de exploração dos trabalhadores, pois perceberam que a cooperação e imaginação dos operários também poderia ser útil. Surgem formas organizacionais enxutas (o que hoje se conhece como “downsizing”), em que o trabalhador é polivalente, ou seja, responsável por desenvolver várias funções de uma só vez, ao passo que ele é a todo tempo incentivado a se incorporar ao negócio para o qual trabalha. Sua denominação deixa, propositalmente, de ser “empregado” e passa a ser “colaborador”, a fim de fazer com que ele se sinta pertencente ao empreendimento e não explorado por ele, mesmo que de fato o seja (ANTUNES, 2009).

Nas democracias consubstanciadas no pós-segunda guerra, havia uma relação entre direito, política e economia diferente da desenhada pela globalização. Quer dizer, nesses países, ao mesmo tempo em que o sistema de livre empresa figurava como base da criação de riquezas e acumulação, existia um princípio constitucional de remoção das desigualdades sociais. Por decorrência disso, a política se sobrepunha à economia e era lícito ao governo intervir na economia com vistas à promoção da igualdade. Essa lógica era diferente da que regia a livre empresa, e que passa a ser dominante no cenário mundial (BAYLOS, 1999)

Delgado (2015) pontua que o neoliberalismo se disseminou muito em decorrência do fenômeno da globalização tê-lo instituído como pensamento dominante. As saídas encontradas para a crise, na esteira do pensamento de dois importantes economistas da época, Hayek e Friedman, foram a total desregulamentação do capital, de tal modo que a única preocupação do Estado deveria ser a gestão monetária da economia e a criação de condições cada vez mais favoráveis aos investimentos privados.

No campo da produção, as ideias de Taiichi Ohno ganhavam adeptos. Era o surgimento do chamado “toyotismo”, que pretendia elevar a produtividade das empresas, mesmo em contextos adversos, como crises econômicas, de alta competitividade e insuficiente demanda por parte dos consumidores. O reinado das grandes fábricas foi chegando ao fim, pois a empresa que daria conta de ser produtiva na crise não era aquela verticalizada que congregava em si todas as fases da produção. No modo de produção toyotista, pelo contrário, as empresas deveriam concentrar em si somente as atividades que são essenciais ao escopo do seu objetivo principal e delegar todo o resto para empresas

⁵⁰ Convém lembrar que, nesse modo de produção, como eu já disse, o trabalhador é quase que mecanizado, ele só precisa saber mexer na sua parte na esteira, não precisa ter nenhum conhecimento dos métodos produtivos.

subcontratadas/terceirizadas. Dessa forma, os custos com a mão de obra são mais baixos (DELGADO, 2015).

De acordo com Antunes (2009), os pilares de funcionamento do toyotismo são: a produção vinculada à demanda, para que não exista mais excedente de produção parado; o trabalhador polivalente e em equipe; a demanda “just in time”, que significa aproveitamento total do tempo de produção; a produção horizontalizada, já que ao contrário das empresas fordistas, as indústrias toyotistas devem produzir somente o que é intrínseco à sua especialidade e terceirizar todo o resto; os círculos de controle de qualidade, como forma de incentivar o trabalhador a constantemente rever o seu desempenho e melhorar sua produtividade; a remuneração flexível, vinculada à produtividade.

A partir dos governos neoliberais que foram se estabelecendo nas principais economias do mundo (Reagan nos Estados Unidos, Thatcher na Inglaterra e Kohl na Alemanha), o neoliberalismo torna-se hegemônico, surtindo seus efeitos no Brasil na década de 1990 (DELGADO, 2015).

Quando o neoliberalismo chegou por aqui, o Brasil passava pelo que Delgado (2019) denominou constitucionalização do Direito do Trabalho, pois a Constituição de 1988 não só incorporou diversos direitos trabalhistas, como também deu a eles o status de direitos fundamentais.

Com efeito, o campo justtrabalhista, que começou a ser desenhado em 1930, teve poucas alterações durante a Ditadura militar, mas no período de discussões para a promulgação da Constituição de 1988 houve significativa alteração do modelo justtrabalhista corporativista, de tal forma que o texto constitucional original e as emendas que foram sendo a ele incorporadas consolidaram um modelo de direitos trabalhistas mais equânime (DELGADO, 2019).

No mesmo sentido, Miraglia (2008) afirma que era o Direito do Trabalho instrumento máximo para a efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana:

Já se asseverou que o Direito do Trabalho é o instrumento mais eficaz de inclusão do homem na sociedade capitalista moderna. Também se estabeleceu que a dignidade social da pessoa humana diz respeito aos meios necessários para a afirmação do ser humano enquanto parte integrante da sociedade. É certo que tanto o Direito do Trabalho quanto a dignidade social da pessoa humana propugnam a afirmação de um patamar mínimo existencial abaixo do qual não se admite viver. (MIRAGLIA, 2008, pág. 117).

Por se considerar que o Direito do trabalho é “um poderoso e eficaz instrumento que conseguiu exatamente estabelecer uma forma de incorporação do ser humano ao sistema

socioeconômico, em especial daqueles que não tivessem (ou tenham) outro meio de afirmação senão a própria força de seu labor”, a ideia era de que o trabalhador pudesse ser integrado ao sistema econômico por intermédio do Direito do Trabalho, que lhe garantiria um patamar civilizatório mínimo (DELGADO, 2015, pág. 142). Contudo, o neoliberalismo e todas as alterações que lhe são inerentes, sobretudo no espectro trabalhista, inviabilizou a expansão do Direito do Trabalho no país, bem como a sua consolidação como um sistema de garantias civilizatórias fundamentais.

Assim, mal teve início a fase de “constitucionalização do Direito do Trabalho”, e já saltamos para o que Delgado (2019) denomina “crise e transição do Direito do Trabalho”.

Na tentativa de se inserir no cenário internacional que se desenhava, o Brasil adotou todas as mudanças neoliberais, principalmente durante os governos de Collor e de FHC. Como resultado, ao invés de assistirmos o crescimento do Direito do Trabalho, assistimos ao seu recrudescimento, com surgimento de flexibilizações trabalhistas associadas à terceirização de serviços, que desorganiza os direitos trabalhistas pulverizando a classe trabalhadora (ANTUNES, 2009)

Antunes (2009) propugna ter havido um processo múltiplo em que se verificou, de um lado, a desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado paralelamente a uma subproletarização do trabalho, com o incremento do trabalho parcial, precário, terceirizado, sem direitos, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços e etc.

O levante neoliberal que começou na década de 90 produziu reflexos ainda mais significativos nas décadas recentes, com a aprovação da Lei 13.467/17, denominada “Reforma Trabalhista”, que excluiu diversos direitos trabalhistas previstos na CLT. Mas, antes de abordar esses desdobramentos, é bom lembrar que essa é uma pesquisa sobre o trabalho e as formas de resistência de trabalhadoras negras, e, sendo assim, muitas ressalvas precisam ser feitas.

Como eu já disse anteriormente, o período conhecido como de “institucionalização do Direito do Trabalho” não incluiu as trabalhadoras negras, que, em sua maioria, desempenhavam funções formalmente invisibilizadas ora na agricultura, ora no ambiente doméstico. Não foi muito diferente no período de “constitucionalização”.

Na verdade, o trabalho juridicamente protegido e que desempenha a função de garantir um patamar mínimo de direitos e dignidade humana, nos moldes em que se

estabeleceu nas nossas legislações trabalhistas, era aplicado apenas à relação de emprego formal, da qual diversos trabalhadores eram excluídos.

Nicoli (2015) afirma ter havido um pacto de gênero que serviu de sustentáculo para o capitalismo industrial, por meio do qual o homem era tido como provedor e a mulher como cuidadora. Assim, sendo o trabalho fabril dominado por homens, a visão clássica do empregado subordinado, para quem o Direito do Trabalho estendeu sua proteção foi determinada pelo gênero, não sendo protegidas as mulheres que desenvolviam funções de cuidado no lar e nem as mulheres que trabalhavam fora de suas casas em ocupações informais.

Aliás, se a relação de emprego subordinado⁵¹ prevista na CLT até os dias atuais, é aquela na qual há um empregado prestando serviços de forma subordinada a um empregador, toda a forma de trabalho que se diferencia disso, é considerada atípica e excluída das proteções sociais e jurídicas previstas em Lei (NICOLI, 2015).

Assim, se mesmo antes, no curso da estabilização do capitalismo industrial, já existiam trabalhadores juridicamente excluídos de proteção, no final do século XX, com as alterações neoliberais implementadas, o número de pessoas que não se encontram enquadradas em um emprego padrão aumentou consideravelmente (NICOLI, 2015). Cabe pontuar que a maioria das pessoas nessa situação eram mulheres e negras.

O crescimento do emprego feminino nas últimas décadas do séc. XX é também decorrência das modificações neoliberais.

Antunes (2009) chama atenção para cinco tendências que puderam ser observadas no final do séc. XX, sendo elas, a diminuição do emprego fabril estável, crescimento da subproletarização, aumento dos assalariados médios, desemprego massivo de jovens e velhos e crescimento do emprego feminino.

A partir de meados do final das décadas de 1960 e 1970 nos países centrais e da década de 1980 nos países periféricos como o Brasil, ocorreu diminuição do número de trabalhadores fabris estáveis e, paralelamente, aumento da subproletarização. Esse termo, “subproletarização”, pode ser explicado pela tendência de diminuição de garantias trabalhistas, como a jornada de trabalho (nos trabalhos intermitentes e a tempo parcial, por exemplo), dos salários e outros benefícios (já que um trabalhador terceirizado, de uma empresa menor, ganha menos do que aquele que desenvolve o mesmo trabalho na empresa maior) e da própria noção de emprego por tempo indeterminado (com o surgimento de

⁵¹ Art. 3º da CLT.

trabalhadores temporários). A equação não é difícil de ser visualizada, aliás, porque fábricas importantes como a Volkswagen, que antes contava com mais de 40 mil funcionários, no final do séc. XX possuía, menos de 20 mil, embora continuasse produzindo em igual escala, ou, às vezes, até em escalas maiores (ANTUNES, 2009).

Por outro lado, há crescimento dos empregos fora do chão de fábrica, no setor de serviços, como bancários, funcionários de turismo, supermercados, etc., contratados nos mesmos moldes anteriormente citados, da subproletarização. Ficam de fora, no entanto, os trabalhadores jovens, recém-formados, prejudicados pela falta de interesse dos empregadores em treiná-los. Também ficam de fora os mais velhos, acima de 40 anos que, dispensados dos empregos nas fábricas, não conseguem recolocação no mercado. Esses trabalhadores vão formando o chamado “exército de reserva” de pessoas desempregadas (ANTUNES, 2009).

O crescimento do emprego feminino, por sua vez, se deu, principalmente nos trabalhos a tempo parcial e de “trabalho intensivo”, onde há exploração da força de trabalho manual, em detrimento da intelectual (ANTUNES, 2009).

Quanto ao aumento do emprego feminino, porém, há outras particularidades que vão além do incremento das reformas neoliberais e, nesse sentido, Bruschini (1994) pontua que é verdade que houve um crescimento do trabalho feminino no final do séc. XX, porém, isso não significa que antes as mulheres se encontravam em total inatividade. A necessidade dessa pontuação decorre do fato de que sempre houve ocultamento do trabalho desempenhado por mulheres domésticas que eram consideradas inativas e não apareciam nos dados estatísticos mesmo se desempenhassem outras funções, porque prevalecia seu status de “do lar”.

Alguns dos motivos por trás do aumento do número de mulheres trabalhadoras a partir da década de 1970: a diminuição dos salários reais dos homens trabalhadores, o que fez com que as mulheres buscassem uma complementação de renda⁵², o impacto dos movimentos feministas⁵³, a queda dos indicadores de fecundidade (que, ao diminuir o número de filhos por

⁵² É interessante notar que na década de 70, em que pese os países capitalistas centrais vivenciem as alterações neoliberais, estas foram sentidas por aqui de forma mais contundente a partir de 80 e 90, de modo que na década de 70 e consenso entre os estudiosos do assunto que o Brasil ainda assistia uma expansão da sua industrialização. Assim, a queda do poder real dos salários, à qual Bruschini (1994) faz referência, está ligada, nesse primeiro momento, ao crescimento do consumo, o que redefiniu o conceito de necessidade econômica em todas as classes sociais.

⁵³ Como já disse anteriormente, na década de 70 o feminismo ocidental vivenciava o momento conhecido como 3ª onda do feminismo, com forte tendência à independência feminina do trabalho do homem.

mulher a libera para o mercado de trabalho) e, por fim, a expansão da escolaridade e do acesso à universidade para o público feminino (BRUSCHINI, 1994).

Para termos uma ideia do crescimento da força de trabalho feminina, nesse período, Lima (2001), citando estudo de Hasenbalg e Silva, aponta que a população economicamente ativa feminina aumentou de 17,9% em 1960 para 20,9% em 1970 e 27,5% em 1980. Em 1988, 37,3% da população ocupada era feminina, número que saltou para 39,9% em 1998 (LIMA, 2001).

A permanência das mulheres de forma acentuada no mercado de trabalho se deu, conforme já salientado, por decorrência de uma “redivisão” sexual do trabalho, agora na esfera produtiva. As mulheres que se lançavam ao mercado de trabalho foram ocupando os empregos terceirizados do setor de serviços, onde a rotatividade é maior, a qualificação e os salários são baixos e o trabalho é a tempo parcial. O trabalho a tempo parcial, inclusive, justifica-se pela divisão sexual que coloca a mulher como responsável pelo trabalho reprodutivo e de cuidado do lar. Para ter tempo para cuidar da casa e dos filhos, a mulher precisa trabalhar em menor período fora de casa (BRUSCHINI, 1994).

Fatores como casamento, presença de filhos e posição na família também interferem na disponibilidade da mulher para o trabalho nesse período, já que os empregadores preferiam mulheres separadas, seguidas pelas solteiras e, apenas na falta dessas, as casadas. A explicação para esse preterimento é a discriminação que mulheres com filhos enfrentam no ambiente de trabalho, já que poderão ter “mais afazeres em casa”⁵⁴ em detrimento das necessidades do trabalho. Tal situação, inclusive explica porque mulheres com filhos têm mais dificuldades de colocação no mercado. À elas são atribuídas as funções de educar e cuidar dos filhos, o que fica mais custoso se trabalharem fora e não houver serviços de creche disponíveis. (BRUSCHINI, 1994).

Por fim, foi possível perceber que, se uma mulher ocupava o lugar de chefe de família, independentemente de ter filhos, de ter creches disponíveis ou de seu status civil, precisava se lançar ao mercado de trabalho (BRUSCHINI, 1994).

É nesse ponto que se encontra o meu assunto.

4.1.2 Anos 2000 e Movimento de Mulheres Negras

No final da década de 1970, apenas 13% das famílias brancas no Brasil eram chefiadas por mulheres, enquanto 20% das famílias pretas tinham chefes mulheres, sendo que as mulheres pardas eram chefes de 17% de suas famílias (GONZÁLEZ, 2020e). Assim, o

⁵⁴ É o que “se espera de uma mulher” né, que ela vai precisar cuidar do trabalho de casa.

nosso trabalho estava mais ligado a uma questão de sobrevivência e, na ausência de poder aquisitivo ou de disponibilidade de creches, contávamos com amigas, vizinhas, mães, filhas mais velhas, irmãs, ou seja, outras mulheres negras, para que pudéssemos trabalhar.

González (2020e), em estudo dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD de 1976), pontua que, embora a concentração da força de trabalho feminina se encontrasse no setor de prestação de serviços, social e de comércio de mercadorias (empregadas domésticas, professoras, enfermeiras, balconistas), boa parte das atividades sociais e do comércio absorviam mulheres brancas (30% de brancas para 16% de negras) enquanto 69% das mulheres negras ainda se alocavam na agricultura e na prestação de serviços (GONZÁLEZ, 2020e).

Em 1976, a força de trabalho feminina estava presente em menor número nas ocupações que exigem nível superior quando comparada à força de trabalho masculina (4% para 7%). Mas essa diferença se acentuava dentro do grupo das próprias mulheres, pois as brancas representavam 5% dos empregos com nível superior ao passo que as negras representavam apenas 2% (GONZÁLEZ, 2020e).

De modo geral, as mulheres estavam mais presentes do que os homens nos empregos de nível médio, tais como auxiliares de escritório, caixas, tesoureiros, professores de primeiro grau, etc., já que constituíam 21% dessa força de trabalho, enquanto os homens eram apenas 7%. Contudo, essas mulheres eram majoritariamente brancas (27% contra 12% de negras). A força de trabalho feminina era maior nas ocupações não manuais (24% de mulheres para 14% de homens), porém, mais uma vez essa realidade dizia respeito às mulheres brancas, que constituíam 32% da força de trabalho feminina nessas posições, enquanto as negras só alcançavam o patamar de 13%, abaixo dos homens (GONZÁLEZ, 2020e).

Nas ocupações manuais por sua vez, em que, geralmente, não se exigia grau de instrução, há um fenômeno interessante. Os homens compunham 86% da força de trabalho, percentual significativamente maior do que a força de trabalho feminina (76%). Entretanto, se considerarmos apenas as mulheres negras, elas superavam os homens em ocupações não manuais, representando 87% da força de trabalho feminina em ocupações desse tipo (GONZÁLEZ, 2020e).

As diferenças persistem em quase todos os aspectos analisados, ficando nítidas, ainda, as discriminações de gênero e de raça às quais às mulheres negras estavam submetidas. A remuneração das mulheres em nível superior, genericamente, era 35% menor do que a dos

homens, mas as negras recebiam 48% a menos do que as brancas. Nas ocupações de nível médio, as mulheres recebiam 46% a menos do que os homens, mas as negras recebiam 14% a menos do que as brancas (GONZÁLEZ, 2020e).

Parece que o racismo e suas práticas são muito mais contundentes nas ocupações de nível superior do que o sexismo, uma vez que as desigualdades salariais entre homens e mulheres são menores do que as observadas entre brancas e negras. Já nas ocupações de nível médio, o fato de ser mulher implica maior desigualdade, embora o fator racial acentue a discriminação (GONZÁLEZ, 2020e, pág. 194).

Quanto à carteira assinada, dos empregados que têm acesso à legislação celetista protetiva (CLT), poucos eram mulheres negras. Enquanto 62% dos homens⁵⁵ e 60% das brancas possuíam acesso a esse instrumento de defesa do trabalhador, apenas 40% de nós tínhamos carteira assinada (GONZÁLEZ, 2020e).

Esse cenário já nos colocava fora do espectro de proteção trabalhista vivenciado nos anos anteriores à Constituição de 1988, quando se consolidava a legislação trabalhista por aqui. Os direitos trabalhistas fundamentais e a ideia de “patamar mínimo existencial” à qual Delgado (2004) faz referência como direito de qualquer trabalhador, nunca abrangeram as mulheres negras. Isso porque, reitero, na linha defendida por Nicoli (2015), o trabalhador que se quis juridicamente proteger tinha um gênero (masculino) e uma cor (branca), de tal modo que nós mulheres negras, no desempenho de nossas funções informais, manuais, domésticas e de baixa qualificação, não tínhamos acesso real a um patamar mínimo de direitos trabalhistas. Todo o levante neoliberal que por aqui se viu nas décadas de 1980 e 1990 apenas acentuou o quadro de exclusão jurídica da nossa força de trabalho.

Assim, os dados da PNAD de 1988 retratam as mesmas diferenças de gênero e de raça, estando a população feminina negra trabalhadora situada expressivamente em ocupações manuais, com baixo nível de qualificação (LIMA, 2001). Entre 1988 e 1998, o Brasil assistiu a uma considerável redução do percentual de trabalhadores com carteira assinada, passando de 47,4% em 1988 para 36,4% em 1998 (LIMA, 2001). Como já pontuei, esse período compreendeu a incorporação de políticas de informalização do mercado de trabalho, o que explica essa tendência de crescimento do número de trabalhadores sem acesso a direitos trabalhistas mínimos. Por sua vez, assim como em outras décadas analisadas, os trabalhadores negros, sobretudo as mulheres negras, compunham massivamente esse grupo de pessoas.

⁵⁵ A análise da autora não fez distinção entre homens brancos e negros, embora os dados estatísticos dos anos posteriores, que serão abordados ao longo do texto, levem a crer que havia também substancial diferença entre a colocação no mercado de trabalho de homens pretos, quando comparados aos brancos.

Em abrangente estudo acerca das condições de trabalho da população negra, Lima (2001) apresentou as principais características da população ocupada no Brasil durante os anos de 1988 e 1998. Características como cor, sexo e educação da população ocupada merecem destaque por seu potencial de influenciar na distribuição das pessoas no mercado de trabalho. Com relação ao sexo, como já mencionado, a partir da década de 1970, houve aumento do trabalho feminino no Brasil.

O acesso à educação pela população brasileira, por sua vez, teve significativo crescimento nas últimas décadas do séc. XX, enquanto, de outro lado, os níveis de trabalho infantil passaram a diminuir gradativamente, o que indica que as crianças e jovens foram substituindo trabalho por escola. De uma forma geral, o ano de 1998, quando comparado a 1988, demonstrou aumento da população ocupada com pelo menos 5 anos de estudo e queda no número de trabalhadores entre 1 a 4 anos de estudo. O crescimento mais significativo foi na faixa de 9 a 11 anos de estudo (segundo grau), que subiu de 18,3% em 1988 para 24,4% em 1998. Em 1998, a média de anos de estudo da população ocupada brasileira era de 5,94 anos, o que indica um incremento de 2,14 anos a mais do que em 1976, por exemplo, quando essa média era de 3,8 anos (LIMA, 2001).

No que diz respeito à cor da população ocupada, em 1998, 58,6% do total de trabalhadores eram brancos, 6,2% eram pretos e 35,2% se declaravam⁵⁶ pardos, o que indica pouca variação quanto ao ano de 1988, que tinha 60,2% de brancos, 6,1% de pretos e 33,7% de pardos (LIMA, 2001).

Com essas considerações em mente, Lima (2001) analisou o perfil de cada categoria ocupacional presente nas décadas de 1988 e 1998 e dividiu a população ocupada brasileira em: profissionais liberais; proprietários empregadores; profissionais de nível superior; supervisores do trabalho manual; técnicos e artistas; pequenos proprietários; trabalhadores de funções não manuais de rotina; trabalhadores da indústria moderna; trabalhadores da indústria tradicional; trabalhadores do comércio ambulante, serviços gerais; serviços pessoais e serviços domésticos.

Em 1998, os homens brancos trabalhadores se concentravam principalmente nas funções não manuais de rotina (15,1%), trabalhadores da indústria tradicional (16,9%) e trabalhadores nos serviços gerais (16,4%). Já o nicho ocupacional dos homens pretos e pardos era basicamente a indústria tradicional (26,1% e 20,4%, respectivamente) e os serviços gerais

⁵⁶ Considerando que a maioria dos dados foram retirados da PNAD, a cor da população diz respeito à maneira como as pessoas se autodeclaravam.

(23,7% e 20,4%, respectivamente), onde juntos representavam quase 50% desses trabalhadores (LIMA, 2001).

As mulheres brancas ocupavam, sobretudo, as funções não manuais de rotina (25,1%), marcando presença também entre os técnicos e artistas (12,4%) e entre os domésticos (15,2%). As mulheres pretas estavam massivamente no serviço doméstico (36,8%) e apresentavam presença menos marcante nas funções não manuais de rotina (13%) e nos serviços pessoais (11%). A distribuição das mulheres pardas na população era semelhante à das negras, porém com percentuais diferentes. Um total de 27,4% delas estavam no serviço doméstico, 17,4% nas funções não manuais de rotina e 10,1% nos serviços pessoais (LIMA, 2001).

A desigualdade presente na distribuição da população se apresentava principalmente quando se analisava as particularidades de cada uma das funções mencionadas.

Nas funções não manuais de rotina, que agregavam mais homens e mulheres brancos, a média de anos de estudo era de 10,37 anos e as principais atividades eram aquelas em que havia um contato com o público, como vendedores, recepcionistas, secretários⁵⁷ assim como datilógrafos, auxiliares administrativos e operadores de caixas. Já os técnicos e artistas, onde também havia número elevado de mulheres brancas, apresentavam média de anos de estudo de 11,87 anos e englobavam, entre outros, principalmente, enfermeiras não diplomadas e professoras de 1ª a 4ª série (LIMA, 2001).

A categoria dos trabalhadores da indústria tradicional, por seu turno, era composta por indústria têxtil, de alimentos, construção civil, dentre outros e apresentava média de estudos de 6,10 anos. A principal característica dos trabalhadores dos serviços gerais, onde havia sobre-representação de homens pretos e pardos, era sua baixa qualificação e poucos anos de estudo (LIMA, 2001).

Nos serviços pessoais se encontravam pessoas que prestavam serviços fora do âmbito doméstico, tais como cozinheiras e garçonetes. A média de anos de estudo desse grupo é baixa (4,09 anos) e ele apresentava diferenças raciais dentro do próprio grupo, já que enquanto as pretas e pardas eram principalmente cozinheiras, as brancas eram atendentes e garçonetes, fato que reforça a presença ainda marcante da “boa aparência” na seleção de trabalhadores. Por fim, na categoria das empregadas domésticas, composta majoritariamente

⁵⁷ O contato com o público remete ao que já foi dito anteriormente a respeito da “boa aparência” e é um dos fatores que contribui para a predominância de brancos nessas atividades.

por mulheres negras em todo o século XX, se encontrava a menor média de anos de estudo das categorias ocupacionais (3,4 anos) e a mão de obra desqualificada (LIMA, 2001).

As empregadas domésticas também eram, na década de 90, o setor com menor rendimento salarial. Em 1995, 65,41% dos trabalhadores domésticos recebiam de 0 a 1 salário mínimo, com diferenças de remuneração segundo o sexo dentro do mesmo grupo, já que os empregados domésticos homens recebiam mais do que as mulheres (MELO, 1998).

A discussão dos rendimentos auferidos pelos trabalhadores domésticos remunerados deve considerar que a sociedade encara essas atividades como ocupação subalterna e fora do circuito mercantil. Uma ocupação não-especializada para quem a realiza: mulheres ou homens. Mas, existem diferenças se considerarmos um homem ou uma mulher no exercício dessas atividades. Separando por sexo a desigualdade fica evidente, porque também nessa ocupação os rendimentos masculinos são maiores. Pode-se concluir que os rendimentos dos homens, não importa em que setores econômicos foram gerados, são sempre mais elevados que os femininos (MELO, 1998, pág. 21).

A categoria dos empregados domésticos também apresentava baixa taxa de contribuição para a Previdência Social na década de 1990⁵⁸, quando 77,8% dos domésticos não contribuía. Quando analisamos a partir do ponto de vista do sexo, a situação é também desfavorável para as mulheres domésticas: enquanto 43,9% dos homens contribuía para a Previdência, apenas 22,1% das mulheres domésticas era contribuinte, o que significava que as empregadas domésticas também estavam mais distantes do direito à seguridade social (ABREU; JORGE e SORJ, 1994).

É interessante pontuar, de forma a afastar conclusões precipitadas, que embora nós, mulheres negras, representássemos mais de 50% da população ocupada em serviços domésticos, também houve um crescimento no número de pretas e pardas em outras categorias, tais como funções não manuais de rotina, quando observamos os anos de 1988 e 1998 (9,1% e 13% dessa categoria, respectivamente), dado que pode estar associado ao incremento educacional (LIMA, 2001).

Contudo, os primeiros anos do séc. XXI demonstraram que o investimento em educação traz retornos diferenciados entre pretos e brancos.

Melo (1998) já demonstrava que, em 1995, na mesma faixa educacional, homens e mulheres domésticos possuíam rendimentos diferentes, de modo que os homens sempre

⁵⁸ Considerando que os trabalhadores domésticos não eram considerados empregados pela CLT, a maioria desses trabalhadores não possuía carteira assinada, de modo que a contribuição para a Previdência Social se dava por conta própria.

recebiam mais do que as trabalhadoras negras na mesma ocupação e com o mesmo grau de estudo.

Em 2009, essas discrepâncias continuaram.

Apesar de a bibliografia atual que discute os processos de mobilidade, estratificação social e realização socioeconômica apontar a educação como uma variável determinante no processo de ascensão social e obtenção de status ocupacional, esta mesma produção bibliográfica também constata que existe um forte diferencial no retorno do investimento em formação, evidenciando o caráter discriminatório do mercado. Ou seja, apesar de ter ocorrido diminuição das desigualdades de oportunidades no que concerne à instrução, há uma disparidade no tipo de instrução recebida e no perfil das carreiras cursadas para aqueles que acessam o ensino superior. Complementarmente, permanecem muito altas as diferenças dos retornos advindos da formação educacional, medidas pelo acesso ao emprego, trajetória ocupacional e pela renda (LIMA; RIOS e FRANÇA, 2013, pág. 57).

Entre 1995 e 2009, foi possível observar aumento significativo no percentual de mulheres negras no ensino médio, havendo um salto de 14,9% para 49,8%. O nível educacional dos homens negros também aumentou consideravelmente, o que indicou um aumento geral do perfil educacional da população brasileira nos primeiros anos do séc. XXI, fato esse derivado, principalmente, do desenvolvimento das políticas educacionais nos anos 2000. Contudo, o acesso ao ensino superior continuou apresentando concentração maior de homens brancos e, sobretudo, mulheres brancas, que apresentaram o maior nível de acesso ao ensino superior (LIMA; RIOS e FRANÇA, 2013).

Além disso, outro dado que chama atenção nos primeiros anos do séc. XXI é que trabalhadores brancos, negros e trabalhadoras brancas apresentaram taxas de crescimento educacional que acompanharam o crescimento educacional geral, mas as mulheres negras tiveram diferenças entre negras com acesso à educação, genericamente, e trabalhadoras negras com acesso à educação. Tal fato é indicativo de que as mulheres negras, ao contrário dos demais, encontraram maiores barreiras para converter melhores índices educacionais em maiores vantagens no mercado de trabalho (LIMA; RIOS e FRANÇA, 2013). Analisando os anos de 1995 e 2009 foi possível constatar que:

Houve um crescimento de 121% das mulheres que frequentaram o ensino médio e de 162% das negras que frequentaram o ensino superior. No entanto, entre a população ocupada, o crescimento percentual de mulheres negras que frequentaram o ensino médio é de 104%, enquanto as que frequentaram o superior é de 140% (LIMA; RIOS e FRANÇA, 2013, pág. 63).

A presença feminina negra (21,6% das trabalhadoras negras) no emprego doméstico diminuiu percentualmente, mas continua maior do que a feminina branca (13,5%) e do que a de homens domésticos (que correspondem a apenas 7% da categoria de domésticos). No quesito remuneração, as mulheres negras recebiam, em 2009, cerca de pouco mais de 40% do salário dos homens brancos, enquanto as mulheres brancas recebiam 70% do salário de seus pares brancos. Os homens negros recebiam por volta de 60% do que os brancos recebiam. As diferenças permaneciam mesmo dentro da categoria dos domésticos, onde as mulheres negras recebiam em média R\$ 600,00 e os poucos homens brancos nessa posição percebiam em média R\$920,00 mensais (LIMA; RIOS e FRANÇA, 2013).

À mesma conclusão chegou Oliveira (2019) em pesquisa que apontou que, entre 1995 e 2015, as mulheres negras percebiam os menores rendimentos em todos os segmentos ocupacionais quando comparados aos rendimentos das mulheres brancas, homens brancos e homens negros na séria histórica de 20 anos.

Na atualidade, os dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio de 2020 refletem de certa forma as mudanças ocorridas na classe trabalhadora no passar dos anos agregadas pela Reforma Trabalhista ocorrida em 2017 e também pelas mudanças perpetradas pela Pandemia de COVID-19, que atingiu o mundo a partir do final de 2019, perdurando por todo ano de 2020 e ainda se estendendo até o momento em que escrevo essa dissertação, já em agosto de 2021.

Conforme adiantei alguns parágrafos acima, em 2017, o governo do então presidente Michel Temer sancionou a Lei 13.467/17, popularmente conhecida como Reforma Trabalhista, com vigência em novembro daquele ano. Tal Lei promoveu uma série de alterações na CLT, visando flexibilizar ainda mais os direitos trabalhistas (na esteira do movimento neoliberal da década de 1990). No ano de 2017, regulamentou-se a terceirização trabalhista, permitindo-se, porém, a terceirização irrestrita das atividades por meio da Lei 13.429/17, que também alterou alguns dispositivos da Lei 6.019/74, a respeito do trabalho temporário.

Entre as principais modificações promovidas pela Reforma no campo do direito material do trabalho, pode-se destacar a regulamentação do teletrabalho, do trabalho intermitente, alterações significativas na jornada de trabalho e a prevalência do negociado sobre o legislado.

De acordo com o novo regramento dos artigos 75-A e seguintes, bem como o artigo 62, III, da CLT, os empregados em regime de teletrabalho não possuem controle de

jornada, o que, na prática possibilita (ao menos em tese) o exercício de jornada de trabalho acima do limite legal de 8 horas diárias e 44 semanais⁵⁹. Sobre o regime de jornada, hoje é possível que, por um simples acordo individual a jornada de trabalho diária do empregado seja alterada, com a adoção do banco de horas e a utilização da escala 12X36, por exemplo. Ademais, cite-se a extinção do direito às horas extras decorrentes dos chamados minutos residuais e *horas in itinere*⁶⁰.

Quanto ao trabalho temporário, a inclusão na CLT do art. 452-A e seguintes possibilitou que os empregadores contratassem pessoas para trabalhar em períodos e horários específicos, remunerando-as apenas pelas horas efetivamente laboradas, reduzindo a remuneração mensal do trabalhador.

O novo art. 611-A da CLT determina, ainda que a Convenção Coletiva e o Acordo Coletivo de Trabalho têm prevalência sobre a Lei em diversas situações⁶¹, o que deixou os direitos previstos na CLT ainda mais passíveis de alterações. Um bom exemplo é que, a partir de novembro de 2017, passou a ser possível que negociações coletivas diminuíssem o intervalo intrajornada (intervalo de almoço) do empregado para 30 minutos, conforme art. 611-A, III, da CLT. Considerando que os trabalhadores se encontram em posição de

⁵⁹ Conforme art. 7º, XIII, da Constituição.

⁶⁰ De acordo com a nova redação do art. 59, §§2º e 5º da CLT, o banco de horas pode ser estipulado por contrato individual escrito para que haja compensação no período de 6 meses, o que dispensa o pagamento de horas extras. Além disso, o art. 59-A, da CLT possibilita a adoção do regime de 12 horas de trabalho seguida por 36 horas de descanso através de acordo individual escrito, considerando-se compensadas as prorrogações de horário noturno e feriados. As variações excedentes à 10 minutos diários na jornada dos empregados que antes eram pagas como extras (os chamados minutos residuais, nos termos da anterior redação do art. 4º da CLT combinado com art. 58, §1º do mesmo diploma), passaram a não ser mais. Por fim, as *horas in itinere* constituíam direito à percepção do tempo gasto pelo trabalhador dentro da condução fornecida pela empresa rumo ao trabalho (ou à residência) em local de difícil acesso ou não servido por transporte público (antigo § 2º do art. 58 da CLT). Atualmente a figura das *horas in itinere* também foi excluída do ordenamento.

⁶¹ Art. 611-A: A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: I - pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais; II - banco de horas anual; III - intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas; IV - adesão ao Programa Seguro-Emprego (PSE), de que trata a Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015; V - plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança; VI - regulamento empresarial; VII - representante dos trabalhadores no local de trabalho; VIII - teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente; IX - remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual; X - modalidade de registro de jornada de trabalho; XI - troca do dia de feriado;

XII - enquadramento do grau de insalubridade; XIII - prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho; XIV - prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo; XV - participação nos lucros ou resultados da empresa.

hipossuficiência frente ao empregador, na prática, essas alterações viabilizaram a imposição de medidas restritivas de direitos aos empregados.

Entre as principais alterações promovidas pela Lei 13.429/17 e pela Reforma Trabalhista na terceirização de atividades está a possibilidade de se terceirizar toda a atividade produtiva de uma empresa, independente de ser ou não sua atividade principal ou atividade fim. A importância dessa alteração reside no fato de que, até então, a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, por meio da Súmula n. 331, entendia que somente poderiam ser terceirizadas as atividades-meio das empresas, assim consideradas aquelas atividades correlacionadas ao objeto principal, mas que não eram estritamente a atividade fim da empresa⁶². De acordo com o novo art. 4º-A, da Lei 6.019/74, passaram a poder terceirizar, inclusive, a sua atividade principal, aumentando as hipóteses de terceirização de serviços e seus efeitos sobre os trabalhadores.

Considerando o aumento gradativo das taxas de informalidade desde meados de 2016, bem como o aumento de empregados sem carteira assinada, é possível concluir que as alterações legislativas ocorridas em 2017 contribuíram, em parte, para aumentar ainda mais os índices de precarização do acesso aos direitos trabalhistas. Considerando, por exemplo, os anos de 2016, 2018, 2020 e 2021, há gradual redução no número de empregados no setor privado com carteira assinada. Entre os anos de 2016 e 2018, período em que foram aprovadas as alterações trabalhistas, a diferença é ainda maior. São quase 3 pontos percentuais, haja vista que em 2016, 78,1% desses empregados possuíam carteira assinada, número reduzido para 75,5% em 2018 - atualmente 75,3% (IBGE, 2021).

O fim da segunda década do séc. XXI ainda trouxe a pandemia de COVID-19, doença causada por um vírus denominado coronavírus e que, até o momento do término dessa pesquisa havia matado mais de 4,22 milhões de pessoas em todo o mundo, conforme dados do Repositório de dados COVID-19 pelo Centro de Ciência e Engenharia de Sistemas (CSSE) da Universidade Johns Hopkins. A pandemia impôs a necessidade de restrições em quase todos os países do mundo, o que refletiu também nas relações trabalhistas.

Antes de adentrar na análise dos dados, é importante lembrar que, em 2015, entrou em vigor no Brasil a Lei Complementar n. 150 (LC 150), que expandiu direitos trabalhistas à categoria dos empregados domésticos, mas excluiu expressamente de sua abrangência aqueles trabalhadores considerados diaristas, que laboram menos de 3 dias por

⁶² Um exemplo facilita a compreensão. Se considerarmos que a atividade fim de uma escola é o ensino dos alunos, poderiam ser terceirizadas as atividades de limpeza da escola, de recepção, segurança, entre outros, mas a atividade de ensinar não poderia ser terceirizada.

semana em casas de família. Assim, considerando que, como visto, nós, mulheres negras, ocupávamos a maior parte dos postos de trabalho doméstico do país, essa alteração foi comemorada por seu potencial de alterar o quadro de acesso aos direitos trabalhistas por parte da população negra feminina.

Os dados da PNAD referente ao primeiro trimestre de 2021, contudo, indicavam que apenas 27,2% dos trabalhadores domésticos possuíam carteira de trabalho assinada, o que correspondia ao menor percentual desde 2016, ano exatamente posterior à promulgação da LC 150, quando 34,9% dos domésticos tinham carteira de trabalho assinada (IBGE, 2021). Assim, é possível afirmar que a promulgação da LC 150 refletiu em um aumento do número de domésticas com carteira assinada apenas no ano imediatamente seguinte⁶³, pois as pesquisas dos anos posteriores demonstraram gradual redução do número de domésticas com carteira assinada. Nos anos de 2018 e 2020, por exemplo, os índices foram de 30% e 27,5%, respectivamente (IBGE, 2021).

Atualmente, nós, mulheres negras, ainda somos mais da metade dos trabalhadores domésticos do país. Cerca de 3,9 milhões das 6 milhões de pessoas empregadas no trabalho doméstico são mulheres negras e, entre as trabalhadoras negras, cerca de 18,6% estão no trabalho doméstico (ONU MULHERES, 2020).

Em 2018, último ano em que o IBGE correlacionou os dados de sexo e raça para aferição do rendimento médio dos trabalhadores, o salário de uma mulher negra (preta e parda) correspondia a 57,5% do salário de uma mulher branca e 44,4% do salário de um homem branco (ONU MULHERES, 2020).

Com relação aos níveis educacionais da população, os dados obtidos pela PNAD de 2019 indicam que o percentual de cidadãos brasileiros com ensino médio completo seguiu o crescimento dos anos anteriores, chegando, em 2019, à marca de 48,8% (IBGE, 2019).

Com relação à cor ou raça, 57,0% das pessoas de cor branca haviam completado, no mínimo, o ciclo básico educacional. Entre as pessoas de cor preta ou parda, esse percentual foi de 41,8%, uma diferença de 15,2 p.p. entre os dois grupos analisados. De 2016 para 2019, essa diferença reduziu um pouco – era de 16,4 p.p. em 2016 – porém se manteve em um patamar elevado, indicando que as oportunidades educacionais eram distintas para esses grupos (IBGE, 2019, pág. 3).

⁶³ Se considerarmos os dados de 2014, ano anterior à LC 150, quando não era obrigatória a assinatura da carteira de empregadas domésticas, 31,5% delas tinham carteira assinada.

Assim como em 2009, permanece a diferença entre os anos de estudo da população branca e negra no Brasil em 2019, sendo, em média, 10,4 anos de estudo para as pessoas de cor branca e 8,6 anos para as de cor preta e parda (IBGE, 2019)⁶⁴.

As condições a respeito do mercado de trabalho das mulheres negras e fatores correlatos, como o acesso à educação, retratadas nas primeiras décadas do séc. XXI, bem como nas últimas do séc. XX explicam, em parte, porque os efeitos da Pandemia de COVID-19 atingiram em massa as trabalhadoras negras.

As maiores perdas de emprego decorrentes da pandemia de COVID-19 ocorreram entre os setores de prestação de serviços, historicamente ocupados pelas mulheres negras - 70% das perdas ocorreram nesse setor. Além disso, a crise desencadeada pela Pandemia aumentou o trabalho não remunerado das mulheres negras que, além de seus empregos remunerados, precisaram acumular trabalhos domésticos, cuidados com as crianças, higiene e alimentação, situação agravada ainda mais nos lares chefiados por mulheres que não têm com quem dividir o trabalho (ONU MULHERES, 2020).

A taxa de informalidade das trabalhadoras negras em julho de 2020 estava em 39,3%, atrás apenas dos homens negros, com taxa de 41,9%. As mulheres negras apresentaram, naquele mês, a maior taxa de desocupação da população, cerca de 17,6% (SILVA; SILVA, 2021).

Nós mulheres negras constituímos o grupo de trabalhadores que mais foi afastado do trabalho em decorrência do isolamento social e outras restrições impostas pela pandemia, o que é explicado pela simples constatação de que trabalhadores com vínculos de emprego mais frágeis podem ser afastados mais facilmente. Aliás, boa parte dessas pessoas, mais precisamente 7,1 milhões de pessoas, foram afastadas do trabalho sem qualquer remuneração (SILVA; SILVA, 2021).

O grupo das trabalhadoras domésticas, que é composto majoritariamente por mulheres negras, foi um dos que mais sofreu com o distanciamento social. O contingente de trabalhadores domésticos informais representava 3,8% das ocupações em maio de 2020, porém, correspondia a 6,9% dos trabalhadores afastados temporariamente (SILVA; SILVA, 2021). Assim, pode-se perceber que o grupo de mulheres negras teve também significativas perdas de remuneração como decorrência da pandemia de COVID-19.

Contudo, se as opressões estiveram presentes em nossas vidas desde os tempos da escravidão, também esteve presente a nossa luta e a nossa maneira de sobreviver e superar.

⁶⁴ Essa edição da PNAD não contemplou um recorte por cor e sexo da população.

De acordo com Carneiro (2003):

Pensar a contribuição do feminismo negro na luta anti-racista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. Tal situação, por seu turno, engendrou formas de resistência e superação tão ou mais contundentes (CARNEIRO, 2003, pág. 129).

O Movimento Negro Unificado foi criado no Brasil em 1978 e teve como pano de fundo a Ditadura Militar, mais especificamente dois acontecimentos daquele ano, segundo González (2020c). Em abril de 1978, o operário Robson Silveira da Luz foi torturado e assassinado por policiais do 44º Distrito Policial de Guaianazes e, em maio, quatro adolescentes negros foram excluídos do time de vôlei do Clube Tietê por causa de sua cor. Um atleta negro fez contato com organizações negras paulistas buscando demonstrar sua revolta e foi nas reuniões que se seguiram para debater os casos que surgiu, em 16 de junho de 1978, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que posteriormente seguiria apenas como Movimento Negro Unificado.

O MNU se define como um movimento político de reivindicação sem distinção de raça, sexo, educação, crença política ou religiosa e sem fins lucrativos. Seu objetivo é a mobilização e organização da população negra brasileira em sua luta pela emancipação política, social, econômica e cultural, que tem sido obstada pelo preconceito racial e suas práticas. Ao mesmo tempo, o MNU também se propõe denunciar as diferentes formas de opressão e exploração do povo brasileiro como um todo. Tendo como ponto de partida seu programa de ação, tenta articular os problemas específicos dos negros com os problemas gerais do povo brasileiro (GONZÁLEZ, 2020C, pág. 119).

A situação da mulher negra no Brasil foi um tema presente já no I Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado em 1979. Na ocasião, foi aprovada uma Resolução que instituiu uma política interna de combate à discriminação de gênero dentro do movimento. Assim, permaneceria externamente a luta de homens e mulheres negras contra o racismo, mas internamente haveria constantes esforços de combate ao sexismo e ao machismo (GONZÁLEZ, 2020c).

Sempre participamos ativamente, portanto, da construção do Movimento Negro no Brasil paralelamente à Organização do nosso próprio Movimento de Mulheres Negras. O I Encontro Nacional de Mulheres Negras no Brasil ocorreu em 1988 em Valença no Rio de Janeiro, inaugurando um período de atuação mais organizada do feminismo negro no país. Nesse momento, o feminismo no Brasil ainda era muito ligado à visão eurocêntrica/ocidental do feminismo, que universaliza as mulheres, e tem seu foco principal no gênero, deixando de

lado os aspectos raciais. A influência das mulheres negras nos anos subsequentes trouxe a crítica da raça para dentro do movimento feminista, de tal modo que desde a década de 1990 temos lutado para que a agenda da raça seja incorporada ao Movimento de Mulheres e a agenda do gênero ao Movimento Negro (CARNEIRO, 2003).

A ação política das mulheres negras teve o foco de denunciar as desigualdades enfrentadas, por exemplo, por negras e brancas no mercado de trabalho, demonstrando que a tônica não deve ser apenas na igualdade entre homens e mulheres, mas também entre as próprias mulheres (CARNEIRO, 2003). Conforme abordei alguns parágrafos acima, nós mulheres negras sempre aparecemos atrás de nossas irmãs brancas no acesso ao mercado de trabalho, esbarrando nos obstáculos da “boa aparência”, na remuneração, no nível educacional (aliás, mesmo dentro do mesmo nível, as desigualdades subsistem), entre outros.

Outro ponto que passou a ser incorporado na agenda feminista no Brasil foi a violência silenciosa perpetrada sobre nós mulheres negras por meio da disseminação do ideal de beleza branco, paralelo ao esforço dos meios de comunicação de nos retratarem ora como a “mulata tipo exportação” ora como a “empregada doméstica”, salientando estereótipos com a finalidade de nos fixar em um lugar subalterno (CARNEIRO, 2003). Essas práticas contribuem para que a construção de nossas subjetividades, enquanto mulheres negras, seja repleta de baixa autoestima, além de criar “estigmas que prejudicam em larga escala, a afirmação da identidade racial e o valor social desse grupo” (CARNEIRO, 2002, pág. 123).

Ao trazermos essas pautas para o debate no Movimento feminista e no Movimento Negro, reforçamos a leitura que temos de nós mesmas e nos autodefinimos, nas palavras de Collins (2019).

As mulheres negras vêm atuando no sentido de não apenas mudar a lógica de representação dos meios de comunicação de massa, como também da capacitar suas lideranças para o trato com as novas tecnologias de informação, pois falta de poder dos grupos historicamente marginalizados para controlar e construir sua própria representação possibilita a crescente veiculação de estereótipos e distorções pelas mídias, eletrônicas ou impressas (CARNEIRO, 2003, pág. 126).

As questões ligadas à área da saúde, sobretudo no que diz respeito à violência obstétrica, decorrente da esterilização de mulheres pobres e negras sem acesso a métodos contraceptivos reversíveis, e à anemia falciforme, doença que atinge desproporcionalmente mais negros do que brancos, foram incorporadas nos movimentos antirracistas e feministas por nossa atuação. Vale salientar que também atuamos para que a raça passasse a ser considerada na formulação de políticas públicas de saúde (CARNEIRO, 2003).

Acredito que nessa década, as mulheres negras brasileiras encontraram seu caminho de autodeterminação política, soltaram as suas vozes, brigaram por espaço e representação e se fizeram presentes em todos os espaços de importância para o avanço da questão da mulher brasileira hoje. Foi sua temática a que mais cresceu politicamente no movimento de mulheres do Brasil, integrando, espera-se que definitivamente, a questão racial no movimento de mulheres. O que impulsiona essa luta é a crença “na possibilidade de construção de um modelo civilizatório humano, fraterno e solidário, tendo como base os valores expressos pela luta antirracista, feminista e ecológica, assumidos pelas mulheres negras de todos os continentes, pertencentes que somos à mesma comunidade de destinos”. Pela construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade (CARNEIRO, 2011, pág. 5).

A nossa autodefinição, porém, não se limita às nossas estratégias de sobrevivência. Somos seres vivos e, reconhecendo isso, abraçamos nossas características próprias e desafiamos todo esse plexo de discriminações interseccionais pensadas para nos invisibilizar.

4.2 Dados e respostas

Uma das fases da pesquisa por mim desenvolvida envolveu a aplicação de um questionário online através da plataforma “Google forms” a ser respondido, de forma anônima, por mulheres negras de diferentes idades pelo país⁶⁵. O questionário, que teve como título “Trabalho, discriminação e formas de resistência de mulheres negras” contava com 21 perguntas a respeito da situação de trabalho atual, possíveis discriminações vivenciadas no ambiente de trabalho e estratégias utilizadas para enfrentar essas discriminações. Essa seção foi construída com a análise das respostas coletadas e, ao final do texto, foram anexados (anexos 1 e 2) os relatos lançados na plataforma.

O questionário permaneceu ativo entre os meses de setembro e outubro de 2020 e foi respondido por 314 pessoas. A sua divulgação foi promovida em grupos de pessoas negras dos quais participo no aplicativo whatsapp, e por amigos, amigas e familiares que, além de responderem, também compartilharam entre seus círculos sociais.

Em que pese a descrição do questionário e o marcador fixo na tela inicial do formulário⁶⁶ demonstrar ser uma pesquisa cujo público alvo eram pessoas negras que se identificavam com o gênero feminino, houve 7 pessoas que se identificaram como brancas e 3

⁶⁵ O questionário foi respondido por mulheres de pelo menos 13 Estados diferentes.

⁶⁶ O texto dizia o seguinte: Este questionário se destina a mulheres negras (pretas e pardas), caso você se identifique como branca ou com o gênero masculino, pode ajudar com a divulgação do questionário entre mulheres negras que você conheça.

que se identificavam com o gênero masculino, razão pela qual foram descartadas da análise final⁶⁷.

A mais nova entre as mulheres que responderam o questionário tinha 15 anos de idade e a mais velha 68. A maioria delas, 65,5% das respostas, tinham filhos, sendo um filho a quantidade que mais apareceu nas respostas.

As profissões por elas exercidas são variadas, são professoras, advogadas, psicólogas, desempregadas, aposentadas, recepcionistas, estagiárias, servidoras públicas, atendentes, enfermeiras, donas de casa (que também foram consideradas na análise dado o trabalho não remunerado exercido dentro de casa), autônomas, contadoras, artesãs, empregadas domésticas, analistas, farmacêuticas, entre outras.

A maior parte das mulheres, 133 delas (43,8%), responderam que suas faixas salariais estavam entre 1 e 3 salários mínimos, fato que corrobora o que as pesquisas já abordadas indicavam.

Vejamos o gráfico:



Somando à quantidade de mulheres com renda de até 3 salários mínimos, aquelas que recebem menos que um salário mínimo (36), as que não possuem renda nenhuma (21) e as que não possuem renda fixa (19), chego à conclusão de que 209 mulheres recebem atualmente menos de 3 salários mínimos ou não possuem renda, o que corresponde à quase

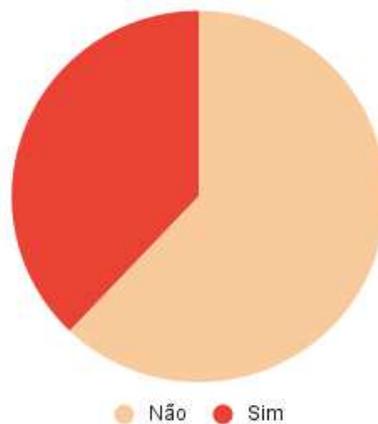
⁶⁷ Cabe destacar que o recorte da pesquisa se refere às mulheres negras (pretas e as pardas). Constatei pelas respostas que 7 indivíduos se declararam como mulheres brancas, 3 se reconheciam ou se identificavam com o gênero masculino. Optei por excluir os dois últimos grupos, as primeiras porque brancas e os últimos porque, diante da incompletude das respostas e dos demais elementos respondidos, foi possível perceber que se tratava de homens que se reconheciam na forma da língua masculina, tal como “engenheiro”, “professor” e “minha filha mora com a mãe dela”. Da análise das demais respostas, não pude verificar se são sujeitos não binários, homens ou mulheres trans ou agêneros. Portanto, a pesquisa considerou apenas as sujeitas que se declaram como mulheres (sejam cis ou trans) cuja raça é negra, pretas ou pardas.

70% da amostra e também corrobora os dados já analisados sobre o rendimento da população feminina negra.

Além disso, mais da metade das mulheres (61,8%) declararam não possuir carteira de trabalho assinada e um percentual semelhante (61,5%) informou já ter sofrido discriminação em seu ambiente de trabalho por causa da cor, enquanto 34,5% consideram que nunca foram vítimas de discriminação no trabalho e 3,9% preferiram não responder.

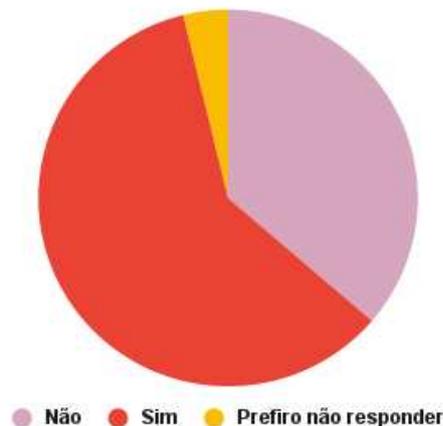
Porcentagem de mulheres com e sem carteira de trabalho assinada

Fonte: Elaboração própria



Porcentagem de mulheres que declararam já ter sofrido alguma discriminação no ambiente de trabalho por causa de sua cor

Fonte: Elaboração própria



É interessante destacar que 88,5% das mulheres relataram também que conhecem alguma mulher negra que já sofreu discriminação em seu ambiente de trabalho. A maioria delas (77%, o correspondente a 234 mulheres) também respondeu já ter sido rotulada com alguma das seguintes características: escandalosa, não feminina, nervosa, suja, feia,

barraqueira, grossa, ou semelhantes e 49% declararam que seus patrões e superiores hierárquicos já lhes direcionaram comentários ofensivos sobre a aparência ou jeito de ser⁶⁸.

Essas respostas reforçam a tese da discriminação interseccional sobre a qual nós mulheres estamos sujeitas, bem como expõem as táticas utilizadas para nos manter em um lugar passível de controle, conforme abordado no primeiro capítulo dessa pesquisa (COLLINS, 2019). A maneira como reagimos a essas violências diárias nem sempre é igual para cada uma de nós, como já adiantou Collins (2019), mas as estratégias que desenvolvemos e o que construímos a partir de nossas vivências e de nossas sobrevivências a essas discriminações compõem o pensamento feminista negro. A ciência feita por nós, para nós e sobre nós.

Boa parte das mulheres que responderam ao questionário (27,8%) informou que, diante de situações de discriminação no ambiente de trabalho, elas “fingem que não lhes diz respeito e procuram não deixar que essas coisas afetem seu desempenho no trabalho”. Também houve aquelas que responderam que “não fazem nada, pois não há nada que possam fazer” e as que disseram que “não fazem nada, porque já se acostumaram”.

Esse tipo de resposta é um indicativo de que nem sempre nós estamos dispostas a confrontar situações de discriminação, justamente por sabermos que essa não seria a melhor forma de nos mantermos naquele emprego, sobretudo quando se trata de empregadas subordinadas no setor privado.

No atual contexto brasileiro já delineado, em que o mercado de trabalho se fecha para as mulheres negras⁶⁹ e, mesmo as mais escolarizadas têm dificuldades em encontrar vagas que lhes tragam retorno do investimento em educação; num contexto de crescimento da informalidade e do número de pessoas desocupadas, que é, inclusive, liderado por pessoas negras⁷⁰; num contexto onde o número de trabalhadoras negras afastadas do trabalho em decorrência da pandemia é maior do que o de homens e de mulheres brancas, parece mesmo ser uma estratégia de sobrevivência o “ignorar”.

⁶⁸ No anexo 1, ao final do texto, compilei diversos relatos de episódios de discriminação sofridos pelas mulheres que responderam a pesquisa. Optei por trazê-los apenas ao final na tentativa de trazer mais visibilidade para a maneira que enfrentamos a discriminação do que para a discriminação em si.

⁶⁹ No anexo 2, ao final do texto estão as respostas fornecidas no questionário para a pergunta: “O que você considera que mais serve de obstáculo para que você possa trabalhar?”. A maioria das respostas corroboram os dados já levantados ao longo da pesquisa sobre as baixas oportunidades de trabalho da mulher negra, a necessidade de conciliar cuidado com os filhos/casa e trabalho ou estudo, entre outros.

⁷⁰ De acordo com dados da PNAD do 1º Trimestre de 2021, os pretos e pardos somam 63,1% dos desocupados no Brasil.

Em outros momentos, “ignorar” a opressão pode ser até mesmo uma forma de manipulá-la a nosso favor, como fez Fátima no começo do texto. Se dirigindo todos os dias para o trabalho, estereótipos eram regularmente lançados sobre ela. Ela sabia muito bem que estaria ali naquele Terminal e naquele ônibus todas as manhãs e noites e enfrentaria sempre os mesmos olhares. Para ela, a melhor estratégia foi a de manipular esses estereótipos, tirando proveito da imagem projetada sobre si e facilitando um pouco mais o seu trajeto diário.

Era manipulando as imagens de opressão que também as negras de tabuleiro, como visto, conseguiram libertar suas escravas das mãos da polícia. Sabiam que eram vistas como tolas e ignorantes e se aproveitavam disso, fingindo realmente desconhecer a Lei para conseguir se safar de sua aplicação.

Ao “fingir que não é conosco” não estamos, necessariamente, sendo passivas ou omissas diante da situação. Além de ser uma estratégia de sobrevivência, de certa forma, essa postura é também uma maneira de contornar os limites das diversas discriminações projetadas sobre nós. Collins (2019) citando Jaminica, uma adolescente negra de 14 anos, descreve assim suas estratégias:

A menos que você queira se meter numa grande luta ativista, você aceita os estereótipos que lhe foram dados e apenas tenta reformulá-los com o tempo. De certa forma, isso me dá bastante liberdade. Não posso ser mais malvista na sociedade do que eu já sou – negra e mulher estão bem no topo da lista das coisas que você não deve ser (COLLINS, 2019, pág. 71).

Outras mulheres que também demonstraram “ignorar” o agressor responderam:

“Muita das vezes procuro resistir ao meu modo, continuando com minha identidade e realizando o trabalho com êxito; pois em muitas situações vejo que é difícil denunciar; costumam ter um ‘currículo’ próprio para apontar os fatos a sua maneira. Ainda é difícil denunciar, mas venho mudando meus conceitos quanto essa atitude minha muita das vezes ‘sem atitudes’”.

“A depender da situação finjo demência, se extrapolar os limites com ofensas verbais procuro meus direitos.”

“Passo a ignorar a pessoa que foi racista comigo”.

“Mostro que o importante é minha qualificação profissional e que vai ter que me aceitar com minha aparência como é.”

“Já ouvi comentários do meu próprio chefe e simplesmente ignorei, na época não me afetava e eu não dei a importância devida”.

“Já questionei em algumas situações, mas, quando a situação é comigo, as vezes fico calada.”

“Me afeta, mas não tem onde reportar pois as pessoas não acreditam que seja racismo”.

Algumas mulheres (17,9%) responderam que, quando ocorrem situações de discriminação no local de trabalho, elas confrontam o opressor, e o pedem para parar. Da mesma forma, outras 9,2% comunicam o fato a seus superiores. Essas respostas demonstram um comportamento mais assertivo em relação à opressão e nos lembram de Sojourner Truth, que, ao vivenciar uma situação discriminatória, convidou todos a refletir sobre as concepções de feminilidade da época, questionando-os se por acaso ela também não era uma mulher.

Outras respostas no mesmo sentido de confronto seguem transcritas:

“Depende do meu humor no dia. Se tiver bem tento ‘escurecer’ bem as coisas para o individuo vê se aprende, as vezes acontece um "barraco jurídico" (formada em direito) ou as vezes mandar ir a merda vai ser a coisa mais ‘fofa’ que vai sair da minha boca.”

“Repito por algumas vezes que não entendi a colocação da pessoa e ao entender digo a ela que está sendo racista e por muitas vezes ja dei barraco.”

“Respondo à altura, independente de quem seja. Procuro me defender de modo assertivo e combativo.”

“Pergunta pra pessoa que não entendi, se ela pode me explicar melhor.”

“Respondo a altura”

“Tento explicar e pontuar a frase em que me senti discriminada.”

“Não esqueço.”

“Tento ser pontual na resposta.”

“Geralmente rola um flight. Devolvo com a mesma intensidade e ironia.”

“Tento conversar primeiro com a pessoa, se o dialogo não for possível tento com uma pessoa um nível acima da hierarquia, se isso também não for possível dependendo da ofensa eu relevo porque sei que no judiciário a vitima acaba sofrendo uma série de outras violências”.

“Não deixo, por saber meus direitos e tenho voz ativa.”

“Algumas vezes respondo a ofensa e em outras quando estou cansada ignoro mas mostro pra pessoa que não gostei.”

“Entro em debate com a pessoa”.

“Não fico calada”.

“Dependendo do momento, rebato. Em alguns momentos, ignoro.”

“Pergunto o motivo do incômodo com o meu modo de ser. E por consequência era tratada como a arrogante.”

“Procuro demonstrar que não há motivo para que a pessoa haja daquela forma, de forma a reforçar minha presença naquele local, naquela função. Procuro dialogar com a pessoa em outras oportunidades, quando possível.”

“Na época busquei orientação com meu coordenador mais nada foi feito por ele, que acabou sendo conivente com a situação.”

“Rebato com deboche e ironia.”

“Tomo as medidas por lei”.

“Reajo e luto pelos meus direitos”

“Me posiciono”.

“Se acontecer falo o que eu sentir no momento”

“Explico que meu cabelo é um ato político.”

“Tudo que faço e porque eu quero fazer.”

“Depende da situação, não há uma única forma de reagir.”

“Respondo na hora.”

“Caso aconteça eu me posiciono.”

“Não aceito, reclamo e vou atrás dos meus direitos.”

“Eu argumento, brigo e luto ate o fim, as pessoas tem que respeitar o povo preto”.

“Os comentários que recebi sempre foram de colegas de trabalho, sempre respondo dizendo que pena que não gostaram. Há 5 anos fiz a transição e recebi desde elogios até criticas sinceramente não me importei, to tão feliz com meu cabelo que ignorei.”

“Digo para a pessoa que isso é uma expressão/ação/comportamento racista. Inclusive quando não é comigo.”

“Respondo a altura”.

“Pergunto se em algum momento isso foi dito para outro colega branco.”

“Me posiciono perante a situação”.

“Sofro, choro e depois vou pro combate.”

“Nunca aconteceu mas se acontecer nao sou de ficar quieta ,faço eles se arreponderem de terem deixado acontecer. nao tenho paciência”

“Quebro o pau, faço barraco e muito mais”.

“É preciso muita coragem pra dizer isso pra mim!”

“Fico mal pela discriminação sofrida”.

“Falo diretamente com a pessoa. E procuro orientação, se for o caso”.

“Hoje a coisa é bem diferente, porque sabem que eu arrumo confusão e todos ficaram sabendo.”

“Resolvo”.

“Falo que a pessoa não tem esse direito. Não aceito a discriminação nem o comentário”.

“Fico triste e faço algo, se avalio que é possível.”

“Aproveito para educar o agressor colocando ele em seu lugar com educação”.

“Reação de indignação e falo sobre preconceito e discriminação.”

“Revido ao colocar meu ponto de vista, como encarar a tratativa como injúria racial.”

“Tomo ódio da pessoa porém não posso fazer nada porque preciso do trabalho ou respondo a altura . Vai depender do meu ódio na hora.”

“Rebateria”.

“Interrogo se é da conta e que racismo é crime”.

Algumas mulheres responderam que se conscientizaram a respeito da discriminação racial recentemente, admitindo que antes não reagiram. Mas ao serem expostas e apresentadas ao debate racial, perceberam sua negritude e puderam visualizar e identificar melhor situações de racismo cotidiano. Foram se tornando negras, nas palavras de Souza, (1983).

Assim, encontrei também essas respostas no questionário:

“Comecei a me colocar muito recentemente.”

“Não tinha conhecimento de que eu estava sofrendo racismo. Só hoje com estudo e informação, percebo o mundo a minha volta”.

“Na época que aconteceu eu não tinha instrução, tinha 15 anos e trabalhava em casa de família.”

“Hoje, somente agora, depois de muito me esconder, eu digo: você está sendo racista.”

“Hoje eu respondo com alguma ironia”.

“Antes, pois agora depois que tomei consciência do meu valor acho que não agiria da mesma maneira”.

“Na época eu não atinei que era um racismo velado”.

“Hoje tenho noção, acontecendo procuro meus direitos”.

“Quando sofri discriminação eu era empregada doméstica e a patroa cismou que eu tinha piolhos e queria que eu cortasse o cabelo e me fez usar lenço o tempo todo. Eu era muito nova e na época a pessoa negra não tinha voz.”

Nessa última resposta, é possível identificar diversas das violências estudadas anteriormente. O racismo escancarado na visão da patroa está explícito no seu pré-conceito sobre meninas negras serem piolhentas e também marca, nitidamente, o racismo estrutural. Trata-se de uma mulher que foi doméstica muito nova, o que indica a necessidade do trabalho para o sustento da família e o emprego doméstico aparecendo como “carreira profissional” para as jovens moças negras que não tinham a boa aparência exigida nos anúncios de jornal. Nessa resposta há também uma percepção de que a geração atual tem adotado mais a estratégia de confrontar o opressor do que a de ignorá-lo.

Uma das mulheres informou que, quando optou por confrontar, foi dispensada, o que talvez seja indicativo de que hoje em dia talvez optasse por “ignorar” para manter o seu emprego:

“Reagi e fui demitida”.

Parte das respostas chamou a atenção para o fato de que, independentemente da estratégia que escolhemos para superar essas situações, elas sempre têm o potencial de criar sequelas dentro de nós:

“Fico impotente, muitas vezes não reajo, absorvo muita coisa e fico doente”.

“Eu sabia que poderia responder, mas era nova e tinha medo de perder o emprego que estava há pouco tempo. Outra coisa é que tantas pessoas falam isso! A gente começa a achar que elas estão certas.”

“Fico muito triste”.

“Trato na terapia.”

Por isso também se questionou o que as mulheres consideram que mais oferece ajuda, uma espécie de amparo emocional ou material, para que possam continuar trabalhando e enfrentando essas situações⁷¹.

Dentre as respostas, 42,3% das entrevistadas mencionou que contam com a ajuda dos pais, 29,8% encontram apoio no companheiro/companheira, 29,2% procuram por terapia, 21,4% disseram que não têm nada e nem ninguém a quem procurar e precisam se virar sozinhas sempre, 21,9% indicaram as amigas no trabalho ou fora dele, 12,9% recorrem aos

⁷¹ A essa pergunta era possível marcar mais de uma opção e acrescentar outros elementos que entendessem pertinentes.

filhos, 6,8% à creche, 4% contam com a ajuda dos irmãos, 3,2% precisam do auxílio do governo e 1,8% mencionaram os vizinhos. Outras respostas foram: sogros, animais de estimação, religião, terreiros e escola.

A ajuda das mães possibilita que muitas mulheres negras possam trabalhar. Se pensarmos que a mãe de uma mulher negra é também, muito provavelmente, negra, a relação dialética do pensamento feminista negro se torna mais evidente.

Conforme abordado no primeiro capítulo, os saberes construídos por nós, mulheres negras, decorrem do nosso ativismo contra a discriminação, ou seja, “o conhecimento adquirido nas opressões interseccionais de raça, classe e gênero incentiva a elaboração e a transmissão dos saberes subjugados” (COLLINS, 2019, pág. 42). Assim é que, ao vivenciar uma determinada situação de opressão interseccional, construímos formas de reagir e de lidar com elas e passamos isso adiante para as próximas gerações, preparando nossas filhas para lidar com a discriminação.

Na verdade, a proporção de famílias chefiadas por mulheres negras apresentou crescimento no Brasil nos últimos anos, de modo que, em 2015, a maioria dos lares chefiados por mulheres por aqui tinham uma mulher negra como referência. Com efeito, 15.872.953 famílias brasileiras eram chefiadas por nós, o que correspondia a 41,1% dos lares chefiados por mulheres. Em 1995, esse número era de 4.360.761, de modo que, nos últimos 20 anos, triplicou o número de famílias chefiadas por mulheres negras no Brasil (IPEA, 2015).

Vale ressaltar que o número de famílias chefiadas por mulheres brancas também apresentou crescimento, porém em menor proporção, passando de 5.194.349 para 12.741.942. Quanto aos homens, as famílias chefiadas por eles passaram de 32.137.774, em 1995, para 42.022.972, em 2015, o que demonstra que, embora ainda chefiem a maioria das famílias do país, apresentaram crescimento mais tímido, sobretudo quando comparado às mulheres negras (IPEA, 2015).

Nem sempre as famílias chefiadas por mulheres negras são monoparentais, como poderiam pensar alguns, muitas de nós chefiam famílias cujo arranjo familiar é composto por casal e filhos. Mas 17,6% das famílias negras são chefiadas por uma mulher negra com filhos, porcentagem muito próxima da configuração de famílias negras com um casal sem filhos, que correspondem a 18,5% (IPEA, 2015).

As famílias com mães negras solteiras apresentam também maior nível de vulnerabilidade social, já que nós negras temos as menores taxas de rendimento do país e menor acesso à mobilidade social, mesmo quando apresentamos níveis educacionais mais

altos. Com tudo isso em mente, é fácil concluir que em muitas famílias do Brasil nós, mulheres negras, não temos a quem recorrer a não ser a nós mesmas.

Era por isso que Tibúrcia cuidava dos netos para que sua filha Clotilde pudesse trabalhar e, por fim, cuidava até mesmo de Clotilde, que não podia contar com a ajuda de tantas outras pessoas para sobreviver.

Por seu turno, quando Euclides ensinou as filhas a tratarem de seu braço ferido, ela estava transmitindo a elas um conhecimento do qual futuramente poderiam precisar, num país onde 58,86% das vítimas de violência doméstica é mulher e negra (CARRIJO e MARTINS, 2020).

Além disso, o número de vezes em que companheiro ou companheira foram apontados demonstra, mesmo que indiretamente, o apoio da comunidade negra entre si, já que pesquisas têm demonstrado que mulheres negras em sua maioria se relacionam com outras pessoas negras. É o que tem sido apontado em pesquisas recentes e no próprio censo de 2010 (último a ser realizado), que, embora infelizmente tenha contemplado apenas casais heterossexuais, apontou que, enquanto 73,7% dos homens brancos se relacionavam com mulheres brancas, apenas 3,6% se relacionavam com mulheres autodeclaradas pretas e 20,4% com mulheres autodeclaradas pardas (BRASIL, 2010).

Cabe mencionar, porém, que nem sempre encontramos o amor dentro da nossa comunidade e, além disso, ter um parceiro negro não significa que ele esteja comprometido com as questões afetas às mulheres negras. A nossa luta contra o sexismo dentro do movimento negro é simbólica disso.

Toda menina negra heterossexual sabe que é bem pouco provável que sejamos desejadas por garotos brancos. Desde pequenas, as brigas entre os meninos para ficarem com as meninas brancas da sala de aula nos mostrava isso. Muitas mulheres negras relutam em se relacionar com homens brancos também por causa do histórico de abuso sexual de mulheres negras por homens brancos, que possuem culpa na criação e manutenção de várias das imagens de controle existentes hoje. Por outro lado, boa parte de nós espera que os homens negros, por pertencerem à mesma raça, sejam capazes de nos amar. Quando isso não acontece, dá-se o que se tem conhecido no feminismo negro como “solidão da mulher negra” (COLLINS, 2019).

De acordo com González (2020d) à medida que os homens negros aumentam seus níveis educacionais e de rendimento. A grande maioria dos negros com mais de onze anos de estudo escolhem se casar fora do seu grupo racial, ou seja, se casam com mulheres brancas.

Esse fenômeno não ocorre com homens brancos, pois os homens brancos com mais de onze anos de estudo que se casam com mulheres negras constituem parcela irrisória daquele grupo populacional.

Como resultado, mulheres que esperam se casar um dia com alguém do sexo oposto podem ter seus desejos frustrados e acabar caindo em solidão. Os filhos e a carreira profissional aparecem não raro como válvulas de escape encontradas por nós para lidar com a rejeição (COLLINS, 2019).

Apesar das conquistas muitas vezes notáveis dessas mulheres negras, a dor – mascarada pelo sucesso – que muitas vivenciam no caminho da respeitabilidade de classe média não é menos real. Glória Wade-Gayles descreve a raiva e a frustração das universitárias negras quando percebem o alcance da rejeição. Muitas de suas alunas passam os quatro anos da vida universitária sem um único relacionamento amoroso, observa Wade-Gayles. As conversas sobre essa solidão revelam a raiva e a tristeza de muitas jovens negras quando sofrem uma rejeição dessa magnitude. Em suma, os homens negros dão preferência a mulheres não negras e, para muitas mulheres negras, isso dói. (WADE-GAYLES apud COLLINS, 2019, pág. 274).

O percentual de mulheres entrevistadas que responderam que não têm ninguém que as possa ajudar (“precisam sempre se virar sozinhas”) e que disseram que contam com a ajuda de amigas também corrobora as conclusões aqui apontadas.

Foram as outras mulheres negras que ajudaram as criadas a resistirem à opressão dos patrões nos primeiros anos pós-abolição. Eram elas que ofereciam os ouvidos e os ombros e com quem compartilhavam momentos de felicidade e de longas conversas nas ruas do Rio de Janeiro de 1910.

Por fim, gostaria de chamar atenção para as mulheres que disseram recorrer à terapia e a religião para conseguir trabalhar e se manter.

O número de pessoas negras com problemas mentais vem aumentando nos últimos anos e não há dúvidas de que o racismo estrutural ao qual estamos sujeitos cotidianamente é capaz de adoecer. De acordo com dados do Ministério da Saúde, (BRASIL, 2018), entre 2012 e 2016, a proporção de suicídios entre jovens negros aumentou 12%, enquanto essa mesma proporção permaneceu estagnada entre jovens brancos.

Nesse contexto, o tratamento de doenças mentais e acompanhamento de especialistas são fortes aliados dos negros. No entanto, o custo do tratamento muitas vezes inviabiliza o acesso da população negra à saúde mental e, então, formas alternativas de lidar com questões diárias ganham destaque.

Já foi abordada anteriormente a importância das religiões de matriz africana na continuidade da ancestralidade da população negra, com forte apelo para a figura das mulheres negras e mães pretas. Nos terreiros, tem-se uma comunidade de apoio espiritual e também material entre as pessoas que ali estão.

Nas últimas décadas, assistimos ao crescimento também do protestantismo no Brasil. Dados de pesquisa realizada pelo DataFolha e divulgada pelo Jornal Folha de São Paulo (2020) indicam que 31% da população brasileira se considera evangélica, ficando atrás apenas dos católicos que são 50% da população. Dentre os evangélicos, no entanto, 58% é mulher e, dessas, 41% é negra, o que significa que um número considerável de mulheres negras encontra refúgio na dimensão espiritual.

4.3 Autodefinição

“Autodefinição”, como visto no primeiro capítulo, é, nas palavras de Collins (2019), o ato da mulher negra se apoderar de suas características próprias e “definir-se a si mesma”, a despeito das imagens e estereótipos projetados sobre nós com a intenção de nos manter em um lugar subalterno.

Ao resistirmos às tentativas diárias de nos invisibilizar, ao falarmos quando tentam nos calar, ao construirmos a nossa própria ciência a partir de nossas experiências e saberes construídos por nós e para nós estamos nos autodefinindo. E é o que temos feito. É o que fizemos no passado e ainda fazemos hoje.

É sobre isso que canta Luana Hansen na Música “Negras em marcha”, que diz:

A mulher negra vai marchar contra os racistas. Pra acabar de vez com a história dos machistas. Pelo fim do genocídio da juventude negra. Acontece todo dia não finja que não veja.

Onde a parcela mais oprimida e explorada da nação luta diariamente contra a criminalização. Quer moradia digna, educação e saúde. Pelo tom de pele ninguém nunca te julgue.

Cansada de uma mídia sexista e racista que só promove a violência física. Anônimas, famosas, afro- latinas brasileiras. São suas as vitórias, grandiosas guerreiras.

Lutando por suas terras oh mulheres quilombola. Trazendo a ancestralidade em cada aurora. Marchamos mulher negra contra o racismo e violência. Pois todas nós juntas sim fazemos a diferença.

Afro-negra de todas as idades. Vamos todas juntas mudar nossa realidade. Afro-negra de todas as cidades. Vamos todas juntas mudar nossa realidade.

Marcha contra o racismo, eu vou. Marcha contra violência. Marcha pelo bem viver. Marcha contra o racismo, eu vou. Marcha contra violência. Marcha pelo bem viver.

Mulheres de memória ylároixas. Tocando no djembe, o som do ilu obá. Mulheres de axé, resistência e tradição. Manteve nossa fé e religião.

Cansada do lugar de inferioridade. De conviver com tanta desigualdade. Falta creches, escola, uma mídia igualitária. Enquanto isso a mulher negra vive em condições precárias.

Uma legião de lutadoras clandestinas. Silenciada enquanto impunidade segue sua rotina. Matando, julgando, a marginalizada. Sou mais uma Claudia, mais uma negra arrastada.

Cansada da pobreza que pra nos já foi imposta. O som do meu tambor, sim já é minha resposta. Respeite o meu cabelo é minha cultura que ecoa. Respeite meu turbante sim ele é minha coroa.

Que segue resistindo de uma forma natural. E vai sobrevivendo ao preconceito racial. Vamos todas juntas, lutando lado a lado. Ocupando cargos públicos e derrubando o patriarcado.

Marcha contra o racismo, eu vou. Marcha contra violência. Marcha pelo bem viver. Marcha contra o racismo, eu vou. Marcha contra violência. Marcha pelo bem viver.

Eu sou Tereza de Benguela, eu sou. Carolina de Jesus, eu sou. Minha resistência aqui não para. Eu sou filha de Dandara.

Sou Chiquinha Gonzaga, eu sou. Sou Luiza Mahin, eu sou. Estou disposta a dar um basta. Eu sou filha de Anastácia.

Marcha contra o racismo, eu vou. Marcha contra violência. Marcha pelo bem viver (HANSEN, 2018)

A música, a literatura e a poesia sempre foram válvulas de escape para nós. Não é a toa que Carolina Maria de Jesus é atualmente considerada uma das principais escritoras do Brasil e que o livro “Pequeno Manual Antirracista” de Djamila Ribeiro é um dos dez livros de não ficção mais vendidos do Brasil⁷². E à medida que expomos a nossa visão de mundo e de nós mesmas na nossa escrita, nas nossas canções e poesias, vamos nos autodefinindo e reafirmando nossa resistência.

Não é a toa que Elza Soares, é considerada a rainha do samba. Suas letras falam sobre mulheres negras e é com voz carregada de emoção que ela canta que “mil nações moldaram minha cara, minha voz uso pra dizer o que se cala, o meu país é meu lugar de fala” (SOARES, 2018).

⁷² A lista dos livros mais vendidos do Brasil é publicada regularmente pela revista Veja.

E, se aproveitando do lugar que ocupa hoje, usa sua música também para denunciar a situação de vulnerabilidade e violência doméstica à qual estamos expostas e dizer para o mundo que temos resistido também a isso, à nossa maneira:

Cadê meu celular? Eu vou ligar pro 180. Vou entregar teu nome, e explicar meu endereço. Aqui você não entra mais, eu digo que não te conheço. E joga água fervendo, se você se aventurar. Eu solto o cachorro e, apontando pra você, eu grito: péguix... Eu quero ver você pular, você correr na frente dos vizinhos, cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim.

Cadê meu celular? Eu vou ligar pro 180. Vou entregar teu nome, e explicar meu endereço. Aqui você não entra mais, eu digo que não te conheço. E joga água fervendo, se você se aventurar. Eu solto o cachorro e, apontando pra você, eu grito: péguix... Eu quero ver você pular, você correr na frente dos vizinhos, cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim.

E quando o samango chegar, eu mostro o roxo no meu braço. Entrego teu baralho, teu bloco de pule. Teu dado chumbado, ponho água no bule. Passo e ofereço um cafezinho. Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim.

Cadê meu celular? Eu vou ligar pro 180. Vou entregar teu nome, e explicar meu endereço. Aqui você não entra mais, eu digo que não te conheço. E joga água fervendo, se você se aventurar. Eu solto o cachorro e, apontando pra você, eu grito: péguix... Eu quero ver você pular, você correr na frente dos vizinhos, cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim.

E quando tua mãe ligar, eu capricho no esculacho. Digo que é mimado, que é cheio de denço. Mal acostumado, tem nada no quengo. Deita, vira e dorme rapidinho.

Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

Mão cheia de dedo, dedo cheio de unha suja. E pra cima de mim? Pra cima de moi? Jamais, mané!

Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

Cê vai se arrepende de levantar a mão pra mim

Cê vai se arrepende de levantar a mão pra mim

Cê vai se arrepende de levantar a mão pra mim

Cê vai se arrepende de levantar a mão pra mim (SOARES, 2015)

Sem a escrivência de Conceição Evaristo eu não conseguiria ter terminado minha pesquisa. Há muito tempo, ela vem transformando histórias orais de mulheres negras em textos escritos, o que possibilita maior difusão desse conhecimento no meio acadêmico.

Atualmente, menos de 0,4% das professoras doutoras que atuam em Programas de pós-graduação no Brasil são negras (XAVIER, 2019). Mas é nesse ambiente que, a despeito de todos os obstáculos, a professora Giovana Xavier mantém o grupo “Intelectuais Negras” na Universidade Federal do Rio de Janeiro em um esforço de visibilizar o pensamento de autoras negras silenciadas nos programas de ensino tradicionais.

Preta Rara foi empregada doméstica durante 7 anos porque não conseguia encontrar uma vaga como secretária, mesmo tendo feito curso profissionalizante na área. Na última casa de família que trabalhou, a patroa não gostava que ela comesse a comida deles e a dispensou quando Preta desabafou sobre isso com uma das amigas da patroa. Depois disso, ela conseguiu ingressar no curso de história e se formou. Já era professora quando, em 2016, lançou a hashtag #EuEmpregadaDoméstica nas redes sociais e conseguiu reunir uma série de depoimentos de pessoas que, como ela, vivenciavam o trabalho doméstico no Brasil (RARA, 2019).

Hoje, Preta se orgulha em dizer que não foi ela quem começou o movimento de denúncia das condições de trabalho das empregadas domésticas. Ela apenas continua o que vem sendo feito há tempos por mulheres como Laudelina de Campos Melo, Cleide Pinto, Nair Jane de Castro Lima e Benedita da Silva, nomes importantes no sindicalismo das empregadas domésticas no Brasil e na luta por direitos das domésticas (RARA, 2019).

Não posso terminar esse capítulo sem citar também as mulheres “coadjuvantes” da História do mundo, mas que na minha história tiveram protagonismo central, inspirando essa dissertação: as passageiras de ônibus que saem todos os dias para enfrentar as adversidades fora de seus lares, embora também as vivenciem em seus lares: as Fátimas, Ritas e tantas outras inomináveis e incontáveis trabalhadoras negras.

Como será que anda Fátima atualmente e quais foram os desafios que, como trabalhadora ambulante tem enfrentado na pandemia? Será que, precisando se afastar de suas

atividades, ela passou a vender seus produtos pelo telefone ou de forma online? Será que mudou seu ramo de atividades? E será que Rita conseguiu se manter empregada, pegando o ônibus com suas amigas todas as manhãs? Será que, tendo direito, conseguiram usufruir do auxílio emergencial durante os piores meses da pandemia? Será que contraíram o vírus? Será que perderam alguém? Será que mantiveram suas vidas e suas sanidades? Será que o medo da fome se sobrepôs ao medo do vírus?

Não sei como andam hoje, mas sei que precisaram e precisam diariamente se “reinventar”, resistindo e lutando, e sei que assim vão escrevendo a sua história. Tem um pouco de autodefinição na forma como cada trabalhadora negra sobrevive no Brasil e como transmite um pouquinho da sua forma de ver o mundo para as próximas gerações.

Hoje nós não somos a camada de trabalhadoras que as classes dominantes conseguiram silenciar. Nós falamos, sobrevivemos e vivemos.

Não fomos somente as mães pretas que criaram os filhos das famílias brancas. Nós fomos as mães que resistiram à opressão e se aproveitaram do espaço que nos foi relegado para transmitir o nosso conhecimento às próprias crianças brancas, africanizando o português e a própria cultura brasileira (GONZALEZ, 1982).

Como as respostas do questionário e toda a ancestralidade de nossas histórias demonstraram, nós, mulheres negras, trabalhadoras, somos o que temos, precisamos de nossas mães, nossas amigas, nossas filhas para sobrevivermos e para nos definirmos. É sobre isso que Ryane Leão fala em um de seus poemas no livro “Jamais peço desculpas por me derramar”:

Assim que me viu perdida
E atordoada
Ela me abraçou
Cantou e dançou comigo
Sussurrou

Vou te elevar

Algumas pessoas
Cessam guerras
Num instante (LEÃO, 2019, pág. 61).

Eu diria que eu e minha mãe temos feito isso muito bem. Eu passei pela transição capilar em 2014 e, após anos alisando o meu cabelo, hoje olho para ele e me sinto bonita, gosto dos meus cachos, gosto dos meus traços. Gosto de ser uma mulher negra.

Minha mãe está passando pela transição capilar desde o ano passado. Gostamos de tirar um tempinho para cuidar do cabelo uma da outra, aplicar cremes e máscaras de cabelo e nos sentirmos bonitas e amadas, mesmo que seja só por nós mesmas. Tá tudo bem.

5 CONCLUSÃO

Embora as primeiras manifestações de trabalho, da forma como é conceitualmente conhecido hoje, tenham surgido após a abolição da escravidão, muito antes de 13 de maio de 1888 nós mulheres negras já trabalhávamos.

A história oficial registrada nos livros tradicionais nos retrata como passivas e amáveis na casa dos senhores, mas a verdade é que nosso trabalho envolvia várias formas de resistência diária nos engenhos e nas ruas.

As histórias das negras de tabuleiro demonstram a engenhosidade que tínhamos para sobreviver, conseguir nosso sustento e alcançar melhores condições de vida. Paralelamente, nossos tabuleiros também eram ponto de encontro de quilombolas e outros negros e negras que ali arquitetavam planos de resistência à escravidão.

No pós-abolição formal os esforços foram grandes, e são até hoje, para nos manter no fundo das casas das famílias brancas, palco de opressões de todo o tipo. As ruas e as outras mulheres negras eram nosso refúgio, eram a garantia da nossa risada e das brincadeiras de nossos filhos. Foi assim que sobrevivemos e era dali que tirávamos forças para nos negar a realizar serviços que julgávamos estar além das nossas atribuições.

Nesse período, o Candomblé e o samba apareciam também como válvula de escape para nos conectar com nossas raízes na África e as festas realizadas eram o lugar onde esquecíamos de tudo à noite para só nos lembrar pela manhã.

O Direito do Trabalho foi expandindo sua abrangência no país e, com o passar dos anos, a classe trabalhadora conquistou direitos importantes que limitavam as exigências patronais. Contudo, houve exclusão jurídica das trabalhadoras domésticas e dos empregados rurais, que eram os locais ocupados por nós, mulheres negras. Como resultado, os direitos trabalhistas não vieram para nós. Mas parecíamos invisíveis na história que contava das conquistas graduais dos trabalhadores, da Constituição de 1988 que trouxe direitos fundamentais mínimos a eles.

Nós não éramos destinatárias desses direitos. A exigência de “boa aparência” foi e ainda é fator determinante para excluir mulheres negras de oportunidades de emprego fora do ambiente doméstico. Mas isso não aparece na história tradicional.

A partir da década de 70, quando houve crescimento acentuado do número de mulheres no mercado de trabalho, permanecemos ocupando esse lugar, que sempre nos foi

relegado. Estudamos, ultrapassamos os homens negros nos níveis educacionais, mas ainda assim continuamos na base da pirâmide de rendimento médio.

Só em 2015 veio a legislação que estendeu direitos trabalhistas às empregadas domésticas, mas, mesmo com a vigência dessa Lei, ainda permanecemos como maioria em empregos informais e precarizados.

Engana-se, porém, quem pensa que não estamos denunciando essas situações há muito tempo. O movimento de mulheres negras que tomou forma na década de 1980 surgiu com a finalidade de agregar agendas de discussões que há muito tempo já permeavam as conversas entre mulheres negras.

Conseguimos trazer pautas que nos interessam em termos de raça e gênero para dentro do movimento feminista e do movimento negro e, hoje, temos nos autodefinido.

Escrever essa dissertação foi um desafio para mim. Como Anzáldua (2000) já havia adiantado, por diversas vezes eu tive dificuldades, senti que poderia estar me colocando excessivamente no texto e que minha pesquisa poderia “ficar ruim”. No meio da pandemia de COVID-19, eu diversas vezes pensei em desistir. Chorei, ao perceber que, sem acesso à saúde de qualidade, nós negras e negros seríamos maioria das vítimas dessa doença. Tive medo por minha mãe, pelas mulheres que continuam pegando os ônibus todos os dias porque não foram liberadas do trabalho na casa das patroas e tive medo por mim também.

Persisti. Precisava aproveitar esse espaço, aproveitar que doutores vão ler o meu texto para dizer que nós mulheres negras estamos fazendo ciência há muito tempo.

Hoje, ao terminar a escrita, sinto que descobri muito sobre mim mesma e sobre minhas ancestrais, sinto que aprendi e gostaria de deixar aqui um poema que escrevi em 2019, quando comecei a me apaixonar por esse tema.

Mulher e Preta

Desculpa atrapalhar, eu não queria te incomodar
 Na real, eu não queria ter que me imaginar vivendo uma vida diferente da
 minha
 Mas eu nasci mulher preta né
 E, desde a infância, até o meu pé era motivo pra você me odiar
 “Alisa o cabelo, ajeita a postura, quem é que vai querer te amar”?

Você me viu crescer e embranquecer pra te agradar
 E pra você me aceitar eu tentei viver uma vida que não era minha e lutar
 uma luta que nada ia me dar
 Mas mesmo assim eu não te agradei
 Será que “não sou eu uma mulher”?

Me falta delicadeza, né?

A minha assertividade te ofende?

Te surpreende o meu jeito de andar?

Era pra eu ser doméstica né

Mas eu resolvi ocupar aquele que era o seu lugar

E pra me controlar você me chama de escandalosa

Mas o barulho que você escuta é porque eu derrubo diamantes por onde eu passar

Haha pode ter certeza que agora sim eu vou te incomodar

Porque eu vou me levantar

Eu já me levantei

Porque quando eu soltar o meu cabelo eu não vou voltar a alisar

Porque a minha ancestralidade você não conseguiu tirar

E não vou pedir desculpa não

Eu vim aqui mesmo é pra te atrapalhar

Esse mundo é meu e de cada mulher preta que nele andar

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva.; JORGE, Angela Filgueiras.; SORJ, Bila. Desigualdade de gênero e raça: O informal no Brasil em 1990. In: Estudos Feministas. Ano 2. 2º semestre/1994;

ALMEIDA, Sílvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte, Letramento, 2018;

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.* São Paulo: Boitempo, 2009;

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. In: *Estudos feministas*. No. 1/2000;

AZEVEDO, Aluizio. *O cortiço.* Rio de Janeiro: Livreiro Editor, 1890;

BALOUSSIER, Anna Virginia. Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 de jan. de 2020. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=como+citar+mat%C3%A9ria+de+jornal+abnt&rlz=1C1GCEU_pt-BRBR946BR946&oq=como+citar+mat%C3%A9ria+de+jornal+abnt&aqs=chrome..69i57j0i22i30l2.6494j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em 08 de agosto de 2021;

BAYLOS, Antonio. *Globalización y Derecho del Trabajo: realidad y proyecto. Cuadernos de Relaciones Laborales*, Madri, n. 15, p. 19-49, 1999;

BERNARDO, Teresinha. O Candomblé e o Poder Feminino. In: *Revista de Estudos da Religião*. nº 2. São Paulo, 2005;

BRASIL. Censo de 2010;

BRASIL, Ministério da Saúde. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016. Brasília: 2018. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf?fbclid=IwAR1JvKQluNZNIT6s_XKYEm6OiAUWfWH1toENITr1xUB1TjV_wlWCeA1iBIM>. Acesso em 08 de agosto de 2021;

BRASIL. Recenseamento de 1950;

BRAZIL. Recenseamento do Brazil em 1872;

BRENNER, Robert. A Crise Emergente do Capitalismo Mundial: do Neoliberalismo à Depressão?. Outubro, n. 3, Xamã, São Paulo, 1999;

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. In: *Estudos feministas*. n/e, 1994;

CAMILO, Débora Cristina de Gonzaga. *As donas da rua: comerciantes de ascendência africana em Vila Rica e Mariana (1720 – 1800)*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2015;

CARNEIRO, Sueli. A força das mães negras. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-forca-das-maes-negras/>> Acesso em 15 de junho de 2021;

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em 02 de agosto de 2021;

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. In: *Estudos Avançados*. n. 17 (49), 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 02 de agosto de 2021;

CARRIJO, Christiane.; MARTINS, Paloma Afonso. A violência doméstica e racismo contra mulheres negras. In: *Revista de Estudos Feministas*. N.28 (2), 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n260721>>. Acesso em 05 de agosto de 2021;

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In: *Revista Sociedade e Estado*. Vol. 31, No. 1, jan/abr. de 2016;

COLLINS, Patricia Hill. Comment on Hekman's "Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited": Where's the Power? In: *Signs*, Vol. 22, No. 2, winter, 1997. Disponível em: <<http://home.ku.edu.tr/~mbaker/CSHS503/CollinsonHekman.pdf>> Acesso em 20 de junho de 2019;

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019;

COVID-19. Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University (JHU). Disponível em: <<https://www.arcgis.com/apps/dashboards/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>>. Acesso em 01 de agosto de 2021;

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em 20 de junho de 2019;

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Estudos feministas*, No. 1/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em 23 de junho de 2019;

DAMASCENO, Caetana Maria. 'Cor' e 'boa aparência' no mundo do trabalho doméstico: problemas de pesquisa da curta à longa duração. In: XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal. Anais dos Simpósios da ANPUH - BRASIL.2013;

DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego*. 2 ed. São Paulo: LTr, 2015;

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 18ª ed. rev. e atual. São Paulo: LTr, 2019;

DELGADO, Maurício Godinho. *Princípios de Direito Individual e Coletivo do Trabalho*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2004;

DIAS, Maria Odila da Silva. Nas Fímbrias da Escravidão Urbana: negras de tabuleiro e de ganho. In. *Estudos econômicos*, 15 (nº especial): 89-109, 1985;

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima.; NUNES, Isabella Rosado. (orgs.) *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020a;

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018;

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: DUARTE, Constância Lima.; NUNES, Isabella Rosado. (orgs.) *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020b;

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016;

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Três pretas virando o jogo em Minas Gerais no século XVIII. In. XAVIER, Giovana.; FARIAS, Juliana Barreto.; GOMES, Flávio. *Mulheres negras no Brasil Escravista e do pós-emancipação*. (orgs.). São Paulo: Selo Negro, 2012;

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Quitandas e Quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial. In. *Cad. Pesq.*, São Paulo (54): 50-61, agosto. 1985;

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Unicamp, 2006.

FRAGA FILHO, Walter. Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a abolição. *Cad. AEL*, v.14, n.26, 2009;

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª ed. Recife: Global editora, 2003;

GARCIA, Carla Cristina. *Breve histórico do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2011;

GOMES, Fábio. Tia Ciata. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/tia-ciata/>>. Acesso e 13 de junho de 2021;

GONZÁLEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 92/93 (jan./jun.). 1988;

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: MADEL, L. (ed.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982;

GONZÁLEZ, Lélia. A mulher negra no Brasil. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1ªed. Rio de Janeiro, Zahar, 2020a;

GONZÁLEZ, Lélia. E a trabalhadora negra, cumé que fica?. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1ªed. Rio de Janeiro, Zahar, 2020b;

GONZÁLEZ, Lélia. Mulher Negra. Baltimore, 9-12/agosto/1984;

GONZÁLEZ, Lélia. O Movimento Negro Unificado: Um novo estágio na mobilização política negra. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1ªed. Rio de Janeiro, Zahar, 2020c;

GONZÁLEZ, Lélia. Pesquisa: Mulher negra. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1ªed. Rio de Janeiro, Zahar, 2020d;

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1ªed. Rio de Janeiro, Zahar, 2020e;

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Cia das Letras, 1992;

GUSTIN, Miracy; DIAS, Maria Tereza Fonseca. *(Re)pensando a pesquisa jurídica*. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010;

HANSEN, Luana. Negras em marcha. Anksata Produções: 2018. 3min38seg;

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Tradução: Mariza Corrêa. *cadernos pagu*, Campinas, número 5, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>>. Acesso em 20 de janeiro de 2020;

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão Sexual do trabalho. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. In: *Estudos feministas*, No. 2. 1995. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>. Acesso em 17 de setembro de 2019;

HOOKS, bell. Vivendo de amor. Disponível em: <<http://www.olibat.com.br/documentos/Vivendo%20de%20Amor%20Bell%20Hooks.pdf>>. Acesso e, 03 de outubro de 2019;

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Educação 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf>. Acesso em 01 de agosto de 2021;

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 1º trimestre de 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2021_1tri.pdf>. Acesso em 01 de agosto de 2021;

INSTITUTO NOSSA BH. *Mapa das desigualdades: Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte - 14 municípios*. Belo Horizonte, 2021;

IPEA, Retrato das desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>> . Acesso em 03 de agosto de 2021;

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019;

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL E IMAGEM. Acervo de história oral: memória do cativo e identidade étnica (1888-1940). Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://www.labhoi.uff.br/arquivo-sonoro/2938>>. Acesso em 13 de maio de 2021;

LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002;

LEÃO, Ryane. *Jamais peço desculpas por me derramar*. São Paulo: Planeta do Brail, 2019;

LIMA, Henrique Espada. Trabalho e lei para os libertos na Ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n. 26, p. 135-177, 2009;

LIMA, Márcia. *Serviço de “branco”, serviço de “preto”: um estudo sobre “cor” e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2001. (Tese de Doutorado);

LIMA, Márcia.; RIOS, Flávia.; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça; a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995 – 2009). In. MARCONDES, Mariana Mazzini. et al (orgs.). *Dossiê Mulheres Negras retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013;

LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019;

MA RAYNE’S BLACK BOTTOM. George C. Wolfe. Netflix, 2020. 1h34min;

MELO, Hildete Pereira de. O serviço doméstico no Brasil: De criadas a trabalhadoras. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2423/1/td_0565.pdf>. Acesso em 18 de junho de 2021;

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. *Trabalho escravo contemporâneo: conceituação à luz do princípio da dignidade da pessoa humana*. 2 ed. São Paulo: LTr, 2015;

MOREIRA, Thales Brandão Machado; LOPES, Marianna Gomes Silva. Neymar, um negro à brasileira. In: *V Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG*, 2019, Belo Horizonte. Anais do V Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG. São Paulo: Even3, 2019;

MOTTA, Marly. O Bota-Abaixo. In: Atlas Histórico do Brasil. 2016. Disponível em: <[https://atlas.fgv.br/verbetes/o-bota-abaixo#:~:text=Express%C3%A3o%20criada%20para%20designar%2C%20ao,Passos%20\(1902%2D1906\).&text=No%20in%C3%ADcio%20do%20s%C3%A9culo%20XX,e%20maior%20cidade%20do%20pa%C3%ADs.](https://atlas.fgv.br/verbetes/o-bota-abaixo#:~:text=Express%C3%A3o%20criada%20para%20designar%2C%20ao,Passos%20(1902%2D1906).&text=No%20in%C3%ADcio%20do%20s%C3%A9culo%20XX,e%20maior%20cidade%20do%20pa%C3%ADs.)>. Acesso em 20 de junho de 2021;

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995;

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. *Fundamentos de Direito Internacional Social: sujeito trabalhador, precariedade e proteção global às relações de trabalho*. São Paulo: LTr, 2016;

ONU MULHERES. Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de COVID-19: Mulheres negras e a COVID-19. Informe v.2. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/12/COVID19_2020_informe2.pdf>. Acesso em 13 de junho de 2021;

OLIVEIRA, Rayhanna Fernandes de Souza. *O lugar do feminino negro no mercado de trabalho sob a perspectiva decolonial: para além do salário e da remuneração*. Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, 2019. Dissertação (mestrado);

PATRICIA HILL COLLINS EXPLICA PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO, Brasil: TV Boitempo, 2019. (8min24seg): son, color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XVdbyhuAJEs&t=315s>>;

PINHO, Osmundo. E não sou uma mulher? – Sojourner Truth. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em 01 de março de 2021;

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. A cor nos censos. In: *REVISTA USP*, São Paulo, n.40, p. 122-137, dezembro/fevereiro 1998-99;

RARA, Preta. *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho de empregada*. Belo Horizonte: Letramento, 2019;

RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, fordismo e toyotismo. *Lutas sociais*. São Paulo. vol. 19. n. 35. págs.65-79, jul/dez, 2015;

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017;

REIS, Liana Maria. Mulheres de ouro (*) As negras de tabuleiro nas Minas Gerais do Século XVIII. 1988. Disponível em <https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/57276e077da24f738c4b57d1/1462201867579/07_Reis%2C+Liana+Maria.pdf>. Acesso em 10 de março de 2021;

SANTOS, Eliane Carvalho dos. A reestruturação produtiva – do fordismo à produção flexível no estado de São Paulo. In: SPOSITO, Eliseu Savério., org. *Medidas antidumping e política doméstica: o caso da citricultura estadunidense*. São Paulo: Editora UNESP, 2015, págs. 201-245;

SANTOS, Nadja Antônia Coelho dos. O candomblé na representação da yalorixá. In: *Entrelaçando -Revista Eletrônica de Culturas e Revista Eletrônica de Culturas e Revista Eletrônica de Culturas e Educação Educação Educação Caderno Temático: Educação e Africanidades Caderno Temático: Educação e Africanidades*. n. 4, Ano 2. Novembro/2011;

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993;

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2002;

SILVA, Tatiana Dias.; SILVA, Sandro Pereira. Trabalho, População Negra e Pandemia: notas sobre os primeiros resultados da PNAD Covid-19. In: Boletim de Análise Político-Institucional. n. 26. Mar. 2021;

SOARES, Elza. Maria da Vila Matilde. Circus Produções: 2015. 3min45seg;

SOARES, Elza. O que se cala. Deckdisc: 2018. 3min51seg.

SOJOURNER TRUTH CENTER FOR LIBERATION AND JUSTICE. Sojourner Truth: A Life of Legacy and Faith. Disponível em: <<https://sojournertruth.org/sojourner-truth>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2021;

SOUZA, Flávia Fernandes de. Reflexões sobre as relações entre a história do serviço doméstico E os estudos da pós-emancipação no Brasil. In: História, histórias. Brasília, vol. 4, n. 8, 2016;

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 2. Ed, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983;

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010;

TELLES, Lorena Féres da Silva Telles. *Libertas entre sobrados: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão*. Dissertação - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011;

TRUTH, Sojourner. The narrative of Sojourner Truth. Disponível em <<http://digital.library.upenn.edu/women/truth/1850/1850.html>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2021;

XAVIER, Giovana. Entre personagens, tipologias e rótulos da “diferença”: a mulher escrava na ficção do Rio de Janeiro no século XIX. In. XAVIER, Giovana.; FARIAS, Juliana Barreto.; GOMES, Flávio. *Mulheres negras no Brasil Escravista e do pós-emancipação*. (orgs.). São Paulo: Selo Negro, 2012;

XAVIER, Giovana. *Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história*. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

ANEXO 1

Relatos de discriminação no ambiente de trabalho

Minha coordenadora sugeriu que eu devia arrumar o cabelo (tenho cabelo cacheado/crespo)
Meu chefe e meus colegas de trabalho sempre me colocaram diversos estereótipos sempre relacionados a pessoas negras, por exemplo meu chefe sempre acho que eu fosse maconheira (sem nunca ter posto um cigarro na boca) por causa do estereótipo relacionado ao meu tipo de cabelo. Eles sempre pensam que só fanfarrona, só fico no boteco, gandaia, que sou malandra (isso eu escutei diretamente). Entretanto, meu colega branco que chega de ressaca todos os dias nunca foi chamado de fanfarrão ou de malandro. Meu dia meu chefe já me disse que não conseguia alcançar cargos mais altos pq eu não me esforço o suficiente, dizendo indiretamente que sou preguiçosa (isso foi mais de chefe, no meu antigo trabalho foi a mesma coisa). Um dia a secretária do andar perguntou se as pessoas ficavam olhando pra mim na rua por conta do meu cabelo. O motorista do Uber me levando ao trabalho perguntou se eu vendia coisas na porta (não que seja um demérito), mas eu não "tenho cara" de quem trabalha naquele local. E por fim, silenciamento, tudo que falo é desconsiderado e/ou sem credibilidade.
Tive minha capacidade intelectual questionada.
Sobrecarga desproporcional às atividades dos colegas. A justificativa é que "sou muito capaz". (escolhi essa porque eu não achava que era racismo até uma amiga me dizer).
Meu salário era menor do que o das colegas com a mesma função, mesmo eu tendo maior grau de escolaridade.
O famoso "racismo recreativo" ... Falam da cor, do cabelo, falam de outros pretos e pretas pra te atingir e/ou verem sua reação.
Nunca acontece nada. É oculto, mais a gente que é preto sente e sabe.
No ambiente jurídico tentam me silenciar, não me incluem nas conversas, não consideram minhas opiniões e saberes e se referem à mim na maioria das vezes para fazerem piadas.
Não foi pontual. Mas com certeza o fato de ser jovem e negra me fez vulnerável ao assédio moral.
Em uma reunião com uma empresa para alinhamento de atendimento para contratação de novos funcionários, a interlocutora da empresa cliente não me reconheceu como liderança do setor responsável pelas indicações de candidatos para entrevista. Dirigia a palavra aos outros participantes da reunião (todos brancos) exceto a mim quem poderia efetivamente resolver as questões apresentadas. Tive que, após várias tentativas, me impor para colocar as deliberações e medidas a serem adotadas e concluir o assunto.
Todos os dias os usuários reclamam que demora o atendimento que eu sou lenta, quando trabalho ao lado de mulheres brancas que enrolam e nunca reclamam delas
Trabalhei em um colégio em São Paulo, chamado porto seguro onde fui contrata por agência para conduzir os alunos por um tour no centro de São Paulo eu era, coordenadora da atividade e um aluno precisa acertar o pagamento, uma mãe se negou a falar, comigo pois sou negra e na concepção dela eu não poderia coordenar a equipe de outras pessoas brancas... resumo da história. Disse à ela que não faria negócio com racistas e tive o apoio da escola e da empresa que prestava serviço...
É até difícil responder, porque são tantos episódios...mas, sem dúvidas, o mais

comum é as pessoas nunca acharem que eu sou a advogada do departamento. Comumente sou confundida com a estagiária, fato que não ocorre com as outras advogadas brancas.

Seu cabelo alisado é mto mais bonito.

Acredito que não fui promovida, eu sendo a mais antiga da equipe e com as mesmas capacidades da pessoa que foi, ela no caso branca.

Outros profissionais e clientes

Fui preterida de receber diárias pra um curso e outros 2 colegas receberam

Não acharam que eu exercia a função a qual sou contratada.

Um aluno não quis ser atendido por mim por eu ser negra

Piadas (cor da pele) e assédio moral

Tratamento "diferente" das profissionais brancas. Essas sempre eram destaques e conseguiam cargos melhores mesmo realizando um trabalho inferior.

Falas e outras muitas "brincadeiras" e quando pontuo uma fala discriminatória é sempre "mimimi".

Ex: Vi seu currículo e não imaginei que fosse negra...

Fala da chefe apos alguns meses de contratação: no dia da entrevista esperava uma loira, alta, assustei quando te vi. Minha indagação: porque? Resposta: seu currículo era muito bom. Poliglota, experiência internacional, pós graduação. O mais assustador foi a naturalidade com que ela disse isso. Eu repondi: nossa, que preconceituosa você foi. Ela se assustou na hora. Não havia percebido. Pediu desculpas e se retirou da minha sala.

Desvalorização do trabalho elaborado

Soube que eu recebia menos do que meu colega de trabalho - homem, branco - (exercia a mesma função e fomos contratados no mesmo dia)

Ja ouvi comentários de colegas criticando características físicas da minha raça/ Ja tive problemas com a coordenação da minha faculdade me acusando de usa atestado falso ao alegar que meu irmão, que me atestou era médico. Ela colocou em dúvida a verdade dos fatos, duvidando que meu irmão poderia ser médico./ Diversos episódios de falta de credibilidade no que eu falo em apresentações de trabalho ou discussões.

Mandaram eu alisar o cabelo

Tive que assinar os documentos de admissão como se minha cor fosse branca, e não podia ser trocado. Tive que ser contratada como BRANCA escrito do lado da minha foto 3x4. Claro que me senti constrangida com isto.

ocupava um cargo de coordenação e meus colegas demonstravam desconforto em atender as minhas solicitações, enquanto superior hierarquica deles. E quando eu precisava atender ao público eles também demonstravam desconforto ao ter que ser reportar a mim.

Um grupo de cliente chegou querendo informação eu prontamente como recepcionista respondi uma delas me olhou de cima a baixo e se dirigiu a outra funcionaria que não é recepcionista para pedir informação, a outra funcionaria é branca, loira dos olhos claro. Toda vez que esse grupo de mulheres queria algo ela ela preferia procurar a outra funcionaria a ser atendida por mim.

Um funcionário disse que eu era afilhada de um promotor de justiça, e com isso

implicitamente disse que eu estava trabalhando ali por influência dele e não pela minha capacidade. Esse mesmo colega já me chamou de "informante do MPF", insinuando que eu estava ali para monitorar o trabalho dele e prestar contas ao promotor.

- Já participei de um processo seletivo para um gabinete de vereadoras que dizia ser preferencialmente ocupado por mulheres negras, mas perdi a vaga para um homem branco que já possuía o próprio escritório de advocacia.
- Já ouvi de um ex-colega de trabalho durante uma reunião de equipe em que discutíamos violência contra a mulher que nós deveríamos lidar com o assunto com menos "ódio aos homens" e menos agressividade porque nem todo homem fazia aquilo (ele era branco e se referia a mim e à minha exposição).
- Já tive um chefe que me pedia para servir café todas as tardes para ele e para outro estagiário (que era da minha sala na graduação, inclusive). Esse chefe, por diversas vezes direcionou casos que necessitavam de melhor análise para o outro estagiário porque "ele resolveria melhor".
- Já organizei um livro para meu orientador e não tive meu nome colocado entre os organizadores ao final do trabalho porque eu "não tinha doutorado". Todos os coordenadores que não trabalharam eram homens brancos.
- Uma colega de turma no mestrado uma vez me disse que gostaria de ter uma escrava para cuidar da casa dela enquanto ela fazia os deveres da pós.

Me tratou diferente por causa do meu cabelo, falando que meu cabelo era difícil, que tinha que dá um jeito nele. (obs. Estava gravando um comercial)

Sofri uma sequencia de assédio moral enquanto trabalhava em uma unidade socioeducativa, desde dos agentes penitenciários que me hipersexualizavam, o diretor de segurança que apesar de eu reclamar não parava de me chamar de "bebê" a diretora da unidade que me tratava como se eu fosse subordinada dela, sempre gritando e querendo me inferiorizar, sendo que eu respondia a Secretaria de Educação e não a ela. Tinha um dos agentes em especifico que para me irritar dizia que os meninos estavam lá porque eles tinham vindo de Africa e que todo mundo em Africa era criminoso, quando reclamei a direção eles o afastaram por alguns meses, mas depois ele voltou e ficava me encarando. Todas as supervisoras anteriores que trabalharam na unidade eram mulheres brancas, que não chegaram a passar 1/3 do que passei, estava tão angustiada que não tive reação, só pensava em fazer o meu trabalho. Tenho certeza que fui discriminada pela minha cor, por ser mulher e por ser jovem, na época tinha acabado de fazer 30 anos.

Trabalhei em serviço público. Difícil as vezes conseguir uma promoção pelo tempo de serviço ou mérito. Em geral são cargos por indicação ou parentesco.

Na minha opinião foi um racismo "velado" por ter opiniões divergentes a da diretora da instituição; não a desrespeitei, mas critiquei falhas no espaço de trabalho, e desde então percebi uma perseguição de maneira "sutil" em situações de debate desde então. Porém o clima escolar vem melhorando desde a mudança de gestão; mas ainda percebo as "indiferenças", que vem sendo combatida com muita persistência e CONSCIÊNCIA de identidade.

Fui mais cobrada pelo meu serviço do que os outros estagiários. E mais questionada sobre minha capacidade.

Falaram das minhas tranças, disseram q me dava aparencia de suja

Já percebi colegas evitando conversa comigo, com olhares e comentários devido a um penteado afro que fiz, ou mesmo devido a um posicionamento político.

Em um fórum apesar de está toda arrumada, a mediadora pediu meus documentos, perguntou o que eu era, e não satisfeita com a resposta: de que eu era estagiária do Escritório, ela perguntou novamente se eu era estudante de direito e me olhou de cima a baixo, com aquele olhar que só quem é preto entende.

Falta de reconhecimento pelo trabalho realizado.

Tinha uma reunião marcada e algumas pessoas que participariam insistiam em querer falar com a Vânia. E eu disse que era eu. Perguntaram então: é a Vânia que vai fazer a reunião na sala 16? Respondi: sou eu. Mas é você mesmo? Você que é a pessoa que vai dirigir a reunião? Não respondi mais e me dirigi à sala onde outras pessoas já me aguardavam.

Coloquei não pois não me recordo de nenhum momento que eu tenha percebido ou que chegou até a mim. Mas trabalhei em alguns lugares que na sua maioria eu era a única negra. Então sei que certos comentários foram feitos a meu respeito exclusiva e unicamente pela minha cor.

"Brincar" que preto não faz nada direito. Que mulher negra é boa para outras coisas.

Paciente questionou se sou formada, não aceita ser atendido

Procuram sempre falar com uma pessoa aparentemente imponente

Quando informei que havia sido aprovada na oab. A pessoa disse "eu não sei porque preto tem que estudar tanto. Não deveria".

Em uma Referida empresa ao realizar o teste prova de conhecimentos específicos do cargo a recrutadora pediu para eu prender meu cabelo. Entretanto, observei que as candidatas brancas não receberam essa orientação, confesso que fiquei extremamente constrangida e não conseguir questionar tal atitude.

A frase" até que você é uma negra Bonita e estudada".

- Deboche pelo meu cabelo.
- Escutei falas como "trabalho de preto" e falas racistas diárias.
- Exerci e exerço as mesmas funções de uma Analista, Gestor, coordenadora sem receber por isso.
- Minhas falas e orientações sobre o trabalho muitas vezes são ignoradas pelos superiores, mesmo esses alertas se confirmando posteriormente.

Falam do meu cabelo o tempo todo

Eu trabalho com massagem para qualidade de vida em empresas e a maioria espera um terapeuta com um certo tipo de padrão... Branca, magra, cabelos lisos e grandes, etc... Então eles assustam quando chego mulher negra, gordinha, cabelo crespo Black ou trança...

Coordeno o local onde trabalho e mesmo me apresentando como a " chefe" um cidadão desconsiderou a informação e insistiu em falar com o auxiliar administrativo (homem branco) ora resolver uma questão que somente eu poderia resolver

Fui informada não ter perfil para permanecer na função em que estava, quando a direção mudou.

Ignorei a pessoa

A cliente quando me conheceu achou que eu era branca por eu trata lá bem, saber conversar e ser profissional

Me responderam que não era o perfil para a vaga de secretária

O racismo sutil, sendo preterida em certas situações, o conhecimento ser testado para saber se é verdade.
Não fui aceita na função por ser negra
Uma funcionária me ironizou por ocasião do dia da consciência negra.
Tinham várias recepcionistas na pista de dança de uma festa corporativa de fim de ano...com roupas justas e indiscretas, na vdd fantasia que estávamos vestidas de acordo com o tema. Era uma festa familiar e quando eu, a ÚNICA mulher negra de uma equipe de 20 recepcionistas chegou a pista do evento, TODAS as mulheres que estavam acompanhando seus maridos, namorados e etc, me olhou com cara feia e comecaram a tirar os mesmos da pista de dança julgando que eu poderia ser mais vulgar que todas as outras que estavam trabalhando comigo.
Os. Olhares são sempre discriminatórios
Em um antigo trabalho me disseram que eu deveria alisar o cabelo, para manter ele "alinhado"
Fui demitida apos 15 dias da admissao por ter chegado com o cabelo colorido. Mas haviam pessoas brancas com o cabelo colorido que trabalhavam la
Constantemente escutava elogios aos minhas colegas de trabalho do tipo “fulano de tal só arruma pessoas bonitas para trabalhar aqui, todas loiras, cheirosas, exceto uma”. Sofri um mais pesado que foi motivo de demissão; uma colega de trabalho de agrediu por não concordar que eu chamasse atenção dela para determinado comportamento em ambiente de trabalho. Ouvi insultos como “lixo, negra estúpida”, dentre outros que já conhecemos, não aguentei e revisei a agressão. Fui demitida.
Vou enumerar 3 fatos mais recorrentes: 1) não ser ouvida em alguma sugestão que, posteriormente foi repetida por uma pessoa branca e aí sim, foi considerada. 2) Apesar de estar escrito no crachá a minha função, que era no serviço público, um cidadão pergunta se tem alguém daquela função para atendê-lo. 3) Ser invisibilizada, literalmente, por uma colega que, estando com problemas e sabedoria do meu conhecimento sobre o assunto, simplesmente não enxergou a minha presença; isto ficou exposto depois que eu me ofereci para ajudá-la a solucionar a questão. Ela ficou muito envergonhada, pediu mil desculpas.
Constantemente eram feitas insinuações, sobre eu ser ladra, fazer feitiços contra as pessoas etc. Sempre arrumavam motivos para me atingir e me responsabilizar por situações que outros colegas brancos tinham causados muitas vezes, usando de um racismo velado de modo que não era direito mais deixava-se entender...
Ignorar que eu era a secretária
Ao receber promoção, a gerente do RH quis me induzir a desistência porque, como mulher não teria autoridade e, como negra, não teria a cara do cargo e da empresa.
Assédios e falta de credibilidade intelectual
Piadas racistas sobre meu cabelo que é crespo
Minha capacidade como profissional foi diminuida pelo fato de ser negra por minha chefe.
Eu acho que sim, são discriminações mais sutis. Falta de respeito, não ser levada a sério, outros colegas te rebaixarem. Essas coisas cotidianas. Também ser confundida com alunas

Em muitas ocasiões os pais pediam pra falar com a Coordenadora, quando eu aparecia, eles me pediam pra chamar a Coordenadora...
Chamou de macaca e deu Cusparada na cara
Pedido pra alisar os cabelos
Quando usava tranças soltas, uma colega afirmou que teve uma estagiária de "origem africana " que usava aquela trança e que a trança estava sempre mal cheirosa.
Em varios eventos que trabalhei sempre ficava em postos insignificantes.
Fui humilhada quando trabalhei numa loja por uma cliente, que se julgava branca é que disse que o chão e minha cor era a mesma coisa, ou seja, nada!
Desconfianca, falta de oportunidade
Subjugação, interiorização e menosprezo
As pessoas costumam menosprezar minha capacidade
Alguns pais de alunos não te respeitam como respeitam os professores brancos. Alguns apenas.
Sugeriram que deveria alisar meu cabelo.
Olhares, questionamentos sem fundamento, tipo cabelo o motivo de não alisar ou pelo meu tamanho. Eu sou alta e a pessoa associou o meu tamanho como se eu fosse uma pessoa violenta
A alguns anos atrás me apelidaram de mucama no meu setor de trabalho. Nesta época eu ainda tinha dificuldade de me assumir como mulher preta.
No trabalho, não.
Trabalho em uma instituição que de 64 gestores diretos somente 4 são negros
Dificuldade para ser promovida
Não se trata de um episódio isolado, foram várias situações ao longo do tempo.
Em um trabalho anterior, no elevador, um rapaz achou que eu era manicure, acredito que isso se deu pela cor da minha pele.
Problemas com superiores quando passei pela transição capilar, não reconhecimento como advogada quando vou ao Fórum, surpresa dos clientes de grandes empresas ao saberem que sou eu que vou atendê-los.
Falavam sempre do meu cabelo de uma forma exótica e pejorativa. Em outro momento fui ferozmente criticada por desenvolver um projeto que debatia racismo, estética negra e cultura afro na escola.
Algumas frases do tipo dia que ser coisa de preto
Não promoção de pessoas negras no ambiente de trabalho.
Descrédito, quase sempre acham que não sou capaz.
Não recebi aumento de salário, pois não tinha o "perfil".
Fui parada por um novo segurança mesmo trabalhando há anos na escola. Fui vítima de difamação por parte de alunos e pais, que insinuaram que eu consumia e vendia drogas. Tive meu trabalho descreditado pela supervisão.
Era recepcionista na época de um salão/escola de beleza e uma cliente disse ao profissional para só terminar o atendimento quando a "escurinha" tivesse fora da

recepção ou chamar a gerente para atende-la.

Cheguei em um evento com guia no pescoço, mas eu estava na cozinha, não estava no salão, um colega viu, e meu supervisor me liberou dizendo, as pessoas não se sentem a vontade com a tua religião.. E desde então, abri minha própria empresa de eventos

Nunca foi direto, mas já senti que qdo me identifiquei pessoalmente como sendo a Rita da Coordenação, a resposta com um tom dizendo "Tu és a Rita"? esse é o mais comum que ocorre. Eu trabalho na coordenação de gestão de pessoas e sempre estamos demandando coisas por telefone e e-mail e eventualmente as pessoas vem pessoalmente tratar de algum assunto, diversas vezes ouvi esta pergunta com espanto.

Piadinhas com cunho racista por parte de um dos advogados da equipe.

Racismo velado

Uma professora que havia acabado de chegar na escola, estava procurando a Direção da Escola e eu disse que era eu. Ela me olhou com aquele estranhamento, meio que duvidando da minha afirmativa.

Um cliente de um escritório já se recusou a ser atendido por mim Quando eu era assessora jurídica. Nesse mesmo escritório, pediam que eu fosse trabalhar com o cabelo escovado ao invés de usá-lo natural.

Piadas racistas, tratamento diferente, suposições sobre minha história

Fui comparada a personagem " nega maluca"

Não foi no emprego atual e entendo como preconceito, não discriminação No contexto usava bandanas no cabelo e uma pessoa disse: - tira, tu fica parecendo uma empregada com isso na cabeça.

Não me indicaram ao um cargo de chefia porque eu ria demais

Sou jornalista formada na instituição onde trabalho. Criaram um programa de entrevistas gravadas para TV dentro do meu setor. Para ocupar a vaga de entrevistadora, chamaram uma colega branca e loira, formada em Letras. Quando descobri o que estava acontecendo, já com todo projeto pronto, questionei o fato de não ter podido pleitear a vaga. Primeiro disseram que não haviam lembrado da minha formação e depois que não imaginavam que eu pudesse ter interesse, uma jornalista formada talvez não tivesse interesse, né? (?). Curiosamente, na época, havia outro jornalista de formação no setor, negro, também, esquecido, também. Atualmente, vivem me sondando para uma vaga no setor de Comunicação, dizem que escrevo bem, com linguagem descolada, ideias criativas... ótimo para comunicação em redes sociais da empresa. Para escrever e ficar escondida atrás da tela de um computador, eu sirvo bem, mas para aparecer em uma tela de TV e conversar com os líderes da empresa, com microfone com logo da empresa, não.

Fora isso, no dia a dia, no ambiente de trabalho sempre tem: "quando você vai tirar os dreads?" "Você não é negra, seu cabelo é liso!" "Ah, essa roupa combina com seu tom de pele". "Mas você é cotista da UFMG pq você se considera negra, mas na verdade, você não é". "Ah, de tranças no cabelo eu te enxergo como negra, realça seus traços, seu nariz e sua boca". "Mas você acha ruim ser negra? Você tem uma beleza exótica, os homens gostam".

Trabalho com recepção e sempre que estou acompanhada, todas as clientes se reportam a pessoa branca que estiver aí meu lado. Mesmo sendo eu a pessoa a recepciona-la

quando entra.
Ser confundida com qualquer outro tipo de ocupação profissional, exceto professora. Ser direcionada para fazer todos os trabalhos que os demais professores não queriam fazer.
Não neste que sou dona do Salão, mas já trabalhei no comércio e o cliente se recusou a ser atendido por mim, porque segundo ele, preto não servia nem para pano de chão.
Fui discriminada por colegas de trabalho por usar tranças afro.
VI outras pessoas brancas de um mesmo perfil, menos qualificadas conseguirem promoção mais rápido e eu que estava despenhando a função a mais tempo nunca consegui.
Pacientes que não aceitaram ser atendidos por mim.
Comentários racistas, comentários sobre meu cabelo, comentários racistas sobre outras pessoas (não diretamente para mim porém me senti ofendida).
Quando atendi duas crianças gêmeas brancas, a mãe me olhou dos pés a cabeça e perguntou se eu era a terapeuta. Em outro momento um paciente casado com uma mulher negra me disse que não levava em consideração meu atendimento, pq eu era negra.
Meu ex chefe riu do meu cabelo perguntando o que era.
Só validar meu saber porque um branco assinou em baixo
O olhar ao dizer que sou Psicóloga é um olhar de surpresa ou de dúvida.
nunca uma afirmação direta sobre a minha cor mas sempre uma suspeita sobre a minha capacidade ou uma surpresa ao me conhecer, não é incomum as pessoas questionarem minha qualificação
Me confundiram com a servente
Falar que eu não podia ir arrumada para trabalho porque eu não era chefe. Que eu me acha muito e proibiu ate de ir de carro somentes os chefes poderia ir.
Fizeram comentários desagradáveis sobre meu cabelo.
Percebi falta de empatia para comigo entre os funcionários,todos eram brancos,brincavam entre si,faziam piadas,marcavam encontros após o trabalho,mas quando eu chegava agiam como se eu não estivesse lá.
Quando o lixo do bolsonaro ganhou as eleições algumas colegas de trabalho ficaram fazendo piadinhas e o simbolo da arma nas minha costas , e outra colega q trabalhava na faxina me chamou de preta e gorda e alem disso falou q meu cabelo tinha ficado feio quando cheguei com ele trançado
Na greve que teve dos ônibus na minha cidade, eu era a única que não morava próxima ou tinha carro e minha gerente disse que eu tinha que chegar, que a empresa não tinha obrigação de disponibilizar o transporte.
na verdade não foi no ambiente de trabalho propriamente dito, mas numa entrevista de emprego fui aconselhada a alisar meu cabelo para ter uma aparência mais "formal", a entrevistadora após dizer isso, disse q eu não era o perfil que estavam procurando e devolveu meu currículo. Era uma vaga para auxiliar administrativo.
Assédio moral em duas escolas que trabalhei.
Quando eu atuava como intérprete simultânea frequentemente achavam que eu não era a

intérprete ou que a tradução tinha sido errada
Fui contratada para dar aulas de ballet para uma empresa cujos diretores me mandavam ser o "exemplo de bailarina" sempre. Também fui a única funcionária a não ser recontratada e a não representar a empresa em eventos de dança
Uma diretora pediu que eu retirasse o turbante do meu cabelo. Só olhei pra ela e disse: no momento que eu tirar o turbante você precisa estar preparada para pagar o preço desse abuso judicialmente. Quer que eu tire? Nem preciso escrever a resposta dela.
Normalmente trabalho com grupos pessoas na maioria brancas e as vezes ocorre de ser Eu a única negra, em um dos atendimentos as contratantes não me complementaram e durante todo o tempo me tratou como apenas a ajudante, sendo eu a responsável pelos PENTEADOS.
Quando adolescente, fui contratada junto com outras 2 pessoas brancas para trabalhar no McDonald's. Na alocação das funções, as duas pessoas brancas ficaram no atendimento ao público no balcão e eu fui para a cozinha.
Desconfianças em relação ao "cargo" que ocupava. Também já fui questionada ao usar turbante.
Quando eu trabalhava em um shopping de Belo Horizonte como caixa. Já houveram clientes que não quiseram ser atendidos por mim. Meu gerente fazia piadinhas sobre classe e além disso tinha falas machistas, sexistas e racistas no geral.
Já ouvi que eu não tenho "cara" de advogada.
Quando trabalhava de operadora de Caixa, um rapaz se recusou a passar no meu caixa pq sou negra
Já sofri discriminação em seletivas de elenco, em cursos preparatórios. Já fui humilhada e chamada de incapaz, além de ter recebido propostas de papéis que objetificam a mulher negra.
Já fiz um ensaio fotográfico onde recebi vários "elogios" de cunho racista.
Foi há muito tempo atrás, não fui contratada pq a gerente não ia com a minha cara, eu não era tão linda como as moças da loja...
Sempre senti um desconforto em relação a minha gestora de raça branca, pois minha opinião técnica era sempre preterida, ela foi contrada posteriormente a mim, antes dela tinha livre acesso ao Presidente e Conselho para reuniões e procedimentos de gestão. Alguns meses após a chegada dela comecei a perceber uma certa disputa e em seguida passou a não me convocar para reuniões de assuntos de minha competência junto ao conselho, e na época eu tinha cargo de coordenação. Não se mostrava aberta para diálogos e me evitava. Pouco tempo fui desligada e outras funcionários (as) negros também.
São tantas coisas grandes e pequenas que este espaço não dá pra contar tudo. As que mais marcaram foram: quando fiz trança junto com outra colega e a chefia nós disse que estávamos fora do dress code, além de parecer sujo. Que tirássemos, ou procurássemos outro emprego. Outra vez foi quando eu participei de uma palestra em inglês e fiz perguntas em inglês, debati com a palestrante e ela ainda me elogiou porque poucas pessoas falam bem como eu. Daí, os colegas vieram "elogiar" minha inteligência, como eu era "cult", não imaginavam. Se soubessem, eu teria participado de mais projetos na empresa porque minha fluência ajudaria muito (está última fala de um chefe de equipe branco que não sabia inglês e usava o fone da tradutora na palestra).

A dona me acediou e me demitiu
Uma promoção que foi dada a outra pessoa menos qualificada e que estava abaixo de mim na linha sucessória
Racismo velado, a minha entrevista por telefone foi bem elogiada, devido a fluência verbal, dicção e conhecimentos, entretanto no momento da entrevista ao vivo notei a "decepção" ao verem que eu sou negra, e a orientação foi: aguarde que entraremos em contato, fui ai que descobri que era preciso fazer concurso público, pois somos avaliados por competência e foi o que fiz.
Já fui preterida em vaga de trabalho que era mais qualificada
Fui demitida.
Não neste serviço, mas em outros notava que a dureza com que a pessoa me tratava era diferente do que com outras pessoas brancas. Eu sempre era vista no agressiva e "folgada" ainda que falasse baixo.
Meu desempenho era ignorado
De forma verbal de um colega e de uma superiora
Perguntarem se sou a secretária
A resposta é sim, mas não vai. Um aluno fez piada com meu cabelo.
Em outro trabalho, não fui promovida devido a minha cor.
Brincadeiras referente a negros
Pensaram que eu era da área de serviços gerais.
FUI HOSTILIZADA POR UM COLEGA DE TRABALHO
Fui chamada atenção por conta do uso de tranças no cabelo.
Foi quando criança. Isso veio refletindo em minha vida adulto, só vim reconhecer esse fato depois que entrei na faculdade. Cabelo duro, preta burra, preto é feia ...
Uma outra professora, loira e de classe média quis que eu deixasse o que estava fazendo para lhe servir um copo de água.
Em geral, as pessoas não acham que sou a gestora do serviço de saúde o qual coordeno (CAPS Ad)... Sempre sou confundida ou com assistente social ou ainda como usuaria do serviço
Me falaram livremente que , a Universidade não era pra mim,e o que eu ia fazer com esse curso(Gestão de Políticas Públicas).
Era chamada de piolhenta
Eu não fui escolhida como coordenadora de um projeto por conta da minha cor .Tinha as mesmas experiências , currículo e spertise maior que a minha concorrente e mesmo assim ela foi escolhida.
Não acreditam que sou professora universitária e isolamento
Não acreditaram que eu era a gestora responsável pela área.

ANEXO 2

O que mais serve de obstáculo ao trabalho

Necessidade de conciliar os estudos com a jornada de trabalho
As pessoas ficarem duvidando da sua capacidade o tempo todo.
Não tenho.
Estudo para concurso.
Não se aplica a mim
No momento nada.
a cor
Deslocamento
Filhos
Não tenho obstáculos
Distância × Horário para entrar nos eventos moro na ZL e muitas vezes trabalho no Morumbi ou em lugares mais distantes.
Baixa autoestima
no momento não há nenhum obstáculo
Não há obstáculos para exercer minha atividade
Para ser independente
Nada
Adoecimento mental em função do trabalho (depressão e síndrome do pânico)
Cuidar dos filhos e trabalhar e cuidar de casa fica um tanto apertado para dedicar mais a minha profissão.
Cuidar da minha filha
Carga mental
Administração de tempo entre trabalho e família
Preconceito no momento da entrevista.
Preciso ter renda pra sustentar minha família
Cuidar da casa e estudar
Ainda estou estudando
meus obstáculos não são para trabalhar mas sim para estudar. Fico tão cansada que não tenho animo para dar prosseguimento aos meus estudos.
Não tem
Baixo salário, ter que conciliar dois empregos, fazer faculdade e ser dona de casa
Atualmente, stress e depressão
acesso ao mercado, baixa remuneração da classe para trabalho com carteira assinada
Conciliar com estudos

Nao tenho obstaculo hoje.
não tenho nenhum obstáculo
Familiares
Hoje não me vejo com obstáculos, tenho meu trabalho e profissão como conquista, em virtude de dedicação e investimentos sociais que me possibilitaram mudar esse quadro e contrariar as estatísticas. Penso que as ações afirmativas me possibilitaram acessar espaços que no cotidiano não conseguiria.
Por enquanto nada
Distância de onde eu moro para o trabalho.
Tenho pouca experiencia e ainda nao terminei minha graduação
Preciso trabalhar e estudar
Depressão
Não ter condições financeiras de me especializar profissionalmente, realizar cursos e investir mais na minha formação.
sem obstáculos
As multi-tarefas. Trabalho pra sobreviver e nao pra viver o que nao é meu objetivo
Cuidar do filho×casasxmaridoxeu mesma
Primeiro emprego
Cuidar da família
O maior obstaculo estar no transporte coletivo, que ao meu ver é desumano.
Desigualdade Social
Filho
Baixo salário
Oportunidades melhores e com boa remuneração mesmo que eu tenha uma boa formação e competências.
Entrar no mercado sem experiência
Governo
Pandemia
Condições do mercado de trabalho
Nada...
Minha, idade
Nada
O racismo estrutural que insiste em dizer que este não é o meu lugar.
Filhos, transporte,
Distância
Meu próprio sustento
Sao tantos que nao consigo pensar em um so

Ser superior a mim.
Preciso de um carro
Oportunidades.
Cuidar da minha mãe
O Racismo Estrutural
Cuidar dos filhos
Filho
Conciliar com a faculdade
O mercado na minha arra de formação é muito pequeno
Cuido dos meus pais
a preocupação com a minha aparência. Tremenda insegurança de ser muito “feia” e não atender aos padrões, infelizmente
Cuidar filho
Não tenho obstáculos
Falta de oportunidade das empresa que muitas vezes preferem receber um profissional que foi indicado por um amigo ou parente mesmo não possuindo boa qualificação.
Cuidar dos filhos
Falta de saúde psicológica e preconceitos
Ambiente de trabalho tóxico
Falta de respeito no ambiente de trabalho e onde ocorre quebra de disposições trabalhistas.
Acredito que o próprio racismo estrural nas empresas, já fui descartada da vaga tendo todos os requisitos solicitados após entrevista, e uma pessoa branca com menos qualificações foi contratada.
Assumir minha negritude, como por exemplo assumir meu cabelo crespo.
Oportunidade
Cuidar da mae
Investir em mim
Cuidar dos meus filhos
Ser a única negra entre 65 brancos.
Tenho familia e eles sempre ficavam com a minha filha.
Nesse momento não há nada, porém acrefito q se tivesse filhos isso seria complicado
Os filhos
Falta de oportunidade
Medo de não conseguir um trabalho que eu consiga me manter na faculdade.
Conseguir uma oportunidade de emprego
Não haver cura pro Covid19. Isso se torna um grande obstáculo ao meu ver, pois todos

os meus trabalhos na rua envolvem aglomeração.
Casamento
Oportunidade
Meu estilo de cabelo black power
Cuidados com os filhos
Eu estudo. As vezes é difícil conciliar.
Moro em um lugar de difícil acesso.
Afazeres domésticos
Não tenho nenhum obstáculo
A correria do dia a dia
Cuidar dos filhos
Encontrar alguém da minha confiança para me ajudar a cuidar do meu filho
Não se aplica.
Nada
Colegas de trabalho desinteressados
A sobrecarga de trabalho, pressão social, superar expectativas e cobranças internas e externas
A economia do país e o saturamento de profissionais na minha área
A hierarquia no ambiente da cozinha, nessa área que é seu superior acha que sabe mais, e suas falas não são consideradas. Acho que o machismo se manifesta de maneira mais evidente que o racismo, mas óbvio que ele é um obstáculo.
A falta de oportunidade e a precarização do trabalho.
Disposição. Infelizmente sou IRC., insuficiente renal crônica.
Não tenho obstáculos que me impeçam de trabalhar
Como professora, a falta de recursos e o excesso de gastos com formação constituem grandes obstáculos.
Local de baixo valor para deixar meu filho.
Os horários, que na maioria das vezes não conseguem ser flexíveis
Eu não tenho obstáculos
Falta de oportunidade
Nada
Não se aplica
Oportunidades de emprego que não te excluam logo na entrevista.
Sou autônoma e não consigo investir na carreira
No momento, nada.
Preciso pagar meu aluguel.
As pessoas

O problema é o excesso de trabalho.me sinto muito desgastada e cobrada.
Estudar na UFMG e trabalhar como assalariada e autônoma, minha família depende de mim tbm.
Os numerosos e exigentes pré requisitos. Só o inglês avançado/fluyente já é algo que uma parcela muito pequena da população tem acesso.
Não tenho obstáculos, mas em comparação aos colegas percebo o quanto preciso “fazer mais” para estar no mesmo nível que o meu meio profissional demanda.
Oportunidade e tempo
Na minha atual atividade a pandemia
Pobreza
Nada, em razão da minha condição de mulher solteira e sem filhos
mobilidade de horário para cuidar dos filhos.
Chefes racistas
Nada
Cuidar da minha filha
Dificuldades com auto-estima, me considerar merecedora e superar as limitações
Qualificação acessível, um salário mínimo não paga curso superior ou qualificação para melhorar salário
Atualmente a situação de pandemia.
No momento nada
No momento os estudos, por estudar manhã e tarde.
Cuidar da mãe idosa
Ser valorizada, parece que só do ato ser negra sou inferior aos outros , mesmo tesndo conhecimento e perícia no que faço.
Preciso cuidar da casa e dos meus filhos.
Oportunidades, ou você tem uma qualificação muito idolatrada tipo me formei na franca em confeitaria ou tem que ter ANOS em clt para comprovar que trabalha com isso. No entanto trabalho há 19 anos com chocolate e doces.
A cor da pele com toda certeza.
Cuidar da minha filha
Preciso cuidar dos meus filhos
Falta de creche
O salario abaixo da media
Eu não tenho inglês fluente, não possuo as referências que muitos dos meus concorrentes profissionais possuem.
Dificuldade de inserção no mercado de trabalho em função de inexperiência e possivelmente aparência.
Escola em tempo integral
Cuidar do meu filho.

Nada
sou mãe solo, e apesar de eu não considerar a maternidade como um obstáculo, acredito que ela é relevante na minha organização e produtividade
O horário do minha graduação é diurno e a maioria dos empregos na área necessitam de disponibilidade nesse horário.
Não possuo, sempre trabalhei
Dificuldade de inclusão
Idade
Preciso estudar
A faculdade. Conseguir dar conta de trabalho e faculdade é complicado.
Nada
Falta de investimento no meu próprio espaço para trabalhar
Preciso cuidar do meu filho
No momento, qualificação e oportunidade
A experiência na minha área. Sou formada em serviço social.
Ajudar meus pais
Falta de segurança na minha capacidade.
Minha autoestima! Sempre me julgo inferior ou menos capacitada para algumas funções.
Carga horária
A falta de oportunidades no setor que trabalho.
A Universidade.
Nada
No momento nada
Estagnação da profissão, muitos profissionais, baixo salário e pouquíssimas vagas
Não sei identificar, mas sei que é muito complicado.
Filhos
Ter que dar conta de tudo. Trabalho, casa, filhos, faculdade...
local para deixar os filhos
Cuidar da casa/filhos
Cuidar da minha filha com deficiência
Distância entre meu local de trabalho e residência.
Idade e precinceiro
Nada
Nada
Falta de experiência

Exigem que tenha experiencia, porem nunca dão a primeira oportunidade, como ter experiência então?
Filho
Minha autoestima
Morar longe
Conciliar trabalho e educação.
NÃO SE APLICA
As oportunidades de emprego para mim estão escassas, ainda mais que eu estudo pela manhã.
Condições de trabalho
Hoje ajudo meu pai , porem me vejo nessa barreira louca e ainda tenho patologia que muito complicado e disceinam muito...
Uma filha.
Nada
Racismo
Carga horária excessiva
Hoje eu ja nao enfrento tantos problemas minha filha ja esta crescida e meu companheiro sempre compartilhou com tudo que precisava qd nossa filha era menor. Mas enfrentei muitas barreiras fui domestica ate os 27 anos e ate consegui passar num concurso público aos 33 anos ã foi facil foram poucas oportunides praa
As exigências declaradas e não declaradas de qualificação...sempre tenho que me antecipar ao preterimento profissional.
convivência com os pares
No momento nenhum
Ter alguém para olhar o filho